



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

## 146ª Reunião Ordinária do Plenário do Conama

Realizada em  
Brasília/DF.  
11 de junho de 2025.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa RDK Degrações e Eventos*

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia a todos e todas. Bem-vindos, bem-  
3 vindas a 146ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Marcela, tudo bem?  
4 Ricardo? Fábio, por favor. Hoje temos um convidado ilustre. O deputado e constituinte  
5 Fábio Feldmann. Rodrigo Agostinho, a favor? Nosso deputado derivado da constituinte,  
6 Rodrigo Agostinho. Bom, fui informado pela Secretaria Executiva do CONAMA que já  
7 temos quórum, correto? Procede? Então podemos dar início à reunião agradecendo a  
8 presença de todos e todas. E, de imediato, passando a palavra para a abertura da nossa  
9 ministra Marina Silva que está aqui presente, chegando direto da conferência de um sub  
10 oceano de Paris. Muito bem, ministra, com a palavra.

11 **A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**  
12 **Mudança do Clima - MMA)** – Chegando ontem à noite. Bom dia a todos e a todas.  
13 Primeiro eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui. Cumprimentar nosso  
14 companheiro João Paulo Capobianco, juntamente com a Marcela que fazem toda a parte  
15 executiva desse douto conselho. Cumprimentar o Rodrigo Agostinho que sempre nos  
16 anfitrião aqui no CONAMA, no Ibama. Obrigada, Rodrigo. Nossa diretora eu já falei,  
17 querido Fábio Feldmann, nosso especial convidado. Eu me lembro que nós tivemos um  
18 convidado especial na primeira reunião do CONAMA que foi o ministro Herman e agora...  
19 E sempre em momentos importantes. E agora nós temos aqui o Fábio, seja muito bem-  
20 vindo, vai nos brindar daqui a pouco com uma avaliação sobre o PL do licenciamento.  
21 Ricardo Cavalcante Barbosa, consultor jurídico... Barroso do Ministério do Meio  
22 Ambiente. Todos os nossos conselheiros, conselheiras, convidados, convidadas,  
23 secretária executiva adjunta, Ana Flávia, na pessoa da Ana. Cumprimentando todo o  
24 corpo dirigente do ministério do Meio Ambiente aqui presente. Bem, eu vou fazer  
25 rapidamente aqui algumas colocações que têm a ver com a situação que todos nós  
26 estamos acompanhando no mundo e no Brasil de um agravamento muito significativo de  
27 crises que são agravadas que os especialistas sempre chamam de múltiplas crises, mas  
28 aqui vamos dar o foco na crise ambiental e na crise climática que vem sendo agravada,  
29 como todos os senhores já sabem, com termos alcançado 1,5 de temperatura da Terra  
30 em relação ao período pré-industrial em 2024. Tudo que a partir daí tem derivado de  
31 preocupação e de resultados negativos para as populações, as economias e, sobretudo,  
32 a vida das pessoas. Então, isso exige de nós uma série de ações que, infelizmente, vêm

33 sendo minadas por um contexto geopolítico de recrudescimento de guerras. Eu estive  
34 agora na conferência dos oceanos e uma das coisas que todos falam por uma boca só é  
35 de que estamos vendo o dinheiro que deveria ir para a ação climática de proteção dos  
36 oceanos, para as ações no âmbito da CDB e tantas outras agendas importantes estarem  
37 sendo destinadas para a questão de segurança em função do recrudescimento da guerra.  
38 Guerras que têm assolado as populações vulneráveis, principalmente a população civil,  
39 com atrocidades que nos deixam todos perplexos como podemos ver na África, podemos  
40 ver na Ucrânia e, sobretudo, o que acontece na faixa de Gaza. E esses acontecimentos  
41 vêm, além de fazendo essas vítimas, minando algo que é muito importante para fazer o  
42 enfrentamento dessas múltiplas crises, que é a questão da cooperação. Com mais  
43 guerra, menos solidariedade. Com mais disputa geopolítica, menos cooperação. Com  
44 mais guerra tarifária, mais se desloca o enfrentamento que deveria ser da guerra contra  
45 a mudança do clima e a gente fica fazendo guerra uns contra os outros. Mas, mesmo  
46 assim, eu gostaria de compartilhar com vocês algumas questões que eu julgo importantes  
47 porque, afinal de contas, nem só de coisa negativa deve viver as pessoas e a gente tem  
48 que celebrar cada ganho positivo porque é uma maneira de a gente poder também  
49 ganhar força, ganhar vida para continuar andando e lutando. E eu queria aqui fazer  
50 alguns destaques: A 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente que foi realizada  
51 recentemente. A questão dos ganhos que obtivemos sobretudo no Dia Mundial do Meio  
52 Ambiente e a conferência das Nações Unidas sobre oceano que está acontecendo em  
53 Nice. Em relação à Conferência Nacional de Meio Ambiente eu diria que foi um verdadeiro  
54 sucesso, quero agradecer o empenho, a colaboração de todos aqui do CONAMA, mas,  
55 especialmente daqueles que compuseram a comissão coordenadora da conferência.  
56 Parabenizando mais uma vez aqui a Luciana, a Larissa e todos os membros do corpo  
57 dirigente do Ministério que se empenharam. Tivemos uma conferência onde tivemos a  
58 participação de mais de 3 mil pessoas, sendo 1.185 delegados e delegadas. Uma  
59 conferência que teve a maioria de pessoas pretas, a participação altamente significativa  
60 das mulheres de juventudes, de povos indígenas, de comunidades tradicionais  
61 envolvendo as 27 unidades da federação. Foram quase 3 mil municípios que se  
62 envolveram. Além das conferências feitas pelos estados e municípios, tivemos também  
63 as conferências autogestionadas. Então, um verdadeiro sucesso. Ali conseguimos, em  
64 um processo inovador afunilar quase 2 mil propostas para 100 propostas prioritárias,

65 cerca de 100 propostas prioritárias, ainda fazendo uma hierarquização para 10 propostas  
66 das 100 que foram apresentadas de sorte que agora os estados, municípios e o governo  
67 federal conta com uma boa base de propostas que nos ajudarão a formular políticas  
68 públicas e a planejar políticas públicas na área de meio ambiente e desenvolvimento  
69 sustentável. Além dos diferentes setores da sociedade que beberão na mesma fonte,  
70 seja movimentos sociais, seja setor privado, academia, enfim, diferentes segmentos.  
71 Então, quero aqui celebrar um desses pontos. O outro ponto é o dia mundial do meio  
72 ambiente. Tivemos também o dia mundial do oceano que acabamos de celebrar também.  
73 Eu poderia dizer que o dia do meio ambiente, na perspectiva do ministério, eu sei que  
74 cada um aqui teve suas maneiras de participar e de tratar esse dia que é simbólico, mas,  
75 ao mesmo tempo, ele faz parte do nosso cotidiano e deve ser usado como uma alavanca,  
76 eu gosto da frase que diz que: “O futuro é apenas um pretexto para a gente fazer as  
77 coisas no presente.” O dia do meio ambiente é apenas um pretexto para que a gente  
78 apresente as coisas que a gente trabalhou durante, antes do dia do meio ambiente para  
79 poder consolidá-las. Então, eu diria que foi uma data comemorada em três atos, o  
80 primeiro ato tem a ver com uma reunião que o presidente Lula fez questão de fazer antes  
81 de viajar para o encontro de estado que teve lá na França e depois para a conferência  
82 dos oceanos em Nice, também na França, e ali foram apresentados vários atos, um deles,  
83 um trabalho que o secretário Capobianco se envolveu diretamente, juntamente com as  
84 nossas equipes e o governo do estado do espírito santo que foi a criação da apa da Foz  
85 do Rio doce, e celebramos esse ganho. Um outro ganho importante que o presidente fez  
86 questão de assinar antes da viagem foi a criação da Reserva de Desenvolvimento  
87 Sustentável do Faxinal do Bom Retiro e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do  
88 Faxinal de são Roque, ambas no Paraná, e aí estabelecendo uma nova categoria de  
89 populações tradicionais que são os nossos faxinalenses, o povo faxinalense, e cada dia  
90 mais celebramos que a gente esteja retomando a agenda de criação de unidades de  
91 conservação e de demarcação de terras indígenas que ficou completamente paralisada  
92 no governo anterior. Eu não vou me ater aqui a todos os atos. O presidente Lula assinou  
93 cerca de sete decretos antes de viajar, uma boa parte dele referente a nossa agenda de  
94 oceano, e a outra parte foi com o nosso vice-presidente e o ministro adjunto, o secretário  
95 Capobianco, na minha ausência, que foi algo ali em torno de oito decretos, não é isso,  
96 Capô? Todos eles muito importantes, além de ter anunciado o repasse de R\$ 825 milhões

97 para o Ibama do Fundo Amazônia para que a gente possa ter as ações do Ibama cada  
98 vez mais potencializado em um contexto em que a situação do desmatamento fica mais  
99 complexa, dos incêndios fica mais complexa, e de que o Ibama, que tem apresentado  
100 resultados altamente relevantes, agora conta com esse aporte de recursos para poder  
101 estar cada vez mais equipado. Ainda fomos blindados com toda uma agenda de  
102 enfrentamento da questão da mudança do clima referente ao oceano, o presidente Lula  
103 está muito imbuído do propósito de que o oceano deva ser tão mencionado e priorizado  
104 quanto as florestas, e nós ali já tanto o vice-presidente como ele estabelecemos a  
105 questão do planejamento espacial marinho que foi um dos nossos anúncios, das nossas  
106 entregas voluntárias na conferência de oceano. Também ampliamos o programa Áreas  
107 Protegidas da Amazônia, agora indo para algo que eu me esqueci que era importante  
108 com uma abordagem, nesse momento, entrando ali as comunidades. No que concerne  
109 ainda os atos que foram assinados, temos a nossa EMPANB que é a NDC da  
110 biodiversidade, e eu quero aqui cumprimentar, que sempre fica lá atrás, a Rita Mesquita.  
111 Vem aqui para frente, Rita e toda a sua equipe, pelo trabalho que fizeram juntamente  
112 com o ICMBio, todas as nossas equipes. Tudo isso é motivo de celebração. O nosso  
113 vice-presidente junto com o Capô assinaram também o nosso PEN e nós tivemos  
114 assinado também o Refúgio da Vida Silvestre do soldadinho do Araripe, no Ceará, que  
115 era uma demanda que estava há muito tempo no prelo. Eu sei que é muito chato ficar  
116 falando de coisa que fez, mas pior é a gente ficar se explicando de coisa que a gente não  
117 fez, como a gente fez muita coisa, não vai dar tempo de falar de todas, mas eu quero  
118 agradecer as nossas equipes por tudo que fizemos para que esse dia fosse um dia em  
119 que pudéssemos ter ali alguns anúncios, e ainda a conferência dos oceanos. O Brasil  
120 tem mais de 7 mil quilômetros de área costeira e nós estamos trabalhando para fazer jus  
121 a essa potência que somos, então anunciamos também os nossos programas como o  
122 ProManguezal, o ProCoral para proteger essas áreas e o Brasil levou vários  
123 compromissos voluntários, inclusive esse que estabelece que temos, no âmbito da  
124 convenção da biodiversidade, de ter 30% tanto das áreas terrestres quanto das áreas  
125 marinhas na modalidade de área protegida. Nós já alcançamos 26% no caso da área  
126 marinha, queremos chegar a 30% e além, porque esse é o potencial de um país como o  
127 Brasil. Estamos altamente comprometidos com a agenda 30-30 a que me referi  
128 anteriormente. Em relação ao desmatamento vocês conhecem os dados, os dados do

129 desmatamento dos primeiros dois anos do governo foi de queda de 46% na Amazônia e  
130 de 32% no país inteiro. Tivemos queda em todos os biomas, inclusive na Mata Atlântica,  
131 que teria caído 19% se não fosse os eventos climáticos extremos em que as chuvas  
132 torrenciais levaram cerca de 3 mil hectares de floresta de Mata Atlântica, e isso fez com  
133 que nós não tivéssemos ali a redução também ficando, enfim, estabilizado, mas foi por  
134 desmatamento em função da mudança do clima. No caso da Amazônia, nós identificamos  
135 uma tendência de alta, sobretudo agora em maio, uma tendência de alta de 90%, um  
136 pouco mais de 90%, e os dados do INPA, do sistema DT, nos dão conta de que isso  
137 aconteceu porque foram computados os hectares de área que foi considerada como  
138 desmatamento pela nossa metodologia em função dos incêndios de 2024. Mais de 50%  
139 dessas áreas computadas como desmatamento veio em função das queimadas. Quando  
140 a gente olha só para o desmatamento temos ali uma estabilização, em maio um aumento  
141 de 9% que ainda dentro da margem de erro estaria estabilizado, mas com esses dados  
142 do desmatamento em função de incêndios agravados pela mudança do clima, nós  
143 estamos já fazendo uma série de reajustes. Fizemos seminários técnicos científicos que  
144 nos ajudarão a nos reposicionar além da mobilização de recursos, seja no programa  
145 união com município de mais de 700 e 800 milhões além desses recursos para o Ibama  
146 que me referi, os recursos para os municípios, para os estados para ajudar corpo de  
147 bombeiro, 45 milhões para cada estado da Amazônia, e outras ações que estamos  
148 levando a cabo, também não quero aqui ficar falando de todas elas. E eu vou me  
149 encaminhando para o encerramento falando de algo muito preocupante que agora  
150 voltamos para a agenda das preocupações, que é o PL do licenciamento, mas eu tinha  
151 dito que o dia do meio ambiente foi comemorado em três atos, um com o presidente da  
152 República, um com o Vice-presidente, o secretário Capô e a nossa manifestação em  
153 cadeia nacional do Ministério do Meio Ambiente, onde colocamos ali um posicionamento  
154 forte em relação ao PL do licenciamento que, corretamente, está sendo visto como a  
155 destruição da coluna vertebral da proteção do meio ambiente no Brasil. Mas sobre isso o  
156 Fábio Feldmann vai falar com mais propriedade fazendo uma análise mais abrangente  
157 do que significa esse PL, mas há uma grande mobilização da sociedade brasileira  
158 contrário a ele. Há uma manifestação, inclusive dos meus colegas ex-ministros de meio  
159 ambiente Ricupero, Isabella, Duarte, Sarney, Krauser, ministro Ricupero, todos os  
160 colegas que fizeram uma manifestação, estão pedindo uma audiência com o presidente

161 Hugo Motta, ato seguinte àquela sessão fatídica no Senado, e eu agradeço a  
162 solidariedade, as manifestações públicas e no privado de muitas pessoas no Brasil  
163 inteiro, e sei que as pessoas também estão fazendo manifestações contrárias a esse PL,  
164 mas ato contínuo àquela sessão eu fui para uma audiência com o presidente Motta,  
165 exatamente para dizer que a licença por autodeclaração na modalidade em que está  
166 proposta é o fim do licenciamento, o enfraquecimento dos órgãos colegiados, como é o  
167 caso do CONAMA e dos órgãos estaduais, é um dos piores retrocessos, porque aqui nós  
168 temos técnica, nós temos representatividade, nós temos experiência para fazer as  
169 resoluções que passam por processos rigorosos de mediação, de conflito e de  
170 elaboração, compatibilizando os marcos legais com os procedimentos e regramentos  
171 ambientais, e o que está sendo proposto no PL é que isso venha a ser feito. Por um grupo  
172 de notáveis que, no meu entendimento, passa a ser por decisão política, seja do  
173 Presidente da República, seja de governadores ou de prefeitos, o que é um tiro de  
174 misericórdia no licenciamento e em qualquer possibilidade de harmonia do Sistema  
175 Nacional de Meio Ambiente, posto que nós entraremos na guerra fiscal, como vocês  
176 todos têm falado, onde cada um vai buscar regras mais fáceis para atrair investimentos.  
177 Então, esse PL, tive uma reunião com a Ministra Gleice Hoffmann para que, na volta  
178 agora, lá da Conferência do Oceano, possamos fazer uma reunião, Ministério do Meio  
179 Ambiente, Casa Civil e o Ministério de Relações Institucionais, para trabalharmos em um  
180 processo de reparação de todas essas ações que levam à destruição do licenciamento,  
181 que foram aprovadas no Senado. O que foi aprovado no Senado não é de conhecimento  
182 público, portanto, não pode ser aprovado de forma açodada. Foi o que pedi ao presidente  
183 Motta, é o que os Ministros de Meio Ambiente estão pedindo e todos nós estamos  
184 pedindo para que haja o tempo de fazer essa reparação. E, nessa reunião dentro do  
185 governo, iremos manifestar para a Casa a posição do governo em relação a vários  
186 retrocessos, inclusive o de não ouvir as populações indígenas e o de não colocar o  
187 ICMBio como um parecer vinculante naquilo que afeta as unidades de conservação nos  
188 processos de licenciamento, além de retirar a questão dos impactos indiretos, que é um  
189 dos outros retrocessos. Como todos sabemos, os impactos indiretos, às vezes, eles são  
190 maiores do que os impactos diretos, como podemos observar no exemplo que nós  
191 repetimos exaustivamente, por ser dano mágico, que é o caso de Mariana, de  
192 Brumadinho e de feituas de estradas. Então, eu queria agradecer a todos os

193 conselheiros e conselheiras. Acho que participar de uma conferência que é diferente de  
194 todas as conferências que já participei, que é a de oceano, onde não tem decisões que  
195 são tomadas por negociação, que não leva a compromissos vinculantes, mas são  
196 compromissos voluntários, e verificar como, a partir de agora, há todo um debate de que  
197 a questão do oceano seja considerada como parte integrante do enfrentamento da  
198 mudança do clima, e o Brasil fez uma iniciativa, lá liderada pela nossa querida Ana Paula,  
199 pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, também, de que todos os que vão apresentar  
200 suas NDCs considerem ações com base nos oceanos. E isso nós já fazemos na nossa  
201 NDC e estamos trabalhando para que assim o seja, no balanço ético global, que está  
202 sendo liderado pelo governo brasileiro, junto com o secretário-geral, cuja primeira versão  
203 vai acontecer dia 24, no Reino Unido, vai ser um em cada continente, também a questão  
204 do oceano ganha força. Muito obrigada, uma boa reunião, que as resoluções que vão ser  
205 apresentadas aqui, tanto em relação às organizações, o cadastro das organizações da  
206 sociedade civil na área de meio ambiente, quanto em relação à questão de supressão de  
207 vegetação, possam ter um bom debate para termos bons resultados que esperamos, e  
208 mostrar que o CONAMA é o lugar adequado para que se faça isso, e não se criar  
209 mecanismos que levam à tomada de decisão por ação política. Ninguém toma um  
210 remédio que a Anvisa não liberou, porque um governador, um prefeito ou o presidente  
211 da república decidiu que o remédio deve ser colocado em circulação. O mesmo se aplica  
212 para o Ibama, o ICMBio e a FUNAI naquilo que lhes diz respeito. Muito obrigada.

213 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
214 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, ministra. Antes de entrarmos  
215 nesse tema candente do PL de licenciamento, para o qual temos aqui o privilégio de  
216 contar com a presença do deputado Fábio Feldmann, gostaria apenas de completar,  
217 ministra, os seus informes muito precisos sobre o que foi desenvolvido na semana do  
218 meio ambiente, com alguns tópicos que particularmente interessam a muitas pessoas  
219 que estão nesse plenário aqui. Primeiro, lembrar que nós, o vice-presidente em exercício,  
220 presidente Alckmin, sancionou a lei que fortalece a capacidade de resposta a incêndios  
221 florestais. Isso foi uma sanção muito importante, porque, na realidade, ministra, como  
222 nós sabemos, tratou de transformar em lei algumas medidas provisórias que o presidente  
223 Lula havia assinado e enviado ao congresso. A primeira delas dizia a respeito à criação  
224 de um procedimento simplificado de transferência de recursos via Fundo Nacional do

225 Meio Ambiente para municípios em áreas de risco. Isso foi uma conquista  
226 importantíssima, um longo debate no governo, e hoje nós temos, então, já transformado  
227 em lei esse mecanismo que permite, inclusive, que emendas parlamentares sejam  
228 dirigidas para as ações de prevenção e controle do desmatamento. Também, nessa  
229 mesma lei, nós tivemos a aprovação da possibilidade inédita no nosso país de que, no  
230 caso de combate a incêndios ou emergências climáticas, aeronaves emprestadas ou  
231 cedidas por governos estrangeiros possam ser pilotadas por tripulação estrangeira. Isso  
232 era proibido na lei brasileira e, a partir de agora, nesses casos, nós temos a possibilidade  
233 de operar essas aeronaves com tripulação estrangeira, que vai ser um ganho enorme  
234 para as ações de combate que o Ibama, junto com as Forças Armadas, a Defesa, vem  
235 desenvolvendo. E também, extremamente importante, que foi motivo de muita festa no  
236 dia 5, o Dia Mundial do Ambiente, foi a redução do interstício de contratação de  
237 brigadistas. A lei, em vigor, exigia dois anos. Ou seja, o Ibama e o ICMBio capacitavam  
238 brigadistas, um trabalho enorme de capacitação, de preparação, para que essas pessoas  
239 tivessem a capacidade de fazer o enfrentamento a incêndios florestais, mas, depois de  
240 um período, eles tinham que sair do sistema, ficar dois anos fora do sistema para poder  
241 serem recontratados. Então, era algo absolutamente inadmissível do ponto de vista de  
242 eficiência e, com a nova lei, esse interstício caiu para três meses. Então, o Ibama e o  
243 ICMBio vão ter uma capacidade de manutenção de brigadistas em campo, que nunca  
244 tiveram parabéns ao Ibama, foi uma conquista do Ibama e do ICMBio, nesse caso, além  
245 de outros instrumentos importantes. Também, eu queria destacar muito fortemente  
246 algumas conquistas que, como eu disse, têm muito a ver com pessoas que estão aqui.  
247 Finalmente, ministra, nós editamos a portaria que recria o Comitê Nacional de Zonas  
248 Úmidas, que havia sido destruído, literalmente, no governo anterior e agora retomamos,  
249 e esse Comitê de Zonas Úmidas é vital para a proteção de áreas muito sensíveis do  
250 território brasileiro e que passarão agora a contar com a militância organizada do setor  
251 acadêmico, do setor não governamental, além de todo o governo. Então, é um grande  
252 anúncio. E outro, que é muito esperado por muitos aqui, finalmente, colocamos em  
253 consulta pública, no dia 5, o Dia Mundial do Ambiente, aliás, no dia 6, dia seguinte, porque  
254 foi autorizado no dia 5, a consulta pública para o decreto que regulamenta a Lei de  
255 Pagamento por Serviços Ambientais, que é algo também que era uma expectativa  
256 enorme da sociedade brasileira para que essa lei, de fato, entrasse em vigor e pudesse

257 beneficiar todos aqueles que hoje prestam serviços ambientais por meio da conservação  
258 ambiental. E, finalmente, queria também festejar uma conquista enorme obtida junto ao  
259 governo, a todas as áreas do governo, na parceria com o Comitê e com as organizações  
260 envolvidas nas Reservas da Biosfera da Mata Atlântica, desculpa, das reservas da  
261 biosfera, que foi a aprovação e já encaminhamento pelo Itamaraty, e, formalmente, na  
262 sexta-feira, da inclusão da reserva da biosfera, a Vitória Trindade, para que a Unesco  
263 avalie a aprovação dela para incluí-la na Rede Mundial das Reservas na esfera da  
264 Unesco. Então, foram conquistas muito importantes que foram obtidas e, finalmente,  
265 nesse mesmo dia, tivemos o privilégio, além dessa inclusão dos faxinais no nosso SNUC,  
266 finalmente, essa população. Olha só que coisa incrível, ministra. Foi no decreto de 2007,  
267 que nós trabalhamos arduamente, que tratou da questão das comunidades tradicionais,  
268 que os faxinalenses ou faxineiros, tem vários... Faxinais, tem várias designações,  
269 foram reconhecidos como povos e comunidades tradicionais. E demorou esse tempo  
270 todo para que, finalmente, as áreas deles fossem reconhecidas e incluídas no SNUC.  
271 Então, foi no nosso governo que nós incluímos e reconhecemos essa comunidade  
272 culturalmente diversa, e foi no nosso governo, agora, que, finalmente, nós garantimos o  
273 direito territorial. E foi muito sensível esse dia, ministra, porque estava presente um líder  
274 dessas comunidades, e ele estava presente, então eu me referi a ele no momento da sua  
275 unidade, mas ele havia me dito que não era ele que deveria estar ali, e sim a liderança,  
276 cujo nome me fugiu agora, não sei se o Guilherme lembra, da liderança que deveria estar  
277 ali, mas só não estava ali, porque ela tinha sido assassinada em dezembro de 2024, na  
278 sua luta pelo reconhecimento desses territórios que nós reconhecemos no dia 5 de junho.  
279 Então, foi um momento realmente muito bonito, muito participativo, e também tivemos lá  
280 um representante, dona Iracema, eu acho que a dona Iracema, que era a grande  
281 liderança, o senhor João estava presente, mas a homenagem foi feita a dona Iracema,  
282 que, como eu disse, foi assassinada pela sua luta. E também estava presente o  
283 representante das RPPNs, porque foram mais seis RPPNs reconhecidas em Portaria,  
284 pelo ICMBio também, no Dia Mundial do Meio Ambiente, valorizando a participação do  
285 setor, da sociedade, das pessoas, das comunidades, dos proprietários rurais, que vêm  
286 engrossando de forma muito significativa o Sistema Nacional de Unidade de  
287 Conservação, de forma voluntária, gravando em perpetuidade as suas propriedades,  
288 vinculando elas nas próximas gerações, em benefício de todos nós, que é um gesto

289 absolutamente de desprendimento incrível. E, para encerrar, de fato, esses atos, eu  
290 queria lembrar aqui que nós, o Presidente da República assinou aí no dia 3 ainda, antes  
291 de viajar, assinou o decreto que muda o programa ARPA, Áreas Protegidas do Brasil,  
292 para incluir um novo componente, que é o ARPA Comunidades, que é um componente  
293 do ARPA, a Rita Mesquita, que está aqui foi uma grande liderança na condução disso,  
294 junto com a secretária Carina, e junto com o ICMBio, no sentido de garantir que as  
295 comunidades inseridas em unidades de conservação de uso sustentável, particularmente  
296 as RESECs, possam, a partir de agora, ter recursos endereçados a apoiar a permanência  
297 dessas comunidades nas RESECs. Isso é uma novidade importantíssima, porque essas  
298 comunidades... São essas comunidades que garantem a proteção dessas reservas  
299 extrativistas, mas elas vivem enfrentando enormes dificuldades na parte de saneamento,  
300 comunicação, energia elétrica, educação, enquanto o ARPA só apoiava as ações do  
301 governo, seja do governo federal, ICMBio, ou dos governos estaduais, na proteção da  
302 unidade, e não apoiava as comunidades. A partir de agora, é um componente novo,  
303 estamos negociando mais de \$ 100 milhões de dólares para apoiar ações diretamente  
304 para as comunidades. Então, foram ganhos muito importantes, e eu gostaria de celebrar  
305 com todos nós, porque muitos que estão aqui foram artífices disso.

306 **A SR<sup>a</sup>. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**  
307 **Mudança do Clima - MMA) –** Muito rapidamente, quando nós chegamos, a primeira  
308 reunião que o presidente Lula foi para os Estados Unidos, e aí eu quero até agradecer  
309 aqui várias pessoas, uma delas é o Steve Schwartzman, tinha uma horinha lá em que o  
310 presidente ia dar uma entrevista coletiva, e eu falei para o Steve: “Steve, não dava para  
311 a gente fazer uma reunião com a filantropia?” E o Steve articulou uma reunião com a  
312 filantropia, nós fizemos uma reunião, e uma das coisas que eu falei nessa reunião era  
313 que a gente precisava de recursos para que os recursos fossem diretamente para as  
314 comunidades. Eu não sei se a Edel está aqui, mas é um testemunho. A Edel é  
315 fundamental nisso, porque nossa primeira visita fora aqui do Ministério foi lá na Ilha do  
316 Marajó, em uma reunião bonita com muitos extrativistas, que é a terra da Edel, nossa  
317 secretária, e uma senhora fez um depoimento muito forte, dizendo que eles estavam ali  
318 há muitos anos lutando, chegando inclusive a dizer que, mesmo com toda a pressão,  
319 todo o sofrimento dos negacionistas, dos que são contrários à agenda ambiental, a urna  
320 deles deu 75% de voto para a democracia, mas que eles agora estavam chegando à

321 conclusão de que talvez fosse preciso desmatar, para poder receber alguma ajuda, e  
322 aquilo foi muito triste. Então saímos dali, saí dali com a determinação de que a gente  
323 agora ia ter programas voltados diretamente às comunidades. É correto fortalecer o  
324 ICMBio, já fizemos isso, mas uma parte desse recurso, inclusive, vem da filantropia, cuja  
325 a entrevista coletiva do presidente me deu um tempinho para fazer ali a primeira reunião  
326 e mobilizar alguns recursos. Uma outra coisa igualmente importante nessa agenda de  
327 valorização de quem protege é o TFFF, que nós estamos trabalhando agora mesmo uma  
328 série de articulação para que ele esteja de pé e operacional na COP30, aonde recursos  
329 serão destinados diretamente por hectare de floresta preservada para as comunidades  
330 indígenas, populações tradicionais, agricultores familiares e até o proprietário que tem  
331 área preservada, que deixa de desmatar. Então só um pequeno parêntese aqui, porque  
332 eu gosto muito da frase: “Só existe o que se faz.” E eu fiquei até emocionada do Capô  
333 lembrar que a gente reconheceu o povo faxinalense como uma comunidade tradicional,  
334 alguns anos se passaram e quis Deus, bem que eu queria que tivesse sido antes, mas  
335 não foi, que fôssemos nós que fizéssemos agora a criação da reserva. Então é isso, só  
336 existe aquilo que se faz e às vezes a gente tem que ser disruptivo, ter visão prospectiva  
337 das coisas, porque senão, até hoje, a gente ainda estaria com o Ministério como uma  
338 secretaria nacional.

339 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
340 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Então, encerrando, [ininteligível]  
341 que eu pedi desculpas no discurso lá no Palácio, porque ficou um pouco longo, como  
342 está sendo agora, porque são muitas coisas, mas se a gente realmente não compartilha,  
343 fica parecendo que as coisas não estão acontecendo. A senhora mesmo disse no início,  
344 na abertura, que nós temos que nos apegar àquilo que nós estamos conquistando, para  
345 que a gente possa seguir enfrentando os grandes desafios, como é o caso desse PL do  
346 licenciamento, que vamos discutir na sequência. Mas para encerrar agora, de fato, as  
347 conquistas da Semana Mundial do Meio Ambiente, eu queria informar que nós tivemos,  
348 na reunião do Fundo Nacional do Meio Ambiente, uma reunião excepcional do fundo,  
349 queria parabenizar a Mirian, que está aqui presente e coordena o fundo com muita  
350 dedicação, junto com o Rodrigo Vieira, que não está aqui porque está nos representando  
351 em uma viagem no exterior. Nós tivemos duas aprovações. Um foi o edital Periferias  
352 Verdes e Resilientes, uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério das

353 Cidades, que vai destinar R\$ 25 milhões de reais em projetos de organizações da  
354 sociedade civil preparatórias, propondo ajustes e melhorias na gestão, na preparação de  
355 ação nas cidades para adaptação às mudanças climáticas, com base em soluções  
356 baseadas na natureza, está aqui o nosso secretário Adalberto, que batalhou muito por  
357 isso. Parabéns, Adalberto, foi uma conquista importante incluir esse tema, assim como  
358 conseguir o apoio do Ministério das Cidades, que inclusive o ministro Jader esteve no dia  
359 5 Mundial do Meio Ambiente, parabenizando a equipe, parabenizando você por essa  
360 importantíssima conquista. E uma outra inédita, que nós vamos comemorar aqui agora,  
361 foi o lançamento do edital de apoio aos municípios que hoje estão na linha de risco, na  
362 frente de risco de incêndios florestais. Esse edital é inédito, porque ele é uma parceria  
363 entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Isso  
364 foi uma conquista importantíssima, uma parceria extremamente promissora, ministra, e  
365 muito dinâmica com o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Nós temos aqui  
366 presente o Vítor Guimarães, que é diretor do Departamento de Políticas de Direitos  
367 Coletivos e Difusos, que permitiu nas tratativas com o Fundo Nacional do Meio Ambiente,  
368 capitaneadas pelo secretário André Lima, que também não está aqui, porque está nos  
369 representando em uma conferência em Roma, sorte dele. Mas eu queria, então,  
370 agradecer muito ao Ministério de Justiça e Segurança Pública e queria pedir, convidar ao  
371 Vítor Guimarães que pudesse aqui usar o microfone para nos trazer algumas palavras  
372 aqui pelo apoio fundamental a esse edital, que eu espero que se repita outras vezes,  
373 justamente garantindo recursos na ponta para que os municípios que estão no programa  
374 União com Municípios se capacitem para enfrentar o drama dos incêndios florestais, que  
375 cada vez aumentam mais em função do agravamento da crise climática. Então, por favor,  
376 Vítor, com a palavra.

377 **O SR. VITOR GUIMARÃES** – Secretário Capô, Ministra Marina, é uma honra estar aqui  
378 nessa reunião do CONAMA. Logo depois, e no meio desse conjunto de ataques que o  
379 Brasil está sofrendo, e a senhora que não se submete, é referência. Minha esposa falou:  
380 “Se você estiver com a Marina, fala que ela tem uma fã aqui em casa.” E tenho certeza  
381 que não é só lá. Fico feliz, Capô, que a gente está conseguindo lançar aqui. É uma honra  
382 para mim estar lançando esse edital junto da Ministra Marina. O Fundo de Direitos Difusos  
383 é um fundo para reparação, recuperação e promoção de direitos coletivos e difusos,  
384 aqueles que são para todos, que não dá para entender exatamente para quem é. É

385 oriundo de condenações, é oriundo de multas, de aplicações, por exemplo, do Cad e do  
386 Ministério Público Federal. E nós, com a participação do João Paulo Sotero, ex-  
387 conselheiro, com a participação do Roberto, conselheiro do FDD, nós conseguimos a  
388 aprovação desse recurso. Uma aprovação histórica, R\$ 20 milhões de reais, somados  
389 aos R\$ 12 milhões que o Fundo Nacional do Meio Ambiente tinha, para em uma parceria  
390 interinstitucional, entre ministérios, para em uma parceria com os municípios, a gente  
391 chegar na linha de frente. São 81 municípios que estão listados, como esses municípios  
392 lá na ponta. Tem a resolução do COMIF, de estabelecimento dos planos para o  
393 enfrentamento desses municípios, e não só a gente está aprovando a política, como a  
394 gente está conseguindo financiar. Serão 32 municípios, pelo menos, apoiados, entre 800  
395 e R\$ 1 milhão de reais, para comprar equipamento, para comprar material, para formatar  
396 o seu plano. Esse edital já está publicado hoje no Diário Oficial, e isso, como a ministra  
397 falou, é prospectivo, é de futuro, a gente está estabelecendo uma parceria e estamos  
398 começando uma política piloto. A gente está fazendo com que o recurso chegue nos  
399 municípios. Tem gente que usa o dinheiro e faz chegar nos municípios de forma que a  
400 gente não sabe. Aqui está saindo do fundo do meio ambiente, está saindo do fundo de  
401 direitos difusos, para chegar na linha de frente do incêndio e para fazer com que o meio  
402 ambiente esteja preservado. Então, parabéns ao CONAMA, obrigado pela parceria para  
403 o Ministério do Meio Ambiente, e enfim, vamos lá, porque a gente vai vencer.

404 **A SR<sup>a</sup>. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**  
405 **Mudança do Clima - MMA)** – Obrigada pelas palavras, Vítor, e dê um abraço na sua  
406 esposa, não é? Acho que uma das coisas que ficou muito forte e que eu sinto em todo  
407 canto, engraçado que agora, mesmo fora do Brasil, como as pessoas acompanharam a  
408 internet para o bem e para o mal, pessoas falando em outras línguas que estavam  
409 solidárias com o que aconteceu aqui no Brasil. E a ideia de que não sou submissa pegou  
410 com uma força muito grande em todas nós, as mulheres. De fato, não somos submissas  
411 e nos levantamos e nos levantaremos sempre, porque o nosso lugar é onde nós  
412 escolhermos e onde nós, às vezes, temos que construir o lugar que escolhemos, porque  
413 ele ainda não existe.

414 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
415 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Falando em mulheres, eu acabei

416 de ver a Vanessa Negrini lá no fundo e queria informar, não é, Vanessa? Me desculpe,  
417 mas quando eu destaquei a lei que foi sancionada pelo presidente Alckmin, eu esqueci  
418 de dizer que também incluiu a questão do atendimento, tanto a fauna impactada por  
419 incêndios, como também a questão do tratamento ético de cães e gatos, uma conquista  
420 sua, parabéns por essa vitória. Muito bem. Falando em... Só existe o que se faz, como é  
421 que é, só existe o que se faz? E falando em direitos difusos, nós temos agora o prazer,  
422 ministra, de passar a palavra para alguém que fez muito, e nós estamos aqui reunidos  
423 para avançar na legislação porque fez muito, que é o deputado Fábio Feldmann,  
424 deputado constituinte, todos nós sabemos, e não é nenhuma LOA equivocada, mas todos  
425 nós reconhecemos a liderança que ele exerceu na Constituição, todos nós sabemos que  
426 ele liderou a construção do capítulo de meio ambiente, não só de meio ambiente, ele  
427 também liderou o capítulo de defesa dos direitos indígenas, alguns não reconhecem, mas  
428 ele teve um papel central nisso, assim como ele também liderou toda a questão de  
429 proteção dos quilombolas, ou seja, teve um papel absolutamente fundamental na  
430 constituinte, e depois de constituinte foi responsável pelo aprimoramento legal, a lei da  
431 Mata Atlântica é de origem dele, que nós conseguimos aprovar também no nosso  
432 governo em 2006, um esforço muito grande junto ao Congresso Nacional, mas a partir  
433 da base que o Fábio havia construído, e nada mais justo, correto, que no momento em  
434 que o sistema, todo o arcabouço legal do licenciamento ambiental que foi produzido por  
435 essa Casa, principalmente, e que há um impacto brutal sobre tudo que foi conquistado,  
436 nada mais adequado que chamar um dos pais desse arcabouço legal para nos informar  
437 e dar a sua visão do que significa o atual projeto de lei do marco legal do licenciamento  
438 recém-aprovado no Senado. Então, com a palavra o ilustre amigo deputado Fábio  
439 Feldmann.

440 **O SR. FÁBIO FELDMANN** – Bom, pessoal, primeiro queria agradecer a oportunidade de  
441 estar aqui, e para aqueles bem mais velhos, o César, que está lá da Funatura, o Rubinho,  
442 que trabalhou comigo, o Rubinho me trata bem, Elô, porque ele tem medo que eu conte  
443 a grande trajetória dele de lobinho a escoteiro, junto com o Mário Mantovani, sabe aquela  
444 história: O passado condena, João? É um pouco isso, e durante a constituinte,  
445 [ininteligível] Guilherme, eu vinha praticamente toda a reunião do CONAMA, para  
446 conversar com o CONAMA sobre o andamento da questão ambiental na Assembleia  
447 Nacional Constituinte, e é um prazer imenso estar aqui, inclusive dizer que o CONAMA

448 teve uma enorme contribuição como ABEMA, que nós, na verdade, é só imaginar, há 40  
449 anos atrás, quando o tema ambiental não tinha a densidade política que tem hoje, colocar  
450 o tema de meio ambiente, inclusive, Guimarães, você citou a Lei dos Interesses Difusos,  
451 eu sempre digo que a Lei dos Interesses Difusos de 85 mudou o perfil do judiciário  
452 brasileiro, foi depois dessa lei, e eu posso falar, o Capô lembra muito bem disso, eu fui  
453 advogado da Associação das Vítimas de Cubatão, e naquele momento, o judiciário  
454 brasileiro não entendia possível, admissível, você entrar com uma ação em nome dos  
455 interesses coletivos e difusos, inclusive o Capô, eu chamo ele de Capôzinho na  
456 intimidade, lembra que quando nós fomos registrar a Associação das Vítimas da Poluição  
457 das Más Condições de Vida, o oficial do cartório de Cubatão, Cubatão era o município  
458 mais importante do Brasil em termos de contribuição para o PIB, negou o registro da  
459 entidade, dizendo que era uma ameaça à segurança do Estado brasileiro, e nós tivemos  
460 que ir para o Poder Judiciário. Marina, eu também tenho que fazer um comentário, que  
461 eu conheci hoje a noiva do meu filho Benjamim, estou acertando com a família dela, ela  
462 está ali ao lado do João de Deus, eu estou acertando os detalhes do casamento com os  
463 pais dela, ela não conhece o noivo, nem o noivo conhece ela, mas eu conversei com a  
464 Marina, a Marina disse que abençoa esse casamento. Marina sempre, aliás Marina,  
465 minha solidariedade total, ela ficou vermelha, olha lá, não precisa, é brincadeira, o  
466 Benjamim também não sabe desse assunto, ela é filha da Mirian, não é um bom  
467 casamento?

468 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
469 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas observe que ela está entre dois guarda-  
470 costas catarinenses, olha, a Mirian só liberou ela com os dois guarda-costas.

471 **O SR. FABIO FELDMANN** – Não se aplica OIT 169 de consulta prévia nesses casos,  
472 desculpa pessoal, não aplica. Então, eu estou muito feliz de estar aqui e Marina, mais  
473 uma vez, a minha solidariedade, porque você nos representa, eu comentei, eu falo de  
474 público aqui, quer dizer, eu acho que a Marina é a principal política do Brasil, a mais  
475 competente, a mais intuitiva e a mais brilhante. E eu acho isso, óbvio que a gente tem  
476 divergências, porque a divergência é democrática, não é isso, Capobianco? Eu queria  
477 falar um pouco da Constituinte e do capítulo do Meio Ambiente da Constituinte. Quer  
478 dizer, as pessoas às vezes esquecem, viu, Adalberto, que a inspiração da Constituinte

479 foi a conferência de Estocolmo, porque a conferência, a Rio 92, ela veio um pouco depois,  
480 aliás, 88, logo depois da promulgação da Constituição, nós tivemos a morte do Chico  
481 Mendes, que colocou o Brasil na berlinda muito negativamente, e o primeiro relatório do  
482 INPE sobre queimadas, que inclusive, viu, Marcela, quando eu recebi esse relatório, eu  
483 liguei para o INPE, falei: “Existe um erro de datilografia”, isso prova, viu, Rodriguinho,  
484 minha idade, porque nós achávamos que não era possível a escala de queimadas de 20  
485 milhões de hectares, quer dizer, nós trabalhávamos com números muito menores do que  
486 aqueles. E quando você, olha, o Capô foi generoso comigo, ele me levou em uma reunião  
487 na Câmara dos Deputados, quer dizer, quando me perguntam da Constituinte, eu queria  
488 fazer um comentário para você, Rubinho, e para você, Anchieta: A Constituinte foi muito  
489 generosa com o Brasil, se vocês verificarem a Constituição Brasileira, ela foi generosa  
490 na área de meio ambiente, ela foi generosa na parte de infância e adolescência, que é o  
491 artigo 227, Marcelino, ela foi generosa no artigo 231, quer dizer, e por que a Constituinte  
492 foi generosa, na minha opinião? Porque ao contrário do Parlamento de hoje, todos os  
493 Constituintes, eles tinham a noção de que seria importante deixar um legado para a  
494 sociedade brasileira, viu, Maurinho, na etapa final da democratização, a Constituinte e a  
495 nova Constituição de 88, ela foi a etapa final da democratização, e eu sempre comento  
496 isso, viu, Ana Flávia, que não teve, durante a Constituinte, um parlamentar, mesmo  
497 aqueles, Marina, que vieram do outro lado nesse processo de democratização, que  
498 questionaram a democracia no Brasil, nenhum parlamentar, João, todos os  
499 parlamentares, mesmo aqueles que vieram do outro lado, até porque, não sei se vocês  
500 lembram, houve uma enorme discussão na Assembleia Nacional Constituinte, Congresso  
501 Constituinte, mas havia lá uma unanimidade, primeiro, em relação à democracia, quer  
502 dizer, ninguém questionou a democracia, mesmo parlamentares que vinham do outro  
503 lado tiveram um papel muito relevante, por exemplo, no 231 capítulo dos índios, quer  
504 dizer, eu, às vezes, eu acho até que as pessoas são injustas, o Jarbas Passarinho, que  
505 tinha sido senador, ministro, que assinou, quer dizer, o AI-5, ele foi um dos grandes  
506 avalistas do capítulo dos índios, pouca gente sabe disso, e ele vinha do outro lado e foi  
507 importante porque ele neutralizou, quer dizer, o movimento, inclusive, que havia na  
508 Constituinte contra os índios, e de vez em quando, Marina, eu encontro o pessoal, viu  
509 Rodrigo, o Rodrigo ele me trata bem porque eu conheço ele desde os 14 anos de idade,  
510 é outro que tem que me tratar bem para não contar o passado condena dele, então, agora

511 ele está importante, eu ligo, ele diz: “Ah, não sei se posso te atender”, enfim, brincando  
512 com ele, mas eu estou falando dessa história do 231 porque havia um movimento muito  
513 forte na Constituinte, Rubinho lembra bem, que era fazer uma distinção entre índios  
514 culturados e aculturados, os índios que eram considerados aculturados não teriam  
515 nenhum direito, e essa era uma tese, inclusive, que vinha de setores militares, pouca  
516 gente sabe disso. Então, o que marcou, na minha opinião, a Constituinte? Nós tínhamos  
517 essa noção, óbvio que com opiniões diferentes, que era importante um legado para o  
518 Brasil, e a Constituição de 88 é a Constituição mais longeva da história do Brasil, quer  
519 dizer, nós tivemos muitas Constituições, quer dizer, mas é a Constituição mais longeva,  
520 inclusive, quero dizer para vocês que o Supremo poderia dar uma contribuição  
521 importante, quer dizer, acabando um pouco com a farra das PECs, porque agora, quer  
522 dizer, a pretexto de você garantir constitucionalidade em qualquer assunto, você tem  
523 PEC, inclusive no capítulo do Meio Ambiente, o capítulo do Meio Ambiente, Capô, teve  
524 uma PEC sobre energia renovável que nem eu sabia, soube depois que foi promulgado,  
525 você sabe disso, quer dizer, o Rodrigo foi deputado e isso é um apelo, eu espero que  
526 mais gente que está nessa plenária, Adalberto, vá para o Parlamento, porque um dos  
527 problemas que nós temos é a falta de representatividade dos nossos temas no  
528 Parlamento, que gera isso que aconteceu. E o capítulo do Meio Ambiente? Primeiro,  
529 coisas interessantes sobre o capítulo do Meio Ambiente. Muita gente me pergunta sobre  
530 por que nós colocamos o direito ao meio ambiente no artigo 5º, que são os direitos  
531 tradicionais, não é, Marcela? E eu sempre conto, porque não havia ambiente, clima, na  
532 Constituinte, porque as pessoas não consideravam como importante constitucional o  
533 direito ao meio ambiente. Então, no artigo 5º, que tem as garantias e os direitos clássicos  
534 da cidadania, não conseguimos colocar lá. Daí nós colocamos no que veio a ser o 225.  
535 E a coisa é tão interessante que hoje, Marina, eu estava, esqueci a menina dos animais  
536 que está lá, a Vanessa, que hoje eu defendo que quando no 225 fala: “Todos têm direito  
537 ao meio ambiente”, eu entendo que são seres humanos e não humanos. Que é uma  
538 interpretação possível, porque não está naquele direito. Inclusive, Vanessa, eu vou contar  
539 uma outra história para você, que a Constituição Brasileira é a primeira que proíbe a  
540 crueldade contra os animais. E por que é isso, Marina? Porque nós estávamos no meio  
541 da Constituinte quando surgiu a farra do boi em Santa Catarina. E daí eu até, quem era  
542 meu assessor era o Paulo Nogueira Neto. O Paulo Nogueira Neto era super disciplinado.

543 Não tinha, o Rubinho lembra, não tinha internet. Então, a gente mandava em papel o  
544 texto para ele, ele comentava e me devolvia o texto. E foi por isso que nós colocamos a  
545 proibição à crueldade. O que é importante, e aqui também faço uma ressalta, Mauren,  
546 que é importante. No Brasil se despreza muito as Constituições Estaduais. Ninguém dá  
547 a mínima bola para as Constituições Estaduais, mas eu quero dizer para vocês que  
548 muitas Constituições Estaduais são mais detalhadas do que a Constituição Federal de  
549 88. E isso é importante, inclusive, ao projeto de lei do licenciamento, porque a lei nacional  
550 não vai revogar as Constituições Estaduais. Eu dou o exemplo da Constituição de São  
551 Paulo, que ela, não sei nem se corretamente, prevê as três etapas do licenciamento no  
552 texto constitucional. Então, você só vai, mesmo a participação pública e audiência pública  
553 está prevista no texto constitucional. Então, eu estou até comentando isso, porque a  
554 pretexto de segurança jurídica, esse projeto de lei vai trazer mais segurança jurídica e a  
555 judicialização. Não é, Barroso? Infelizmente, é isso. E o artigo, talvez o dispositivo mais  
556 importante, é difícil dizer qual é o mais importante na Constituição. Quando me cobram,  
557 por exemplo, porque o Cerrado, a Caatinga e o Pampa não estão em patrimônio nacional,  
558 foi porque o Capô não fez esforço para isso, nem o Rubinho. É culpa do Capô, pode falar.  
559 Não, é brincadeira, porque não tinha cultura no país para colocar o Cerrado e a Caatinga.  
560 Por isso que não entrou o Cerrado e a Caatinga. E entrou a Serra do Mar, que não é  
561 bioma. E por que entrou a Serra do Mar? A Marina foi senadora e é deputada, porque um  
562 deputado do Rio de Janeiro, chamado, esqueci, era presidente do Flamengo, aliás, um  
563 bom time. Ele colocou a Serra do Mar. E eu, pessoalmente, Marina, não era a favor da  
564 Serra do Mar, porque não era bioma. Hoje, eu defendi na tripartite a Serra do Mar, porque,  
565 pela instabilidade geológica da Serra do Mar, eu acho que cabe uma legislação nacional  
566 da Serra do Mar, porque ela é instável e com a previsão de chuvas muito intensas, quer  
567 dizer, nós teremos muitos desastres naturais na Serra do Mar. Não é isso? E entrou. E,  
568 voltando ao capítulo do meio ambiente, se eu fosse escolher qual é o instrumento mais  
569 importante Ana Flávia, do ponto de vista instrumental, é o estudo de impacto ambiental.  
570 Porque o estudo de impacto ambiental, Marina, ele dá caráter operacional ao texto  
571 constitucional. Quer dizer, isso é muito importante. E é um instrumento que a sociedade  
572 brasileira não tem ainda a noção da importância, porque ele é absolutamente  
573 democrático. Até a Constituição de 88, daí vai se falar que veio a avaliação do estudo de  
574 impacto ambiental em uma legislação de 2001, depois veio a resolução do CONAMA,

575 001, mas o que deu musculatura constitucional foi o artigo 225. E por que ele é  
576 democrático? Porque, até então, o que se fazia em termos de infraestrutura no Brasil?  
577 Se fazia infraestrutura, quer dizer, hidroelétricas, por exemplo, se tomava porção de  
578 território de estados no Brasil e a empresa responsável pela implantação do  
579 empreendimento hidráulico da... Administrava a briga de casal, porque o território era  
580 totalmente dominado pela empresa que implantou algumas das Tucuruí, Balbina. E eu  
581 falo de Balbina, Marina, porque eu fui conhecer Balbina há três anos atrás. E Balbina foi  
582 uma polêmica, Marcelino, muito grande entre nós, porque Balbina é um péssimo exemplo  
583 de engenharia no mundo. Reservatório gigante para uma produção de energia, você  
584 conhece bem lá, não é isso? Quer dizer, não teríamos Balbina hoje se tivesse estudo de  
585 impacto ambiental. Segundo exemplo é Angra dos Reis. Quem coloca uma usina nuclear  
586 na costa, quer dizer, vulnerável a eventuais ataques terroristas que podem acontecer no  
587 mundo hoje em dia. E a evacuação de um acidente naquela região muito difícil, que  
588 imaginem vocês chovendo muito, Serra do Mar desliza, não tem como fazer evacuação  
589 via terrestre, e se a situação do mar estiver muito difícil, eu não consigo, Adalberto,  
590 Maurinho, retirar as pessoas para lá. Então, o estudo de impacto ambiental, eu quero  
591 enfatizar isso, ele é rigorosamente democrático. Ele não diz respeito a nós, meio  
592 ambiente, apenas. Ele é a oportunidade que você dá para a sociedade opinar. E aí vai  
593 uma das críticas que eu tenho à questão do projeto aprovado: Participação no  
594 licenciamento ambiental é absolutamente um imperativo constitucional. Você não pode  
595 excluir a participação da sociedade. Até porque melhora os projetos. Por exemplo,  
596 quando eu fui secretário de meio ambiente, tinha um projeto de ampliação de uma rodovia  
597 a Bandeirantes, que o técnico do governo pegou no mapa, dois pontos mais perto, e  
598 cruzava a estrada em cima de uma comunidade. Então, não tem como retirar o aspecto  
599 de participação no licenciamento ambiental, porque ele é democrático. E quero insistir,  
600 os estados, na sua maioria, na [ininteligível], prevê o estado a participação. Tem que  
601 melhorar o licenciamento? Tem. Mas aqui vai uma proposta para o CONAMA: O  
602 problema do licenciamento não é um instrumento de licenciamento. O problema do  
603 licenciamento está no esvaziamento institucional do Sistema Nacional de Meio Ambiente.  
604 Eu dou o exemplo de São Paulo, apesar que eu tenho viajado muito. Quando eu fui  
605 secretário de meio ambiente, há 30 anos atrás, quer dizer, ele ainda andava de bicicleta,  
606 o Rodrigo, com rodinha, para vocês terem ideia. Quer dizer, nós tínhamos para a Polícia

607 Ambiental de São Paulo, 2.200 homens. Para o país. E dos 2.200 homens, eu faço uma  
608 conta fácil, viu Marina? Eu faço com o Capô, fiz com Capô. São Paulo tem 645  
609 municípios, alguma coisa em torno de 700 municípios. Dividindo 2.200 por 3, daria  
610 alguma coisa de 3,2, não é Rubinho? Você que fazia as contas quando eu era deputado,  
611 depois me abandonou, mas enfim. Dá 3 policiais ambientais por município. Levando em  
612 consideração que o policial ambiental trabalha 8 horas por dia, isso dá menos de um  
613 deputado, de um policial por município. Hoje, passados 30 anos, Ana, nós temos 1.800  
614 homens na Polícia Ambiental. Pergunto como é possível ter diminuído o contingente no  
615 Estado que tem o maior contingente de policiais ambientais do Brasil. Quer dizer, então,  
616 o que nós assistimos, que é um paradoxo, na minha opinião, é que o tema de meio  
617 ambiente ganhou importância, João. O tema de meio ambiente é relevante na agenda  
618 mundial. Como a Marina falou, o desafio da humanidade é a mudança do clima e o  
619 aquecimento global. Não adianta como retirar isso. Aliás, o Capô sempre me acusou de  
620 eu abandonar a biodiversidade, que ele dizia: “Você agora só cuida de clima, agenda de  
621 clima.” É porque o impacto do clima na biodiversidade é devastador. Essa é a verdade.  
622 E a verdade é a seguinte: Que houve um esvaziamento, aí, Marina, suprapartidário e  
623 democrático da área ambiental. Quer dizer, no governo federal também, com todos os  
624 esforços, essa é a verdade. E nos governos estaduais, não é, Marina? É um Deus nos  
625 acuda. Quer dizer, ao contrário do que era de se supor, porque pega São Paulo, pega o  
626 número de áreas, o tamanho de áreas protegidas há 30 anos atrás e de hoje, cresceu o  
627 número de áreas protegidas, não é isso? Quer dizer, cresceram as atribuições relativas  
628 ao meio ambiente. Quer dizer, poluição do ar, poluição das águas, e diminuíram as  
629 estruturas de meio ambiente. E, levando em consideração que 90% do licenciamento é  
630 estadual, esse quadro fica mais dramático. Então, quer dizer, nós assistimos uma demora  
631 que, em parte, é causada pelo esvaziamento da área de meio ambiente do ponto de vista  
632 governamental e público. Essa é a verdade. Quer dizer, os órgãos ambientais... Eu  
633 conheço um caso de uma empresa chamada Suzano, que é a maior produtora e  
634 exportadora de celulose do mundo, comprou uma área em Minas Gerais. E, depois de  
635 10 anos, devolveu a área para plantio de eucalipto, porque o órgão ambiental não  
636 respondia se podia ou não plantar eucalipto. Então, eu estou falando isso, tenho falado  
637 muito com a Marcela, que o desafio do CONAMA, da ABEMA e da ANAMMA, Marçal, é  
638 o seguinte: Temos que fortalecer a estrutura governamental de meio ambiente. Não há

639 possibilidade de uma boa governança ambiental na precariedade que os órgãos  
640 ambientais estão trabalhando. E, como eu proponho, já falei isso muito com o Capô e  
641 com a Marina, alguns anos atrás, eu entrei na sala do Serra, José Serra. E ele estava  
642 assinando um contrato de \$ 10 milhões de dólares, Guilherme, com o Banco Mundial.  
643 Serra, \$ 10 milhões, João, para São Paulo? Você não entendeu nada. Quem conhece o  
644 Serra sabe que ele é muito gentil no trato. Fábio, você não entendeu nada. Como assim,  
645 Serra? Porque eu estou fazendo um contrato de empréstimo para garantir continuidade  
646 depois que eu sair do governo. Quer dizer, uma das dificuldades que nós temos é a  
647 continuidade que a Marcela chama um projeto de Estado e não de governo. Então, eu  
648 acho que o desafio aqui no licenciamento ambiental, eu vou falar um pouco do projeto, é  
649 o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Sem isso, nós  
650 vamos estar enfrentando as dificuldades e até estou olhando para a Maurinha, porque  
651 ela é secretária lá do Mato Grosso, futura deputada e assim por diante, não é isso? Mas  
652 o fato é que a área de Meio Ambiente, o secretário de Meio Ambiente, municipal, como a  
653 ministra do Meio Ambiente, nós somos o miolo do sanduíche. Nós ficamos pela pressão  
654 da sociedade e do setor empresarial e o governo. E aí tem uma dificuldade grande, na  
655 minha opinião, que, aliás, eu vou falar do capítulo do Meio Ambiente, é que governos e  
656 regimes democráticos, o horizonte de tempo é eleitoral em qualquer lugar do mundo. E a  
657 perspectiva do Meio Ambiente é sempre médio e longo prazo. Quer dizer, a Constituição  
658 Brasileira foi a primeira Constituição no mundo que reconhece o direito das futuras  
659 gerações, que, aliás, eu, pessoalmente, acho que a gente ainda não usou no judiciário  
660 devidamente, viu, Barroso, o direito das futuras gerações. Então, o ministro do Meio  
661 Ambiente, o secretário estadual, municipal, ele está sempre enfrentando isso. Eu cito o  
662 meu caso, o Mário Covas, a geração do Mário Covas, todo mundo sabe, era um  
663 governador extraordinário, faz falta, porque ele tinha muita posição, mas ele não tinha  
664 nenhuma paciência comigo, nenhuma. Por que o Mário Covas não tinha paciência?  
665 Porque o Mário Covas, ele tinha uma agenda, que é a agenda dessa geração, Marina,  
666 que é segurança, educação e saúde. Então, ele não entendia, ele achava que o  
667 licenciamento ambiental criava dificuldades, a ponto de, quando ele fez o discurso para  
668 a reeleição, ele deixou todos os secretários, Marina, e deixou por último. Falou: “Ah,  
669 vocês conhecem o Fábio, ele defendeu o Meio Ambiente e o planeta e não defendeu o  
670 governo”, porque a visão que ele tinha era essa, que a gente criava dificuldades, e criava

671 justamente, porque qual é o papel do secretário e do ministro do Meio Ambiente? É  
672 defender o meio ambiente. Não adianta, é defender o meio ambiente. Nós estamos lá  
673 para isso, não é, Maurinha? Quer dizer, nosso papel é defender o Meio Ambiente, e,  
674 Marçal, nem sempre nós somos entendidos na minha opinião, pelos governos, porque,  
675 de fato, a área de Meio Ambiente, quer dizer, o licenciamento ambiental, vou falar um  
676 pouco. Primeiro, dizer que o primeiro projeto de licenciamento que está se falando no  
677 Congresso é de 88, chama-se 710 de 88, fui eu que apresentei. Não era um bom projeto,  
678 por isso que eu nunca insisti muito, porque nós copiamos, Rubinho, você lembra, a  
679 resolução do CONAMA, e apresentamos, por uma razão, quem apresenta o primeiro  
680 projeto, minha Nora querida, tem precedência, e, portanto, todos os projetos têm que  
681 serem apensados a isso. Mas era um projeto que baseava-se no licenciamento, e aqui  
682 eu tenho falado isso. As pessoas não sabem, mas quem vocês imaginam que criou a  
683 avaliação ambiental no mundo? Um governo de esquerda? Negativo. Foi o Richard  
684 Nixon, na década de 70, um presidente republicano que criou a avaliação ambiental nos  
685 Estados Unidos, chamada NEPA, e criou o EPA, que foi o primeiro Ministério do Meio  
686 Ambiente. Sabia disso, Marina? Então, a gente não pode cair nessa armadilha ridícula  
687 de dizer que essas iniciativas são do campo da esquerda, porque não são, são do campo  
688 da cidadania na veia. E eu sempre lembro que o primeiro, Anchieta, a primeira chefe de  
689 Estado a compreender a mudança do clima foi a Margaret Thatcher. Por quê? Porque ela  
690 era química de formação. Então, ela compreendeu a importância disso. Então, essa  
691 armadilha de dizer que essa polarização sempre nos prejudica, não é, Marina? Porque  
692 os setores mais à direita nunca nos apoiam e os setores da esquerda, às vezes, são um  
693 pouco hesitantes no apoio que tem para nós, não é isso? Então, eu quero dizer que o  
694 licenciamento, quer dizer, esse projeto de lei, que deveria ter surgido há muito tempo,  
695 que chama Lei Geral do Licenciamento, é tudo menos lei geral. Porque a lei geral teria  
696 que ser uma moldura, como é a Convenção do Clima, inclusive a permitir que os estados  
697 e municípios atuem nas suas peculiaridades. Ele é uma lei que vai, na minha opinião,  
698 judicializar, porque a Constituição fala: Significativo impacto ambiental. Se o projeto de  
699 lei dispensa a avaliação ambiental, não apenas vai para o supremo a constitucionalidade,  
700 mas imaginem vocês que são um empreendedor que está apresentando um projeto que  
701 é dispensado do significativo ambiental. Vai para o judiciário. Óbvio que vai para o  
702 judiciário. Seja a Defensoria Pública, seja o Ministério Público Federal ou Estadual, enfim.

703 Palavras finais que eu gostaria de deixar aqui registradas: Nós temos que colocar juízo  
704 em relação a essa lei de licenciamento para evitar a insegurança jurídica que, na minha  
705 opinião, vai causar. Nós temos que fazer um apelo com a maior dificuldade que tem que  
706 ser dita com clareza. Esse projeto saiu da Câmara. Às vezes se fala do projeto da  
707 Câmara. O projeto da Câmara é muito ruim também. Não adianta dizer, o projeto da  
708 Câmara, Marcelo, o projeto da Câmara já é ruim. Inclusive, quero registrar que eu fui  
709 várias vezes com o Rodrigo em audiência pública, lembra? Até o relator, era o Kim  
710 Kataguirí, e não conseguimos. E o Kim Kataguirí foi muito cruel conosco, viu, Marina?  
711 Porque quando ele fez a defesa do projeto em plenário, ele citou regras, na minha  
712 opinião, inconstitucionais de governos da Bahia, Ceará e Maranhão, para dizer que o  
713 desmantelamento é suprapartidário, viu, Marina? Para não falar desses governos, para  
714 se falar do Rio Grande do Sul. Quer dizer, há um movimento de desmantelamento do  
715 licenciamento ambiental, como estou dizendo, ao invés de se trabalhar no fortalecimento  
716 nacional. Então, três recados. Um, que eu tenho falado, combinei com o Capobianco, ele  
717 disse que ia falar com a Marina, que eu acho que nós temos que criar uma resolução do  
718 CONAMA incorporando a dimensão climática no licenciamento. Isso a favor dos  
719 empreendimentos. Imaginem vocês que eu estou fazendo um empreendimento de  
720 infraestrutura. Vamos pegar o exemplo que eu citei, Serra do Mar, ou naquela região.  
721 Quer dizer, esse empreendimento está incorporando os cenários de chuvas intensas e  
722 deslizamento, que a adaptação é no interesse do empreendedor. Eu vou fazer um grande  
723 empreendimento, um porto, para falar de infraestrutura, em uma área que está sujeita,  
724 por exemplo, no Recife, à elevação do nível do mar, Marina. E a questão da mitigação.  
725 Segundo, Adalberto, você que não está prestando atenção, eu peguei aqui no pé dele, e  
726 você está... Deixa de ficar, você disse que liga mais tarde. Teu amigo está falando. Estou  
727 brincando com ele, Marina. Depois o pessoal fica ofendido comigo o resto da vida. Mas  
728 eu acho que nós temos que fazer uma norma do CONAMA sobre incêndios florestais. E  
729 eu vou explicar por quê. Eu estive nos Estados Unidos, o ano passado, e eu fui na  
730 Academia de Ciências, porque no mundo não existe norma sobre poluição de incêndios  
731 florestais. Que é um fenômeno relativamente recente. Então, Adalberto, em vez de você  
732 ficar aí, vai lá, apresenta daqui a duas semanas uma norma do CONAMA sobre isso. E  
733 terceiro, eu queria dizer para vocês que, de fato, a Câmara e o Senado não podem  
734 modificar muito, mas nós temos, não é, Marina, que fazer um esforço grande para um

735 projeto efetivo de lei geral de licenciamento. E para a ABEMA e para a ANAMMA, para a  
736 ABEMA verificar as Constituições Estaduais, que eu acho que haverá incompatibilidade,  
737 e para a ANAMMA também nos planos diretores dos municípios, que eles estão... Quer  
738 dizer, é interessante, eles estão tirando o papel, na verdade, dos municípios nesse  
739 projeto, porém os planos diretores têm norma sobre regras ambientais. Então, eu acho  
740 que o que eu estou propondo aqui é de caráter muito pragmático. Enfim, temos que nos  
741 esforçar para por juízo, quer dizer, inclusive atrair um setor empresarial mais cosmopolita  
742 e dizer para eles que este projeto, se aprovado, aumenta a insegurança jurídica, inclusive  
743 dos empreendimentos. E até um comentário sobre isso, que, enfim, quer dizer, aqui um  
744 apelo para a ABEMA, da Lei da Mata Atlântica, que até você ontem cabulou a reunião,  
745 que existem dificuldades, como falta de gente do Ibama para se manifestar na anuência,  
746 então demora. E dizer, Marina, que a exclusão do ICMBio e a exclusão da FUNAI é  
747 rigorosamente inconstitucional. Não se revoga a Constituição por lei. Quer dizer, então é  
748 isso. Mais uma vez, só a Marina teve uma reunião recente com Tribunais de Conta da  
749 União, tribunais de conta, e eu quero dizer para vocês que eu estou aí, nos últimos três  
750 anos, trabalhando muito no sentido de colocar tribunais de contas na governança  
751 ambiental. Inclusive nessa questão de falta de recursos. E qual é o argumento  
752 constitucional? Artigo 225 fala: “Todos têm direito ao meio ambiente bem de uso comum  
753 do povo.” Bem de uso comum do povo foi emprestado, o Capô não quis fazer direito, fez  
754 biologia, enfim, deu no que deu, não é isso? Mas o fato é o seguinte: Bem de uso comum  
755 do povo estava já no Código Civil de 1916, quer dizer, meio ambiente é patrimônio  
756 público. E a partir da Constituição, os tribunais de conta têm que zelar pelo patrimônio  
757 público. E eles têm uma vantagem em relação ao Ministério Público, porque o Ministério  
758 Público só pode interferir no Judiciário. O Tribunal de Contas pode trabalhar e fazer  
759 recomendações suspendendo e embargando projetos. Então, eu sei que a Marina teve  
760 uma reunião muito boa no TCU, não foi isso? E dizer para aqui, que eu queria muito, eu  
761 falei para a Mauren, mas ela não deu a mínima bola, que eu estou brincando com você,  
762 não é, Mauren? Ela não me conhece bem, por isso que ela leva a sério. Mas, enfim, de  
763 buscar essa aproximação com os tribunais de conta, no sentido de garantir a alocação  
764 de recursos para os órgãos ambientais através dos tribunais de conta. Existem  
765 precedentes superinteressantes sobre isso, em que se exige do Poder Executivo a  
766 alocação de recursos para isso. Então, Marina, muito obrigado pela gentileza, pela

767 generosidade de me receber como sempre, o Capôzinho também, e dizer que estamos  
768 juntos. Muito obrigado.

769 **A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**  
770 **Mudança do Clima - MMA)** – Brevemente, só agradecendo o Fábio, por essas  
771 contribuições que traz. Eu fui candidata à Deputada Federal Constituinte em 86, teria sido  
772 colega do Fábio, mas veja como são as coisas. Um dos compromissos que eu assumi,  
773 porque a Constituinte terminava, é de que, se eu fosse eleita Deputada Federal  
774 Constituinte, eu já teria cumprido a minha função política institucional, e de que eu não  
775 iria mais concorrer a nada. Não tive o privilégio de ser eleita, mas Deus tinha outros  
776 caminhos, e teria sido, com certeza, um aprendizado muito grande, porque ter convivido  
777 com essas pessoas que o Fábio falou. Mas uma coisa é certa, todos nós nos sentíamos  
778 representados no Fábio Feldmann como o nosso endereço na Constituinte, e ele é que  
779 fazia ali a distribuição e as articulações com os outros parlamentares, inclusive o Jarbas  
780 Passarinho e o que foi governador do Pará também. Não, o que foi governador antes, o  
781 Almir Gabriel. Tinha ali uma trinca de pessoas que eram os que articulavam coisas, mas  
782 o Fábio era central, era o rami da Constituinte. Obrigada.

783 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
784 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom. Muito obrigado. Então, de  
785 imediato, passamos à Tribuna Livre. Temos o Marçal Cavalcante da ANAMMA, a Patrícia  
786 Boson, CNT. A Carolina e o Gustavo, da Sociedade Civil. A Mauren, da ABEMA. Então,  
787 começamos com Marçal Cavalcanti, com a palavra.

788 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
789 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Bom dia a todos. Marçal Cavalcanti,  
790 presidente da ANAMMA, secretário municipal lá do Pilar, em Alagoas.

791 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
792 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Desculpa te interromper. É absurdo  
793 interromper o início de uma fala. Mas é que a ministra, de fato, eu acabei cometendo uma  
794 gafe. Ela tem que sair, ela tem outro compromisso, já está super atrasada. Então, ela só  
795 queria dar um tchauzinho para poder sair.

796 **A SR<sup>a</sup>. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**  
797 **Mudança do Clima - MMA) –** É isso. Como nós já falamos demais hoje, eu e o Capô, no  
798 [ininteligível], eu estou super atrasada, mas agradecendo o Fábio, agradecendo todos os  
799 conselheiros e pedindo desculpas, porque eu acho que é a primeira vez que eu não vou  
800 ouvir o pinga-fogo, mas o Capô vai tomar notas. Estou brincando. Obrigada, gente. Uma  
801 boa reunião para todos nós.

802 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
803 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Então, por favor.

804 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
805 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Ministra, aproveitando que a senhora  
806 ainda está aqui, receba a nossa solidariedade, como fizemos em nota pela ANAMMA,  
807 como fizemos na tripartite, dizendo que nós ficamos muito indignados, muito sentidos  
808 pela forma como a senhora foi atacada, que nos dá o carinho de tanto quanto a senhora  
809 tem cuidado do futuro das gerações desse país, dessa sua luta que nos dignifica estar  
810 aqui nesse momento, fazendo parte, com todos nós que fazemos a ANAMMA, estamos  
811 aqui em peso, estamos hipotecando a nossa solidariedade e dizendo que conte conosco  
812 na busca de dias melhores para esse país. Mas o que nos traz aqui ainda é que ontem,  
813 ministro Capô, nós fizemos uma tripartite presidida pelo Taveira da ABEMA, secretário  
814 da Amazônia, capitaneado pela minha futura deputada e guerreira Mauren, em que eu  
815 não me canso de dizer isso, as mulheres precisam ocupar esse espaço. Eu sei que o  
816 Mato Grosso ficará muito bem representado e nós tiramos para esse PL que está aí,  
817 buscando o entendimento entre município e Estado na convergência do que nós  
818 podemos fazer em busca de ações melhores para tentar melhorar essa questão do PL.  
819 Então, Mauren, o agradecimento da ANAMMA a você. Nós criamos esse seminário  
820 técnico para que a gente possa, no dia 2, já logo após esse festejo, estarmos aqui  
821 presentes, Capô, com a sua ação, com a ação da Marcela, do DSISNAMA, que tanto tem  
822 feito e buscado isso, e trazendo o ICMBio, trazendo o Ibama, para que a gente possa, no  
823 melhor espaço de tempo, resolver a questão das USVs, as questões dos empréstimos.  
824 Então, a ANAMMA está disposta, e agradecendo a você sempre essa condução.  
825 Deputado Fábio Feldmann, foi um prazer imenso sempre de ouvir essa sua aula, ouvir  
826 essa sua dedicação a todo o meio ambiente. Temos esse regresso do Poder Judiciário

827 de Alagoas e tenho convicção que nós acabamos os lixões em Alagoas. Está aqui o Gino  
828 César, secretário. Quando o Ministério Público e nós, do GECOC, entramos na luta para  
829 acabar os lixões em Alagoas. Foi uma ação, e os tribunais de contas que estavam junto  
830 conosco, agora em Sergipe, o Tribunal de Contas com o Ministério Público entrou na luta,  
831 os prefeitos em Eros, e acabaram os lixões em Sergipe. Está tendo lutas lá pequenas,  
832 mas é essa a posição e nós estamos à disposição. A sociedade civil conta conosco para  
833 que a gente possa melhorar esse entendimento. Muito obrigado, Capô.

834 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
835 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. Parabéns, Marçal. Patrícia Boson,  
836 por favor. Confederação Nacional dos Transportes. Sempre se apresenta para fins de  
837 gravação, embora eu já tenha te apresentado.

838 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional**  
839 **de Transportes - CNT)** – Bom dia a todos. Patrícia Boson, da Confederação Nacional  
840 de Transportes. Cumprimentando a mesa, cumprimentando o deputado Fábio Feldmann,  
841 sempre aí nessa luta. Eu vim aqui para fazer uma apresentação, de uma entrega,  
842 digamos assim. O ovo da galinha tem mais fama que do pato, porque a galinha canta  
843 quando bota o ovo. Então, é bom sempre estar cantando as nossas vitórias e as nossas  
844 conquistas. Mas a fala do deputado vai me tirar cinco minutos da minha própria fala, para  
845 poder dizer que essa questão da infraestrutura, de ter órgãos ambientais técnicos e  
846 orçamentos competentes, é fundamental. E se tem uma coisa que mudanças climáticas  
847 refletem, é na água. Sempre água de mais ou água de menos. Esse é o resultado de  
848 qualquer questão climática. E o governo está cortando o orçamento da ANA, naquilo que  
849 é mais precioso que é a questão do monitoramento das águas. E um corte pesado, um  
850 corte feio, um corte insensível, eu diria assim. Então, se vai acionar o Tribunal de Contas,  
851 é já. Porque, sem dado, não tem como fazer gestão de recursos hídricos. Bom, agora a  
852 parte boa. Eu gostaria de entregar para o Ministério do Meio Ambiente, através do nosso  
853 secretário Capobianco, um livro, um trabalho de como tornar o setor de transporte um  
854 contribuidor ativo para a redução das emissões brasileiras. O melhor resultado dele está  
855 aí. A gente está colocando mais de 70 ações para poder reduzir mais de 70% das  
856 emissões. São ações com bases em fatos e dados muito bem estruturados, que a gente  
857 formou em uma colisão com a Confederação de Transportes, com a Mobili, com o

858 CEBDS. Mais de 50 empresas de vários setores trabalharam nisso. Então, nós estamos  
859 entregando o nosso para casa para contribuir com a diminuição das emissões na área  
860 de transporte. Tem um livro com todas as questões. O QR Code está ali, vocês todos  
861 podem acessar. E um caderno para cada um dos setores. Ferroviário, aeroviário, para a  
862 mobilidade urbana, estão todos separadinhos, para uma consulta. Então, fica aí, e para  
863 todos vocês, por favor, acesse, e se não tiverem tempo, podem ir no site da Confederação  
864 Nacional de Transportes, que lá também vocês têm acesso a essa nossa entrega. Com  
865 muito orgulho, entregando aqui para vocês. Obrigada.

866 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
867 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito... Parabéns pela sua fala, por essa  
868 entrega. E muito obrigado por esse material. O Fábio Feldmann já cobrou a cópia dele  
869 em papel. Por isso que ele falou da Suzana aqui, sabe? Porque produz papel, bastante  
870 papel. Ele adora papel. Vamos agora para a Carolina e o Gustavo, representantes da  
871 sociedade civil, que, como de costume, fazem um jogral. Eu vou dar a palavra só para a  
872 Carolina, porque o Gustavo Malacco está suspenso, em função de uma mensagem que  
873 ele me encaminhou ontem. Então, ele está suspenso. Pois não. Vamos lá.

874 **A SRª CAROLINA** – Bom dia a todas e todos, senhoras e senhores conselheiros,  
875 autoridades presentes. Essa é a minha primeira vez no CONAMA, então, estou um pouco  
876 nervosa.

877 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
878 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Super bem-vinda. Fique à vontade.

879 **A SRª CAROLINA** – Como destacamos nesta tribuna, ao longo dos anos, nós buscamos  
880 resistir ao desmonte da política ambiental brasileira, à negação da ciência, à  
881 criminalização dos defensores do meio ambiente da vida e ao avanço da boiada  
882 institucionalizada, que vem sendo avalizada pelo próprio governo federal, nos ministros  
883 da Casa Civil, de Minas e Energia, da Agricultura e da Presidência da Petrobras. Como  
884 eles ousam? Essa convivência de autoridades com setores reacionários da sociedade se  
885 manifesta de várias formas, como na fragilização da agenda ambiental e no crescente  
886 isolamento da ministra Marina, que culminou nos ataques sofridos por ela no Senado.  
887 Reiteramos aqui o nosso apoio restrito à Marina e o repúdio a qualquer forma de violência

888 contra aqueles que defendem o ambiente e a democracia. Vivemos uma escalada de  
889 retrocessos que exige resposta firme e institucional deste Conselho. Não podemos seguir  
890 assistindo à destruição das bases legais que sustentam a proteção ambiental. O PL da  
891 Devastação, travestido de modernização do licenciamento, representa o mais grave  
892 ataque ao arcabouço ambiental das últimas quatro décadas. A Emenda 102, que altera  
893 a Lei da Mata Atlântica, e o PDL 718, de 2024, que pretende sustar o Decreto 6660, de  
894 2008, precisam de uma resposta deste Conselho. O CONAMA deve se manifestar  
895 formalmente contra estes projetos, reafirmando os princípios do desenvolvimento  
896 sustentável, da transparência, do rigor técnico, da participação social e da proteção dos  
897 territórios e povos. Milhares de brasileiros e brasileiras foram às ruas das principais  
898 cidades do país contra o PL da Devastação. E a administração pública deve atender esse  
899 clamor. A sociedade civil não se opõe à modernização ou ao desenvolvimento  
900 econômico, mas exige que sejam feitos com base em ciência, legalidade e justiça  
901 ambiental. Não aceitaremos que o licenciamento ambiental seja transformado em um  
902 instrumento de liberação sem controle de atividades de impacto negativo ao meio  
903 ambiente. Neste momento de crise climática, em que a Mata Atlântica e outros biomas  
904 seguem sobre intensa pressão de desmatamento e degradação, é inaceitável, por  
905 exemplo, que o fundo de restauração da Mata Atlântica siga sem sua regulamentação. A  
906 defesa da lei, 20 anos após a sua promulgação, é imprescindível e é inadiável.  
907 Precisamos devolver eficácia ao nosso ordenamento.

908 **O SR. GUSTAVO** – Manifestamos nossa preocupação com o Leilão do Fim do Mundo,  
909 que pretende ofertar 40 blocos de exploração de petróleo em áreas altamente sensíveis,  
910 como Fernando de Noronha, Parecis, Rodolifes do Sul e até sobreposta a unidades de  
911 conservação em terras indígenas. É urgente que o MMA se posicione em relação à nota  
912 conjunta com o Ministério de Minas e Energia para que sejam retirados do leilão todos os  
913 blocos referidos nas notas com vencimento no dia posterior ao mesmo. É necessário  
914 mencionar que o Governo Federal, em especial o Ministério do Meio Ambiente, decretou  
915 a criação de unidades de conservação, o envio da Reserva da Biosfera Marinha, Vitória  
916 e Trindade, o avanço parcial da Lei do Mar no Congresso e aportes no combate ao  
917 desmatamento ilegal. Reconhecemos a reativação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas  
918 e as deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Contudo, os avanços  
919 seguem tímidos frente aos desafios que enfrentamos. Conclamamos o Governo Federal

920 a cumprir sua promessa de priorizar a ratificação do Acordo de Escazú, o único  
921 instrumento internacional que protege ambientalistas e garante a transparência  
922 internacional. Não podemos ser o primeiro país da América Latina a recuar de um acordo  
923 que ajudamos a construir. Encerramos com um apelo. Até quando seremos cúmplices da  
924 destruição? Até quando assistiremos um avanço da boiada em nome de um falso  
925 progresso? O planeta está em colapso. E os olhos do mundo estão voltados para o Brasil.  
926 Não nos cabe a covardia institucional. Nos cabe a coragem histórica de defender o meio  
927 ambiente e a democracia. Muito obrigado.

928 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
929 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Antes de passar a palavra à próxima, Mauren  
930 Lazzaretti, da ABEMA, queria esclarecer dois pontos em relação ao que foi dito. O  
931 primeiro ponto em relação à citação do Ministro Chefe da Casa Civil. E para bem da  
932 verdade, e para ser honesto, é importante esclarecer o seguinte: O projeto de lei que  
933 tramitava no Senado no marco legal do licenciamento, durante a sua tramitação regular,  
934 contou com uma intensa participação do governo, e particularmente do Ministério do Meio  
935 Ambiente, junto ao relator, o senador Confúcio Moura. Nós trabalhamos durante muito  
936 tempo, o Rodrigo Agostinho aqui foi um dos artífices desse processo, eu particularmente,  
937 toda a nossa equipe, e obtivemos, ao final de um conjunto grande, longo de discussões,  
938 obtivemos um relatório bastante razoável, que nós considerávamos que não era  
939 exatamente tudo o que nós gostaríamos, porque nós sempre queremos muito mais, mas  
940 que era um relatório razoável, que trazia alguns avanços para o sistema, mas preservava  
941 a integridade do licenciamento, do estudo de impacto ambiental, etc. Isso vinha desta  
942 maneira. Ocorre que, repentinamente, com a mudança da presidência do Senado, esse  
943 projeto foi colocado como urgência, e foi convocado uma reunião da Comissão do  
944 Ambiente, porque era um projeto de tramitação *sui generis*, ele tramitava em duas  
945 comissões simultaneamente, o que não é o correto, não é o normal, dizendo melhor, os  
946 projetos tramitam comissão a comissão, mas ele caminhava em duas comissões:  
947 Agricultura, cuja relatora era a senadora Tereza Cristina, e no meio ambiente, cuja  
948 relatora era o senador Confúcio Moura. Pois bem, no dia, às vésperas do dia da reunião  
949 da Comissão do Meio Ambiente, nós solicitamos a nossa equipe, não sei se a Júlia está  
950 aqui presente, da ASPAR, ela estava permanentemente no Senado para obter o  
951 documento, para que nós pudéssemos analisar o relatório que iria ser apresentado no

952 dia seguinte, pois não havia cópia, o documento não foi divulgado e foi apresentado na  
953 reunião que o discutiu. E seria votado na reunião seguinte. O máximo que nós  
954 conseguimos, em uma negociação, foi que tivéssemos mais uma reunião para discutir.  
955 Então, apresentou em um dia, foi lido naquele dia, estaria pronto para ser votado,  
956 conseguimos, em um acordo de última hora, que na semana seguinte houvesse uma  
957 reunião de discussão para que na outra semana fosse votado. Ou seja, desta magnitude,  
958 em duas semanas, foi votado, sem que o relatório fosse conhecido. O relatório era  
959 desconhecido. Pois bem, e para fazer justiça à história, no dia seguinte da reunião em  
960 que foi apresentado o relatório, o ministro Rui Costa convocou uma reunião com nós,  
961 Ministério do Meio Ambiente, com a ministra de Relações Institucionais, para analisar o  
962 documento, nós analisamos conjuntamente o documento, discutimos propostas para  
963 ajustes, foi chamado o líder do governo no Senado para tratar disso, foram feitos  
964 propostas com apoio direto da Casa Civil, sob a coordenação do ministro da Casa Civil,  
965 e essas propostas não foram consideradas. Isso que aconteceu. Algumas, aliás, foram  
966 até deturpadas, vamos dizer assim, no relatório final, que foi aprovado. Ato contínuo,  
967 após a aprovação, nesse tempo recorde, a ministra do Meio Ambiente, com o apoio da  
968 Casa Civil, esteve com o presidente da Câmara, o deputado Hugo Mota, eu estava  
969 presente também, para solicitar prazo, porque o que se dizia era de que ele chegaria na  
970 Câmara e seria votado na mesma semana. Deram vários exemplos de outros casos  
971 parecidos. Pois o presidente da Câmara, diante do pedido da ministra, com o apoio da  
972 Casa Civil e do Ministério de Relações Institucionais, garantiu que haveria um prazo, e  
973 de fato está sendo respeitado. O prazo não foi votado, nós estamos discutindo, e tivemos,  
974 na semana passada, uma reunião entre ministros, com equipe, para preparar elementos,  
975 para propor ajustes que são muito complexos. O Fábio, que foi deputado por três  
976 mandatos, sabe disso. Um projeto que vem, passou na Câmara, volta do Senado com  
977 modificações. O papel, a possibilidade de mexer é muito restrita. Você pode aceitar ou  
978 não o que o Senado mudou. Agora, mexer no texto original da Câmara, em tese,  
979 regimentalmente, é muito complexo. Mas há uma predisposição para isso, e eu queria  
980 dizer para vocês que o governo, representado pelo Ministério do Meio Ambiente,  
981 Ministério de Relações Institucionais e Ministério da Casa Civil, está muito fortemente  
982 engajado para buscar uma solução para esse projeto. Então, eu gostaria de registrar isso,  
983 a bem da verdade e em nome do que, de fato, está ocorrendo. E, finalmente, eu queria

984 também esclarecer ao Gustavo sobre as questões que ele colocou, que são muito  
985 importantes. Porém, a legislação brasileira prevê que a Agência Nacional de Petróleos  
986 coloque em leilão os poços ou as áreas que foram previamente aprovadas por meio de  
987 uma manifestação conjunta. Ou seja, nenhum novo leilão pode ser feito em uma área  
988 que não tem o endosso do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Minas e  
989 Energia em um documento conjunto, assinado conjuntamente. Pois bem, esses blocos  
990 que você se refere, que estão em leilão, eles foram objeto de manifestação conjunta do  
991 Ministério do Meio Ambiente na gestão passada. Então, eles tiveram a aprovação do  
992 Ministério do Meio Ambiente na gestão passada e não é possível hoje que o Ministério  
993 possa romper com esse documento que já foi devidamente assinado. Então, essa é uma  
994 realidade que nós estamos enfrentando e, de fato, a posição da sociedade civil, da  
995 população brasileira é muito importante na problematização desse fato, mas só para  
996 esclarecer que eles foram objeto de manifestação conjunta do Ministério do Meio  
997 Ambiente. Posso passar para a Mauren? Mauren, por favor.

998 **A SR<sup>a</sup>. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**  
999 Bom dia a todos e todas. Eu quero cumprimentar o secretário Capobianco, a secretária  
1000 Marcela do DSISNAMA, meu amigo Fábio Feldmann, que conheço há pouco, mas mal  
1001 sabe ele, que eu conheço muito da vida dele, que nós tivemos que pesquisar, porque de  
1002 tudo que foi dito do nosso convidado de hoje, não se registrou que ele foi presidente da  
1003 ABEMA de 1995 a 1997. Uma trajetória importante que compõe, inclusive, secretário  
1004 Rodrigo Agostinho, o nosso livro comemorativo dos 40 anos da ABEMA, registrando a  
1005 trajetória dessa associação que representa todos os órgãos estaduais de meio ambiente  
1006 do Brasil e que foi instituída antes mesmo do próprio Ibama. Então, a trajetória de  
1007 contribuições da associação ao longo desses 40 anos está registrada nesse livro que eu  
1008 vou simbolicamente entregar ao Capobianco, ao nosso ex-vice-presidente Fábio  
1009 Feldmann e ao Rodrigo Agostinho, mas vou deixar um especial para a ministra Marina e  
1010 peço que entregue a ela com os nossos registros de admiração e solidariedade pelo  
1011 evento. Nós que temos debatido em todos os ambientes, inclusive de forma muito  
1012 democrática na tripartite, os pontos de vista divergentes como registrou o Fábio, nós  
1013 admiramos as pessoas pela sua trajetória profissional e podemos divergir sobre  
1014 determinado aspecto, mas sempre com respeito e com a mais absoluta urbanidade.  
1015 Então, nos causa espécie que uma casa que defende as leis possa tratar com tanto

1016 desrespeito uma liderança feminina da agenda ambiental. E eu como mulher, também  
1017 como secretária de meio ambiente, posso dizer que esse é um enfrentamento adicional,  
1018 que nós que lutamos por essa agenda que é conflituosa, enfrentamos adicionalmente  
1019 nos meios ainda extremamente machistas. Então, eu me somo àqueles que se  
1020 solidarizam, a ministra já registramos isso, mas eu queria, em plenária, dar uma ênfase  
1021 a esse nosso registro. E dizer também ao meu querido Marçal, que mais do que qualquer  
1022 coisa que tenha acontecido nesses dias aqui, no Mato Grosso, vai estar em todos os  
1023 sites, que eu vou ser candidata a deputada federal, depois do Fábio. Nós ganhamos o  
1024 prêmio ontem, Mato Grosso, junto com os estados de Minas e Tocantins, ganhamos o  
1025 prêmio do programa Brasil Mais de Eficiência na Fiscalização Ambiental, mas ninguém  
1026 vai falar disso, gente. Vou falar só efetivamente da candidatura. Mas, brincadeiras à parte,  
1027 eu quero agradecer mais uma vez à Marcela, ao Capobianco, mas também ao Eduardo,  
1028 que conduziu a tripartite, ao Marçal, a todos que estavam lá presentes, e ao Fábio, porque  
1029 nós, de uma forma talvez bastante emblemática, ontem, fizemos um compromisso  
1030 adicional de um enfrentamento conjunto, técnico e qualitativo para o tema do PL e do  
1031 licenciamento. Não apenas para tratar especificamente da norma, mas como bem  
1032 registrou o Fábio, a Marina e o próprio Capobianco, da estrutura do SISNAMA que está  
1033 por trás disso e da necessidade de fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais,  
1034 municipais e aqueles que compõem o governo federal também nessa estrutura, que tem  
1035 que ser linear, sem hierarquia, mas fortalecendo cada vez mais a capacidade de  
1036 cooperação e integração da nossa execução da política pública, porque um sistema frágil  
1037 permite que ele seja corrompido, e aí nós vamos acabar criando soluções que não são  
1038 para o problema central, mas é o anador para a dor de cabeça e não o remédio para o  
1039 problema central, que o que todos falaram, que me antecederam falaram. Então é apenas  
1040 um registro do reforço, do compromisso da ABEMA, fizemos uma memória nesse ano  
1041 daquilo que aprendemos ao longo dos 40 anos, mas pensando que esse aprendizado  
1042 nos leva a um futuro ainda mais consistente para a atuação dos órgãos estaduais, sempre  
1043 de forma muito uníssona. E quero fazer um pedido final, antes de fazer a entrega dos  
1044 livros, mas no sentido de colaborar, eu queria que pudessem nos atualizar, na plenária  
1045 de novembro de 2023, nós conversamos um pouco sobre o sistema de votação aqui no  
1046 CONAMA, sobre a possibilidade de ele ser eletrônico, de que nós pudéssemos conferir  
1047 com um pouco mais de clareza essa nossa conferência de quórum, enfim, e talvez até a

1048 partir disso pensar em um aumento futuro de uma participação híbrida. Então queria só  
1049 que pudessem depois, Marcela, se você puder atualizar como está o andamento disso,  
1050 acho que é de interesse de todos. E eu vou aqui, simbolicamente, entregar os livros.

1051 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1052 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, eu, antes de dar início à ordem do dia  
1053 aqui das votações, o Fábio pediu para fazer um brevíssimo comentário, e eu queria saber  
1054 se o Rodrigo gostaria de fazer um brevíssimo comentário também, para que a gente  
1055 possa aqui voltar aqui à nossa pauta.

1056 **O SR. FABIO FELDMANN** – Eu, em relação à exploração do petróleo na margem  
1057 ocidental, eu tenho defendido o Taveira, o Taveirinha, que está ali e sabe disso, ele é  
1058 grande, mas eu chamo ele de Taveirinha, e a história é a seguinte: Eu acho que a gente,  
1059 é uma decisão difícil, eu tenho dito que não acho que é uma decisão do Ibama, não acho  
1060 que é uma decisão do governo Lula, é uma decisão da sociedade brasileira, quer dizer,  
1061 não que o licenciamento não tenha que passar pelo Ibama. Eu tenho defendido um  
1062 referendo ou um plebiscito que a sociedade decida no final. Eu quero dizer para vocês  
1063 que quando nós propusemos essa medida que está prevista na constituição, a  
1064 constituição previu parlamentarismo, presidencialismo, monarquia e república em 93, nós  
1065 tivemos o Estatuto do Desarmamento que nós fomos derrotados, mas eu acho que seria  
1066 oportunidade de a sociedade brasileira debater esse assunto. Eu estou falando, olhando  
1067 para você, Taveira, que eu que tenho ido bastante para a Amazônia, todos os  
1068 governadores da Amazônia são a favor da exploração. O Helder virou para mim e disse:  
1069 “Fábio, tudo bem, vocês não querem, então vamos discutir o pré-sal no litoral.” Eu acho  
1070 que era a chance de a sociedade brasileira saber o que está em jogo. Então, desculpe  
1071 eu fazer essa proposta, mas eu acho que ela permitiria à sociedade brasileira saber do  
1072 que nós estamos tratando. Quer dizer, não é uma decisão fácil, quer dizer, nós aqui  
1073 provavelmente somos contra, mas como eu estou dizendo, estou olhando para você,  
1074 Taveira, é difícil. Então, Capô, eu tenho defendido isso sem nenhum ibope, mas eu acho  
1075 que seria bom para o Brasil um referendo ou um plebiscito sobre isso, para dar para a  
1076 sociedade brasileira a possibilidade de saber o que está em jogo. Desculpe falar sobre  
1077 isso.

1078 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1079 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Fábio. Só para colocar,  
1080 também esclarecer, o Ministério do Meio Ambiente não é contra nem a favor a exploração  
1081 de petróleo. O Ministério do Meio Ambiente trabalha para que, em caso ocorra, ela se dê  
1082 de forma legal, com todos os estudos de impacto ambiental devidamente elaborados e  
1083 toda a segurança socioambiental garantida. O papel de decidir se explora ou não explora  
1084 é do Conselho Nacional de Política Energética, que nós temos apenas um voto em meio  
1085 a um conjunto bastante grande de conselheiros. Mas, voltando aqui então, nós seguimos  
1086 aqui com a apresentação de novos conselheiros. Em conformidade com o decreto 99274,  
1087 de 90, que regulamenta a Lei nº 6938 de 81, informamos a atualização da composição  
1088 do Plenário do Conselho Nacional do Ambiente, CONAMA, com a entrada de novos  
1089 conselheiros. Com o encerramento de alguns mandatos, foram realizadas novas  
1090 indicações para os segmentos de municípios, setor empresarial e sociedade civil, sendo  
1091 que, no caso da sociedade civil, por duas modalidades, indicações realizadas pela  
1092 ministra do Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima e processo eleitoral para a  
1093 escolha dos representantes eleitos. As substituições seguiram os procedimentos  
1094 previstos, de forma transparente, assegurando a continuidade institucional e a  
1095 representatividade do Conselho. Peço que a nossa diretora do DSISNAMA, Marcela  
1096 Moraes, faça a leitura das nomeações, por favor.

1097 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1098 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Bom, vou fazer a leitura da portaria. No Governo  
1099 Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública, nós temos como titular o Josélio  
1100 Azevedo de Souza e suplente o Bernardo Guidali Amaral. Secretaria-Geral da  
1101 Presidência da República, como suplente, Fábio Tomaz Ferreira da Silva. Governo dos  
1102 Estados, Mato Grosso do Sul, titular Artur Henrique Leite Falcette. Pará, titular Selma  
1103 Solange Monteiro Santos e suplente Yago Borges de Souza. Roraima, titular Wagner  
1104 Severo Nogueira e suplente Flávia Furtado Alves. Santa Catarina, suplente Fabrício Dal  
1105 Moro. Governos Municipais, Região Norte, titular Antonio Marcos Barreto e suplente Udo  
1106 Sarlet. Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, ANAMMA, suplente Pedro  
1107 Henrique de Souza Mendonça Lobo. Entidades Municipalistas de Âmbito Nacional, titular  
1108 Daniel Godoy de Jesus Miranda, Frente Nacional dos Prefeitos e suplente Letícia  
1109 Mamedes Novato. Entidades Empresariais, Confederação Nacional de Comércio de

1110 Bens, Serviços e Turismo, suplente Thainy Cristina Silva Bressan. Entidades  
1111 Ambientalistas, região Norte, Pedro Henrique Bonavigo, Ação Ecológica Guaporé  
1112 Ecoporé, suplente Romas Pereira da Silva. Titular Helder Lima de Queiroz, Sociedade  
1113 Civil Mamirauá e suplente João Valsecchi do Amaral. Nordeste, titular Daniel Fernandes  
1114 Costa, Associação Caatinga, suplente Marília Alves do Nascimento. Titular José Truda  
1115 Palazzo Júnior, Instituto Baleia Jubarte e suplente Eduardo Camargo. Centro-Oeste,  
1116 Juliano Bueno de Araújo, Fundação Arayara e suplente Pedro Ivo de Souza Batista. Sul,  
1117 titular Carolina Cátia Schäffer, Associação de Preservação do Meio Ambiente da Vida  
1118 Apremavi, suplente Rogério Rossi Horoschovski. Titular Lisiane Becker Mira-Serra e  
1119 suplente Luiz Klass, Gineste da Conceição. Sudeste, titular Gustavo Bernardino Malacco  
1120 da Silva, Associação para Gestão Sociomental do Triângulo Mineiro Angá, suplente Carla  
1121 de Souza Moreira. Titular Tobias Tiago Pinto Vieira, Movimento Verde Paracatu, Mover.  
1122 Suplente Nelson Rodrigues dos Reis, filho. Âmbito Nacional, titular Maria Heloisa Dias,  
1123 Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, suplente João de Deus  
1124 Medeiros. Titular Ana Carolina Crisostomo da Silva, Fundo Mundial para a Natureza  
1125 WWF Brasil, suplente Ariene Bomfim Cerqueira. Titular Breno Ferreira de Melo, Mulheres  
1126 em Ação do Pantanal, Mupan, suplente Rafaela Danielli Nicola. Associações Legalmente  
1127 Constituídas para a Defesa dos Recursos Naturais e do Combate à Poluição, titular  
1128 Juliana Gatti Pereira Rodrigues, Instituto Alana, e suplente Carolina de Brito Maciel.  
1129 Populações Tradicionais, Samuel Leite Caetano, e suplente Ana Paula de Oliveira  
1130 Santos. Bem-vindos aos novos conselheiros e conselheiras.

1131 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1132 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Sejam bem-vindos, sangue novo.

1133 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1134 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Capô, eu acho que cabe também aqui um  
1135 agradecimento a quem esteve com a gente na gestão anterior. Então hoje a gente tem  
1136 aqui parte dos conselheiros que tiveram na gestão nos últimos dois anos. Eu acho que a  
1137 gente também precisa agradecer e convidá-los a serem sempre presentes para contribuir  
1138 com os nossos debates.

1139 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1140 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. O nosso sempre deputado, Fábio  
1141 Feldmann, tem outro compromisso. Então, Fábio, muito obrigado. Contamos com a sua  
1142 participação sempre. Parabéns pela sua trajetória admirável ao longo do tempo. Rodrigo.  
1143 Vamos agora no próximo item informar sobre as câmaras técnicas. Como os senhores  
1144 sabem, as câmaras técnicas têm mandato de dois anos. Então, encerrando o período  
1145 regimental, foram realizadas reconduções e novas indicações... Tchau, Fábio. Obrigado.  
1146 Novas indicações para a condução desse espaço. Pediria que a Marcela informasse a  
1147 composição, a nova composição das câmaras técnicas do CONAMA para o biênio de  
1148 2025-2027. Por favor, Marcela.

1149 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1150 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Bom, para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,  
1151 nós temos como coordenador, presidente, o consultor Ricardo Cavalcante Barroso, que  
1152 está aqui ao meu lado. A Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas,  
1153 Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar Animal. A Rita de Cassia Mesquita, que é  
1154 secretária nacional de biodiversidade, florestas e direitos animais. A Câmara Técnica de  
1155 Controle Ambiental e Gestão Territorial, o Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama.  
1156 Câmara Técnica de Justiça Climática, Aluizio Lopes Pereira de Melo, que é o secretário  
1157 nacional de Mudança do Clima. E a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, Adalberto  
1158 Maluf, secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental.

1159 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1160 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, muito obrigado a todos por assumir  
1161 essa tarefa. E vamos então entrar na ordem do dia. Muito bom, senhoras e senhores,  
1162 entrando na ordem do dia, nós temos duas resoluções que já foram tramitadas,  
1163 cumpriram todos os procedimentos junto às câmaras técnicas, estão prontas para a  
1164 apreciação deste plenário. Temos também uma proposta de moção, o item D, uma  
1165 proposta de criação de grupo assessor. Então nós temos aí cinco itens para a ordem do  
1166 dia. Nós recebemos aqui, justamente no que diz respeito à ordem do dia, recebemos uma  
1167 solicitação para tramitação em regime de urgência, devidamente assinada por 11  
1168 conselheiros, conforme exige o regimento. Então nós vamos discutir inicialmente a  
1169 solicitação de tramitação em regime de urgência da proposta de resolução sobre

1170 autorizações para a supressão, debilitação, ESVs. Quem é o defensor da proposta? Por  
1171 favor, Rubens Born. Por favor.

1172 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Bom  
1173 dia, Rubens Born. É que eu gostaria... Eu conversei com a Marcela Moraes, antes de  
1174 começar a reunião. Nós gostaríamos também, baseado no artigo 13, parágrafo 3º do  
1175 Regimento Interno, incluir mais uma moção de emergência. Nós queremos, baseado no  
1176 artigo 13, parágrafo 3º do Regimento Interno, incluir mais uma moção de emergência,  
1177 devidamente assinada por vários conselheiros, e o motivo se trata em...

1178 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio  
1179 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, não. Eu ia tratar dessa em segundo. No  
1180 momento nós estamos tratando da solicitação... Depois eu trato da segunda, por favor.  
1181 No momento estamos tratando da solicitação de regime de urgência para a proposta de  
1182 resolução CONAMA, que dispõe sobre critérios técnicos, condições de validade,  
1183 transparência, integração e publicidade de informações relacionadas às ASVs. Quero  
1184 saber quem vai defender esta solicitação.

1185 **O SR. ADALBERTO** – Secretaria Executiva do CONAMA, venho por meio desta solicitar  
1186 que a proposta de resolução que estabelece critérios técnicos, condições de validade,  
1187 transparência, integração e publicidade de informações relacionadas à emissão de  
1188 autorização para a supressão de vegetação e imóveis rurais para se tramitar em regime  
1189 de urgência no âmbito do CONAMA. A medida se justifica pela necessidade de dar  
1190 cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, na DPF 760, que, ao reconhecer  
1191 falhas estruturais na política de proteção à Amazônia Legal, determinou à União e os  
1192 Estados Federais competentes a adoção de providências concretas para garantir maior  
1193 controle, transparência e eficácia na fiscalização das atividades de supressão vegetal e  
1194 no combate ao desmatamento ilegal. Entre os pontos destacados pela decisão está a  
1195 fragilidade no controle da ASVs, a necessidade de padronização e integração de dados  
1196 com o Sistema Nacional de Controle de Origens e Produtos Florestais, Sinaflor. A  
1197 proposta de resolução endereça diretamente essa lacuna normativa e, portanto, sua  
1198 apreciação tempestiva pelo plenário do CONAMA é imprescindível para o cumprimento  
1199 dos compromissos fixados pela Suprema Corte. Desta forma, considerando a urgência

1200 institucional da matéria e o risco de continuidade da omissão administrativa quanto ao  
1201 tema, solicito que a tramitação da proposta se dê nos termos do artigo 18, inciso I do  
1202 Regime Interno do CONAMA, com sua apreciação e pauta prioritária assinada aqui por  
1203 11 membros do CONAMA.

1204 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1205 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, secretário Adalberto. Podia  
1206 deixar conosco o documento, por favor, para fins de registro. Então, nós temos aqui a  
1207 solicitação de votação dessa resolução que trata da supressão de [ininteligível] em  
1208 regime de urgência. Há algum encaminhamento contrário? Nós temos dois inscritos,  
1209 tiram par ou ímpar? Quem é que vai falar? É um ou outro

1210 **O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA)** – Bom dia  
1211 a todos, todas. Secretário Capobianco, Jânio Coutinho, do Ministério do Desenvolvimento  
1212 Agrário. Eu queria primeiro não só me contrapor à urgência, acho que com o fundamento  
1213 do artigo 18 do regimento, mas não só por isso também, inclusive queríamos, na condição  
1214 de conselheiro representando a MDA, requerer vista da proposta...

1215 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1216 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não está em momento de pedido de vista. O  
1217 senhor trata exclusivamente do pedido em regime de urgência, por favor.

1218 **O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA)** – Ok.  
1219 Então, a nossa posição é contrária ao regime de urgência. É uma... Entendemos  
1220 perfeitamente o sentido da proposta e da atenção com a decisão do Supremo, mas nós  
1221 consideramos que ela pode, escrita como está, afetar, inclusive assentamento de reforma  
1222 agrária...

1223 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1224 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – O senhor não discuta o conteúdo. O senhor  
1225 está discutindo apenas por que o senhor encontra o regime de urgência. O senhor vai ter  
1226 a opção de discutir o conteúdo na sequência, se for aprovado o regime de urgência, por  
1227 favor.

1228 **O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) – Ok.**  
1229 Então, o fundamento é esse. Está bom?

1230 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1231 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado.

1232 **O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) –** O pedido  
1233 de urgência não pode ser incluído para o ponto de pauta.

1234 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1235 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, o pedido de urgência não pode ser  
1236 incluído para o assunto de pauta.

1237 **O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) –** Não pode  
1238 ser objeto de proposta que está incluída na pauta.

1239 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1240 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, eu vou solicitar que o nosso consultor  
1241 jurídico esclareça se pode ou se não pode. Se é uma questão regimental, por favor, eu  
1242 queria pedir que o nosso consultor Ricardo Barroso pudesse esclarecer.

1243 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) –** Bom dia a  
1244 todos. Me parece que, de fato, o que está sendo colocado aqui é a discussão apenas do  
1245 pedido de urgência, se vai ter precedência ou não. Não uma inclusão em pauta. O  
1246 assunto já está em pauta. A questão agora é a discussão se vai ser pertinente à urgência  
1247 ou não.

1248 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1249 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Eles estão alegando que o regimento proíbe  
1250 que um assunto que está na pauta seja objeto de um pedido de regime de urgência. Eu  
1251 desconheço esse dispositivo.

1252 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) –** Ao  
1253 contrário, a previsão é expressa no artigo 18: “Poderá ser requerida ao plenário a adoção  
1254 do regime de urgência de qualquer matéria não constante da pauta.”

1255 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1256 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só um minutinho, estamos aqui fazendo as  
1257 devidas checagens. Pedir para a Marcela fazer um esclarecimento aqui, por favor.

1258 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1259 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Parágrafo 3º: “Em casos excepcionais...” Artigo 18:  
1260 “Em casos excepcionais, assim reconhecidos pelo plenário, comprovado o caráter  
1261 relevante do tema e a necessidade de manifestação urgente do CONAMA, poderá ser  
1262 requerida análise e deliberação da matéria na mesma reunião em que for apresentada.”  
1263 Eu acho que isso está associado à questão do regime de urgência.

1264 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1265 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, me parece que aí, nesse caso, seria  
1266 para uma matéria extra-pauta que pudesse ser trazida e analisada em regime de  
1267 urgência, é isso? Só para confirmar. Só para esclarecer, parece que é bem claro que o  
1268 regimento não prevê pedido de urgência para matérias que constam da pauta.

1269 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA)** – Isso, pela  
1270 leitura do parágrafo 3º, realmente, de fato, acho que não contempla essa hipótese.

1271 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1272 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – E a exceção seria para a matéria extra-pauta  
1273 que o plenário considerasse relevante para ser incluída na discussão, em uma reunião,  
1274 mesmo que ela não estivesse incluída na pauta, é isso?

1275 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA)** – Isso.

1276 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1277 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Acho que é essa a interpretação correta.  
1278 Alguém, algum jurista no plenário discorda dessa interpretação? Talvez o Rodrigo Justus,  
1279 que sempre discorda. Você vai concordar com essa? Isso é uma maravilha. Muito bem,  
1280 então esclarecido a impossibilidade de solicitação para tramitação em regime de urgência  
1281 de assuntos que constem da pauta. Pedir para que os nossos proponentes de proposta  
1282 de regime de urgência se atentem ao regimento da próxima vez. Agradeço. E vamos,  
1283 então, entrar imediatamente na discussão do processo 02000.013396/2024-66 sobre a

1284 proposta de resolução CONAMA que dispõe sobre critérios técnicos, condições de  
1285 validade, transparência, integração e publicidade de informações relacionadas à emissão  
1286 de autorizações para supressão de vegetação nativa em imóveis rurais. Passo a palavra  
1287 ao Rodrigo Agostinho para a apresentação. O senhor se sente, por favor. O senhor se  
1288 sente. Vamos fazer a apresentação, por favor.

1289 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**  
1290 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**  
1291 **IBAMA) –** Bom, acho que bom dia ainda. Bom dia a todos e todas. Como já foi dito, esse  
1292 é um tema recorrente na discussão de diversas ADPFs que solicitam que a gente atue,  
1293 obviamente, com mais transparência no que diz respeito ao que é autorizado e o que não  
1294 é autorizado dentro do desmatamento do nosso país. O Código Florestal de 2012 trouxe  
1295 a obrigatoriedade do Sinaflor, do uso do Sistema Nacional de Dados Florestais que é  
1296 gerenciado hoje pelo Ibama. É um instrumento extremamente importante, é um  
1297 instrumento de transparência, mas ao longo do tempo a gente viu estados e municípios  
1298 cada um, obviamente, com o seu regramento, cada um com a interpretação jurídica  
1299 própria, cada um com as suas estruturas próprias e cada um tratando do tema de maneira  
1300 diversa. Então, o que se busca aqui, acima de tudo, é a transparência. São critérios de  
1301 validação, transparência, integração e publicidade de informações. Se a gente pudesse  
1302 resumir, basicamente, essa é uma proposta de resolução para publicização das  
1303 autorizações de supressão de vegetação. Esse é o objetivo. Não é criar um sistema de  
1304 licenciamento novo, algo diverso do gênero. Então, somente a publicidade. Essa  
1305 proposta de resolução tramitou pelas duas câmaras técnicas, Controle de Qualidade  
1306 Ambiental sob a minha presidência e a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O  
1307 Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria Extraordinária de Combate ao  
1308 Desmatamento e Ordenamento Territorial, municiou com uma série de subsídios o  
1309 debate, a discussão. Quero aqui registrar um esforço muito grande na busca de uma  
1310 conciliação entre Governo Federal, Governos Estaduais, aqui representado pela ABEMA,  
1311 e Governos Municipais, aqui representado pela ANAMMA. Houve um processo intenso  
1312 de debate e de discussão. Independente das posições de cada lado, houve um esforço  
1313 realmente sobrenatural para que a gente pudesse chegar aqui hoje com uma proposta.  
1314 Então, eu preciso fazer esse reconhecimento ao André Lima, como secretário, que hoje  
1315 está em férias, e às associações aqui representadas. Quero também agradecer muito as

1316 contribuições da Sociedade Civil, que clamava há muito tempo por uma ferramenta  
1317 semelhante, e os representantes do setor empresarial. Todos debateram, todos  
1318 discutiram o assunto, com bastante exaustão. É uma resolução curta, com 12 artigos,  
1319 tratando notadamente sobre publicidade. Acredito que ao longo do debate da proposta  
1320 de resolução, a gente vai poder discutir alguns temas, alguns pontos específicos,  
1321 algumas questões bastante particulares. Mas o que eu posso dizer é que para alguns  
1322 setores como, por exemplo, para o agro, o agro brasileiro sempre reivindicou que na  
1323 divulgação de dados de desmatamento se separasse o que é autorizado do que não  
1324 autorizado. Esses dados, a gente tem hoje, até pouco tempo a gente tinha esses dados  
1325 apenas de alguns estados, apenas de alguns municípios. Hoje, praticamente todos estão  
1326 colocando esses dados já no Sinaflor, por força da decisão do STF. Nós precisamos  
1327 uniformizar essa colocação de dados, a gente tem estados tratando ASV com outro  
1328 nome, o que é ASV em um estado não é ASV em outro estado, a gente tem questões  
1329 muito particulares que precisam ser uniformizadas para que a gente possa todos, quando  
1330 ter um dado, a gente estar falando da mesma informação. Então, acho que são essas as  
1331 preocupações. Dizer que o texto da resolução, ele é um texto que, obviamente, é  
1332 harmônico com a Lei 12.651, que é o Código Florestal, a nossa lei de proteção à  
1333 vegetação nativa. Então, houve uma preocupação muito grande de harmonização com a  
1334 nossa legislação, para que, obviamente, a gente não tivesse indo além da autorização,  
1335 obviamente, da autorização legislativa e da competência do CONAMA nessa matéria. Eu  
1336 vou parar por aqui e que a gente possa, enfim, debater, discutir essa matéria. O próprio,  
1337 eu também sou, obviamente, representante do Ibama, e o próprio Ibama também tem  
1338 algumas considerações a fazer, mas que eu vou fazer no momento oportuno. Obrigado.

1339 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1340 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. A matéria está em discussão, pois  
1341 não?

1342 **O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA)** –  
1343 Secretário Capobianco, presidente Agostinho. O presidente Agostinho me conhece, eu  
1344 sou Jânio Coutinho, hoje estou trabalhando no Ministério do Desenvolvimento Agrário,  
1345 mas eu sou analista ambiental de carreira, do Ibama, e trabalho com licenciamento  
1346 ambiental, em rodovia, em ferrovia, trabalhei muito tempo. Então, secretário, com base

1347 no artigo 21 do regimento, eu quero pedir vista da matéria por uma única vez, e lembrar  
1348 aqui o conteúdo do parágrafo primeiro, do artigo 21, que o direito à vista da matéria pode  
1349 ser exercido a qualquer momento da discussão, até antes do início da sua votação.  
1350 Sendo facultado ao plenário prosseguir na discussão da matéria sem deliberação. Esse  
1351 é o pedido que nós queremos fazer aqui.

1352 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1353 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** É questão de ordem? Tem que ser questão  
1354 de ordem, hein? Pois não, conselheiro.

1355 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**  
1356 Tobias, Movimento Verde, Paracatu. Bom, só realmente é uma questão de ordem, Capô,  
1357 porque foi pedido um regime de urgência, e houve aqui uma interpretação divergente do  
1358 que a gente sempre praticou aqui no plenário. E eu estou entendendo que ele está  
1359 pedindo vistas já à matéria que está em debate, mas antes de debater a matéria, a gente  
1360 precisa deliberar sobre o pedido de urgência. Eu preciso entender. Não, não foi  
1361 deliberado.

1362 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1363 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, conselheiro, de fato, essa sua dúvida,  
1364 acho que foi a dúvida de todos nós, mas nós nos certificamos de que o regimento do  
1365 CONAMA não permite pedido de tramitação em urgência para matérias que constam da  
1366 pauta. Isso foi esclarecido, e por este motivo não foi acolhido o pedido de urgência.

1367 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**  
1368 Eu entendi que foi suscitada a dúvida.

1369 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1370 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, não, foi esclarecida, foi suscitada a  
1371 dúvida, de fato, mas o nosso consultor jurídico esclareceu, inclusive foi na leitura. O  
1372 próprio consultor jurídico se surpreendeu um pouco, porque nunca havíamos discutido  
1373 isso, então ele próprio ficou, teve que recorrer ao regimento para esclarecer, fazer a  
1374 leitura do dispositivo que não permite pedido de votação em regime de urgência para  
1375 matérias que constam da pauta. É muito explícito o regimento nesse sentido.

1376 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**  
1377 O artigo mencionado na discussão, no momento que foi suscitada a dúvida, realmente  
1378 menciona matérias extra-pauta, mas eu vou resgatar que no nosso regimento está  
1379 previsto esse momento de entrega dos pedidos de urgência, e não menciona se ele tem  
1380 que estar pautado ou não pautado. Existe um outro artigo, que é o artigo 13, que  
1381 menciona que quando a matéria não está pautada, pode ser requerida urgência e incluída  
1382 na pauta. São dois artigos diferentes, pessoal.

1383 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1384 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Sim, nós lemos esse artigo, foi o que eu  
1385 esclareci. Quando o CONAMA se reúne, existe um determinado tema que não constava  
1386 da pauta, ele pode ser incluído na pauta, com pedido de urgência, a critério do plenário.  
1387 O problema é que este tema está na pauta, tramitou nas câmaras técnicas e está na  
1388 pauta do dia, portanto não se trata de um tema extra-pauta.

1389 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**  
1390 Eu gostaria de consultar se realmente esse entendimento está ok, está realmente  
1391 concluído pelo jurídico, porque então me traz a reflexão que a gente fez errado em várias  
1392 outras reuniões anteriores.

1393 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1394 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Pode ser que sim, se sim me penitencio, se  
1395 estivesse sob a minha presidência, me penitencio, mas realmente o nosso conselheiro  
1396 do MDA que solicitou o pedido de vista, ele teve o cuidado de analisar o regimento e  
1397 verificar que esse encaminhamento seria o correto. Está aqui agora... Quem está aqui  
1398 para esclarecer isso não sou eu, é o nosso consultor jurídico que já fez os devidos  
1399 esclarecimentos. Se você quiser completar, por favor, fique à vontade, Ricardo.

1400 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) –** Isso, de  
1401 fato. Na leitura do artigo citado pelo conselheiro, há previsão de encaminhamento à mesa  
1402 dando conhecimento imediato ao plenário os pedidos de requerimento de urgência. O  
1403 que acontece é que existe uma seção própria que disciplina os requerimentos de  
1404 urgência. Então, entendendo que essa previsão remete ao regime previsto no próprio  
1405 regimento e que prever essa hipótese não está incluído na ordem do dia, não está

1406 incluída em pauta, então, esse caso não seria cabível. Só queria colocar aqui uma  
1407 camada a mais de discussão, que foi colocada aqui pelo interessado também, é que  
1408 também o plenário, na sua autonomia, se entender que, por conta da ordem dos trabalhos  
1409 à presidência, que não vai ser possível apreciar todos os pleitos, e aquele pleito precisa  
1410 ser apreciado naquela sessão, ordenar da melhor forma, submetendo ao plenário. Então,  
1411 essa é uma outra camada de discussão, mas o requerimento de urgência é disciplinado  
1412 pela previsão do artigo 14 e o seu regime a partir do artigo 17.

1413 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1414 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Acho que não há dúvida, Tobias, sobre isso.  
1415 Mas aí eu confesso que aqui, como presidente da sessão, eu deveria ter colocado um  
1416 pedido de requerimento, encaminhado por um conjunto bastante grande de  
1417 organizações, que trata de uma moção de requerimento à liderança do Governo Federal  
1418 e do Congresso Nacional para empreender esforço junto à Câmara dos Deputados, ou  
1419 seja, uma moção com pedido de urgência. Não é isso, Marcela, nesse caso? Aí estaria  
1420 coberto pelo dispositivo que prevê...

1421 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1422 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – A inclusão de uma pauta, é.

1423 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1424 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Correto?

1425 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1426 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Correto.

1427 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1428 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então eu vou, antes de prosseguir, eu vou  
1429 pedir para os signatários dessa moção que possam apresentá-la, por favor. Eu acho que  
1430 era isso que o Rubinho ia fazer, não é, Rubens? Então agora, restituindo a palavra para  
1431 você, por favor.

1432 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Bem,  
1433 mais uma vez, boa tarde. Rubens Borne, Fundação Esquel em Nome do Fórum Brasileiro  
1434 de ONGs e Movimentos Sociais. Todos sabem que realizaremos no Brasil a COP 30, a

1435 30ª Conferência de Mudança do Clima, em novembro. O Governo Federal divulgou no  
1436 começo desse ano, do início da sessão legislativa, um documento de quais são as pautas  
1437 de interesse do Executivo junto ao Congresso Nacional. No Bloco de Mudanças de Clima  
1438 está inserida, não só por conta da COP 30, mas pela relevância que tem o chamado, a  
1439 expectativa da aprovação do Acordo de Escazú, o Acordo da América Latina e Caribe,  
1440 sobre Direitos de Acesso à Informação, Participação e Justiça em Assuntos Ambientais.  
1441 O acordo foi apresentado ao Congresso em maio de 2023. Em 26 de maio, o então  
1442 Presidente da Câmara dos Deputados designou um deputado relator. Já há um parecer  
1443 favorável desde setembro de 2023 desse deputado relator e a matéria ainda não foi  
1444 votada. Então, a moção é direcionada à Ministra Chefe da Secretaria de Relações  
1445 Institucionais, Ministra Gleisi Hoffmann, ao Ministro Márcio Macedo, Secretário-Geral da  
1446 Presidência da República, ao Ministro Rui Costa, da Casa Civil, e aos excelentíssimos  
1447 presidentes do Senado, Davi Alcolumbre e Deputado Hugo Mota, Presidente da Câmara  
1448 dos Deputados, um apelo deste CONAMA para que essas lideranças empreendam  
1449 esforços para que o Congresso Nacional possa apreciar e, se possível, votar o Acordo  
1450 de Escazú antes da COP30. E por que fazemos essa moção agora?

1451 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1452 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não precisa defender o tema, já está claro.  
1453 Então, eu queria solicitar aos membros aqui do CONAMA, vamos pôr em votação, se  
1454 incluimos esta moção na pauta de hoje, depois ela será devidamente esclarecida. Por  
1455 favor, aqueles conselheiros que forem favoráveis à inclusão da moção de requerimento  
1456 das lideranças do Governo Federal e do Congresso Nacional para empreender esforços  
1457 junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, com vistas à aprovação do Acordo  
1458 de Escazú pelo Congresso Nacional, preferencialmente antes da COP30, que se  
1459 manifestem, por favor, os favoráveis. Contagem, por favor. Mantenham alto para a gente  
1460 poder contar sem erro, já que ainda não foi esclarecido o que a Mauren pediu sobre o  
1461 sistema de votação eletrônico, depois nós vamos passar para a Marcela esclarecer, seria  
1462 mais fácil. Contrários, por favor? Cinco, que levantou depois uma aqui. Cinco.  
1463 Abstenções? Bom, então, aprovada a inclusão da moção acerca do Acordo de Escazú  
1464 na pauta desta reunião, procederemos ao final. Então, está em discussão... Questão de  
1465 ordem? Não, não, nós vamos agora debater a ASV. Está concedido o pedido de vista,  
1466 não faremos a votação. Só um minutinho, só um minutinho. Um minuto. Você quer

1467 presidir? Seria um prazer. Não, não, eu só quero esclarecer. Nós temos o pedido de vista  
1468 já registrado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura  
1469 Familiar. Nós vamos conceder vista e vou abrir a possibilidade de outros que queiram  
1470 pedir vista, evidentemente, mas informar que nós vamos discutir, conforme prevê o  
1471 regimento, a possibilidade de discutir a resolução hoje, quem sabe já até... Pena que a  
1472 gente não discutiu antes, que talvez o conselheiro não pedisse vistas, mas, infelizmente,  
1473 ele já pediu vistas. Então, vamos, então, para... Alguém mais além do conselheiro do  
1474 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Pede vistas? ANAMMA,  
1475 ABEMA, MGI, WWF. Então, é o famoso pedido de vista coletivo, não é isso? Lembro a  
1476 todos que estão tão animados com o pedido de vista, que vocês têm 45 dias para  
1477 apresentar relatório por escrito a respeito das ponderações ou argumentações que  
1478 justificaram o pedido de vistas. Muito bem, então, temos... Não é a ABEMMA? Ah, sim, o  
1479 estado do Amazonas. Então, é o nosso secretário Eduardo Taveira. É que alguém falou  
1480 Taveiro. Taveira. Muito bem, então, está em discussão. Eu estou entendendo que o  
1481 senhor está se inscrevendo para a discussão da ASV. Quem é que... Está aberta à  
1482 discussão da resolução que trata das autorizações de [ininteligível]. Por favor, João de  
1483 Deus, com a palavra.

1484 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**  
1485 **Biosfera da Mata Atlântica)** – Bom dia, secretário João Paulo, bom dia a todas e todos.  
1486 Eu só queria fazer uma complementação muito breve, a rigor já em parte do que o  
1487 Rodrigo mencionou, sobre a importância, a relevância da edição dessa resolução nessa  
1488 perspectiva de nós também garantirmos princípios constitucionais muito claros que estão  
1489 no artigo 37, que remetem à administração pública essa obrigatoriedade de não se  
1490 afastar do princípio da legalidade, do princípio da eficiência, dentre outros. Mas,  
1491 particularmente esses dois, sabe, Capô? E veja, nós estamos tratando de algo que busca  
1492 regulamentar um assunto de extrema relevância, que é o controle sobre desmatamento,  
1493 sobre supressão de vegetação nativa. Nós tivemos um amplo processo de discussão  
1494 com a construção de um pacto social, com a aprovação da Lei 12.651, com a revisão do  
1495 novo Código Florestal de 65, e que remete à necessidade de nós termos essa  
1496 transparência, essa integração de dados sobre os processos de supressão de vegetação  
1497 nativa, como uma forma de se garantir, tanto a atuação da administração pública, quanto  
1498 a condição necessária para o desejável e devido controle social desses processos. Eu

1499 faço essa fala basicamente no sentido de trazer aqui esse apelo para que a gente possa  
1500 trazer as contribuições nesse pedido de vistas, para que se aprimore esse texto, mas  
1501 lembrando que é um texto que procura trazer elementos que garantam a transparência  
1502 ativa e a integração de dados para que esses princípios que eu mencionei possam ser  
1503 exercidos adequadamente. Isso é essencial, isso é fundamental e é estratégico para que  
1504 nós, enquanto sociedade, possamos dar uma resposta mais satisfatória, tanto enquanto  
1505 administração pública, quanto sociedade civil, na mudança dessa realidade de controle  
1506 de supressão de vegetação nativa e que a gente possa, com isso, dar um passo  
1507 significativo na melhoria desse sistema, contribuindo, inclusive, para a própria proposição  
1508 de um compromisso do governo em atuar firmemente no controle do desmatamento.  
1509 Então, é basicamente reforçar esse pedido para que a gente avance. A discussão na  
1510 Câmara Técnica, conduzida pelo Rodrigo, que eu participo, ela foi muito interessante no  
1511 sentido de incorporar várias sugestões de aprimoramento. Acho que a gente vai ter mais  
1512 um espaço, mas é fundamental deixar isso claro. É imprescindível que a gente avance e  
1513 aprove essa resolução como um instrumento efetivo para que nós possamos avançar  
1514 nesse desejável controle nas autorizações de supressão de vegetação nativa, que ainda  
1515 são bastante polêmicos em vários casos. Obrigado.

1516 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1517 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom. Perfeito. Lembrando aqui aos  
1518 conselheiros que pediram vista que o prazo é dia 22 de julho. 22, não é isso? 22. São 45  
1519 dias corridos, está certo? Bom, essa resolução, como foi bem tratada aqui pelo relator  
1520 que apresentou, Rodrigo Agostinho, ela não muda a legislação. Ela não altera a  
1521 legislação ambiental. Ela apenas cria os parâmetros de transparência, como foi também  
1522 ressaltado aqui pelo nosso conselheiro João de Deus. Mais alguém gostaria de fazer uso  
1523 da palavra em relação à moção, em relação à resolução? Bom, em não havendo uma...  
1524 Ah, sim, pois não, Rodrigo. Rodrigo Justus.

1525 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (Confederação da Agricultura e**  
1526 **Pecuária do Brasil – CNA)** – Senhor presidente, senhores conselheiros, agradeço aqui  
1527 a palavra, Capobianco e Agostinho. Nós discutimos amplamente, Capobianco, esse  
1528 assunto nas câmaras técnicas. Buscamos uma construção que atendesse o interesse da  
1529 transparência, que nós queremos, o setor agrícola precisa disso, para separar o joio do

1530 trigo, etc. E aí, Agostinho, você aqui colocou que vocês, Ibama, teriam contribuições ao  
1531 texto, que eu entendi que são emendas. Considerando que foi pedido vistas, para que a  
1532 gente, inclusive, ganhe tempo na próxima reunião, se possível, se você quiser fazer, você  
1533 poderia explicar por quê. Porque nós fizemos reuniões e consensuamos isso nas  
1534 câmaras técnicas. E agora, soubemos que o Ibama quer alterar o texto. Então, seria,  
1535 Capobianco, para a gente aproveitar o tempo e já, se tiver alguma discussão que tenha  
1536 que fazer, até a reunião da deliberação, a gente avance nisso também, podemos  
1537 aproveitar, se não for incômodo, Agostinho, você poderia dizer para nós quais os pontos  
1538 que você teria, que o Ibama, após esses consensos e tal, chegou à conclusão de que  
1539 seriam necessários fazer outros ajustes. É só esse o meu pedido. Obrigado.

1540 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1541 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado, excelente, Rodrigo. Acho que  
1542 vamos aproveitar exatamente esse momento, solicitando ao Ibama. Nós não recebemos  
1543 informação de outros segmentos que teriam propostas de emendas ou ajustes, mesmo  
1544 porque, como foi dito, essa resolução foi muito discutida e ganhou uma adesão e criou  
1545 um consenso muito positivo. Mas parece que o Ibama, após mesmo tendo participado de  
1546 todo o processo, mesmo ter sido presidido pelo presidente do Ibama, inclusive na Câmara  
1547 de Assuntos Jurídicos, não é isso? Foi lá que você presidiu? Surgiu uma questão  
1548 posterior que talvez você pudesse compartilhar com os conselheiros, Rodrigo, para  
1549 aproveitar exatamente isso que o Rodrigo Justus colocou para adensar essa discussão  
1550 e, quem sabe, agilizar essa discussão na reunião extraordinária que nós vamos convocar  
1551 para tratar dessa resolução assim que findar o prazo do pedido de vista. Por favor,  
1552 Rodrigo.

1553 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**  
1554 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**  
1555 **IBAMA) –** Vamos lá. Quando a última versão da resolução, da proposta de resolução,  
1556 veio a público, muitos servidores do Ibama nos procuraram e servidores que tratam desse  
1557 tema, e isso é natural, após a elaboração, após a tramitação nas duas comissões,  
1558 surgiram muitas dúvidas em relação a três pontos, eu vou passar rapidamente, mas  
1559 também deixar claro que eu resolvi formalizar, então vai estar disponível no site para que  
1560 todos possam avaliar também. Se for o caso, eu não vejo problema algum de, havendo

1561 consenso em relação a essas matérias, a gente... Inclusive o Ibama fazer a retirada de  
1562 parte dessas emendas. Então, são três emendas. A primeira diz respeito ao artigo 3º,  
1563 que é a questão de limpeza de pastagem. Historicamente, o Ibama se depara no Brasil  
1564 inteiro com situações de pessoas desmatando, utilizando do pretexto de que estão  
1565 fazendo limpeza de pastagem. Então, esse para nós é um tema caro. O Ibama tem um  
1566 entendimento técnico de que limpeza de pastagem, conforme está consignado no Código  
1567 Florestal, na Lei 12.651, não precisa de autorização de supressão de vegetação. Então,  
1568 nós entendemos que é uma matéria alheia, da mesma forma como a gente não está  
1569 trazendo outros temas para dentro dessa resolução, a gente entendeu que as  
1570 autorizações de limpeza de pasto, e, nesse caso, a gente tem o inciso III dizendo,  
1571 inclusive, de autodeclaração. A gente acha que isso, a gente teria problema de trazer  
1572 esse tema para dentro da proposta de resolução. A emenda número dois diz respeito à  
1573 questão do SICAR. Obviamente que para nós é muito importante que haja redundância,  
1574 mas é algo que a gente avalia que talvez alguns estados tenham dificuldade com esse  
1575 ponto. Então, eu acho que, apenas para que a gente não coloque na resolução algo que  
1576 a gente tenha uma dificuldade do ponto de vista de implementar, mas é algo que o Ibama  
1577 avalia a possibilidade de retirar essa emenda, se a gente tiver, de fato, uma avaliação  
1578 que a gente consiga avançar nisso. E a última emenda, a emenda número três, uma  
1579 emenda modificativa para tentar melhorar um pouco a redação do artigo oitavo, no que  
1580 diz respeito aos números das ASVs e do Sinaflor. Então, a gente coloca, submete a todos  
1581 uma proposta de nova redação para o artigo 8º. Nós entendemos que não tem nenhuma  
1582 mudança significativa aí, apenas uma proposta de melhoria da redação, com base,  
1583 inclusive, nos dispositivos do artigo 35 e 36 do Código Florestal. Era só, senhor  
1584 secretário, mas, como eu disse, incluímos como emendas, a gente sabe que as emendas  
1585 são discutidas depois da aprovação do texto básico, e a gente também se coloca à  
1586 disposição de, havendo acordo, havendo consenso, a gente retirar essas emendas.  
1587 Obrigado.

1588 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1589 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só para esclarecer os menos informados, que  
1590 atuam menos com esse tema, a resolução não obriga a autorização para a limpeza de  
1591 pastagem, está certo? Então, ela não incluiu isso, correto? A resolução é clara, dizendo  
1592 o seguinte, artigo 3º: “A limpeza de pasto em áreas rurais para fins agropecuários, cujo

1593 uso tenha sido interrompido por até 5 anos, Código Florestal, independente de emissão  
1594 de ASV, independente de emissão de ASV, desde que: Um, não ocorra em área de  
1595 preservação permanente, área de reserva ilegal ou área protegida por legislação  
1596 específica.” Isso tudo é legislação existente, ela está apenas trazendo para a resolução,  
1597 para o corpo da resolução, o que já existe na legislação. “Dois, se restringe a área objeto  
1598 de autorização de supressão de legislação nativa regularmente executada.” Ou seja, se  
1599 ela é uma área que já tinha sido autorizada anteriormente, e, portanto, ela estava  
1600 legalizada, ou área de uso consolidado, nos termos do que prevê o Código Florestal.  
1601 Então, toda propriedade, nós sabemos disso, tem a sua área consolidada, e essa área  
1602 consolidada, portanto, permite que, nessa área já consolidada, que já não é mais floresta,  
1603 assim, reconhecida pelo Código Florestal, ela pode ser, você pode fazer a chamada  
1604 limpeza de pastos, de manutenção. Então, esse é o ponto. O que o Ibama está  
1605 recomendando é que se exclua o inciso III, ou seja, que seja formalizado por meio de  
1606 declaração apresentada ao órgão ambiental estadual competente. Lembrando que esta  
1607 declaração, ela estaria inserida no Sinaflor, ou seja, não é obrigatório a autorização, o  
1608 proprietário rural pode fazer a limpeza de pastos, obedecendo o previsto no Código  
1609 Florestal, que foi transcrito aqui no inciso I e II, mas ele teria que informar isso no sistema,  
1610 e essa informação autodeclaratória estaria no Sinaflor. O que, conversando com  
1611 profissionais da fiscalização do Ibama, alegam que isso tem criado e tem estimulado, em  
1612 alguns locais, um mau uso desse instrumento, e quando o Ibama verifica, aquela área,  
1613 onde mesmo que tenha havido autodeclaração, ela foi, de fato, objeto de um  
1614 desmatamento. Ou seja, realmente aqui é uma discussão sobre o quanto isso auxilia ou  
1615 prejudica o processo de controle ambiental, porque, em tese, os órgãos estaduais, os  
1616 órgãos municipais e o Ibama possuem os instrumentos para verificar se aquela  
1617 autodeclaração de supressão de limpeza de pastos, se ela tem amparo legal ou não.  
1618 Basta olhar a imagem satélite e verificar se ela é consolidada, etc. Então ele tem como  
1619 verificar isso. Mas que essa autodeclaração e a inclusão disso no Sinaflor estaria  
1620 mascarando uma tentativa, em alguns casos, de legalizar um desmatamento. Correto,  
1621 Rodrigo? Então, no fundo, é uma discussão um pouco sobre a eficiência desse  
1622 dispositivo. Eu acho que é basicamente isso. Se ele é eficiente, se eu preciso declarar  
1623 de fato, se eu preciso incluir no Sinaflor isso, porque eu tenho o direito de fazer, e se eu  
1624 estou seguindo a lei, eu não precisaria nem declarar, nem informar no Sinaflor, nem nada.

1625 Então eu acho que é uma questão mesmo de... Não sei se alguém tem alguma visão  
1626 sobre isso, gostaria de colocar, comentar essa questão. Parece que o plenário ficou um  
1627 pouco desanimado com o pedido de vista. Ele não está tão ativo. Eu vejo o movimento  
1628 das organizações não-governamentais tão silencioso. Não sei, eu acho que eles ficaram  
1629 muito impactados com as conquistas da Semana do Meio Ambiente. Foi isso? Eu estou  
1630 vendo que eu acho de fato aqui, parece que não há... Ah, por favor, Mauren. Parece que  
1631 não há muita energia nesse tema, nesse momento, mas quem sabe a Mauren aqui nos  
1632 traz um alento.

1633 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**  
1634 Mauren Mato Grosso. Eu acho que vou talvez fazer algumas sugestões. O tema de fato  
1635 foi bastante debatido, e acho que ele é um consenso para todos. O desafio é só verificar  
1636 como fazer, em que condições, o prazo para que ele não seja descumprido. Nós fizemos  
1637 um debate preliminar, e existem algumas questões de aprimoramento do texto, que eu  
1638 penso que nesse espaço que nós temos de 45 dias, já pensando que o pedido de vista  
1639 não é um parecer geral, acho que todos que pediram vista vão sugerir algum  
1640 aprimoramento do texto. Eu queria fazer uma sugestão ao Rodrigo, considerando que  
1641 esse tema é técnico. Nesses 45 dias nós poderíamos fazer uma reunião entre os entes,  
1642 aqueles que pediram vista ou quiserem participar, para tratar um pouquinho dessas  
1643 questões operacionais. Por meio da ABEMA, nós também iríamos fazer um  
1644 aprimoramento do texto, em relação a essa fase de transição. Nós vamos ter um período  
1645 de vigência, e vamos ter tarefas operacionais para cumprir a resolução a serem  
1646 realizadas. Acho que nós temos que tratar a transição, porque a ausência de uma clareza  
1647 na transição às vezes nos traz embaraços no dia a dia. Poderíamos aproveitar essa  
1648 oportunidade e aprofundar um pouquinho nessas questões, nessas sugestões e em  
1649 outras que possam ser trazidas pelos conselheiros que pediram vistas. Acho que aí a  
1650 gente consegue evoluir. Obrigada.

1651 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1652 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ótimo. Então, excelente. Eu acho que o...  
1653 Pois não, Heloísa.

1654 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**  
1655 **da Mata Atlântica)** – Bom dia, Heloísa Dias, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera.  
1656 Comentar um pouco desse “hã”, que nós ficamos aqui diante. A gente tinha uma  
1657 expectativa da aprovação da ASV, depois de tanto diálogo, e realmente se dá um passo,  
1658 que espero que seja para aprimoramento, na direção da gente conseguir aprovar e  
1659 assegurar instrumentos de transparência. Só reforçar o seguinte. Recentemente, nós  
1660 vimos, pela publicação do RAD 2024, sobre o relatório de desmatamento no Brasil, que  
1661 a gente teve alguma redução em relação a isso, mas que estamos distantes das nossas  
1662 metas do desmatamento zero e que precisamos agilizar a questão da transparência e da  
1663 fiscalização nesse sentido. Continuam ocorrendo alguns desmatamentos e algumas  
1664 questões nessa direção. E um instrumento que tem ajudado muito é o sistema de alerta  
1665 do MapBiomas, que foi atendido pela maioria dos estados, no sentido de rever e conter  
1666 essas ameaças a tempo. Alguns estados com mais eficiência, outros com menos. Então,  
1667 é só mais um apelo, que a gente aprimore. Gostei da proposta feita pela reunião prévia,  
1668 antes da próxima, porque a gente sabe que são de quatro em quatro meses, e a gente  
1669 vai retardando uma questão que está cada dia mais complicada de conviver com relação  
1670 às emergências climáticas e toda a supressão que ainda, infelizmente, ocorre no Brasil.  
1671 Então, acho que nós temos muito a fazer. É mais um apelo e uma manifestação de  
1672 concordância que a gente faça os aprimoramentos nos pedidos de vista. E, se puder,  
1673 com o auxílio do DSISNAMA, reforçando a pedido da nossa colega [ininteligível], de a  
1674 gente ter uma reunião prévia e alinhar para ver se a gente anda mais rápido. É ansiedade  
1675 da idade.

1676 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1677 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Perfeito. Nós estamos aqui já  
1678 analisando a convocação de uma reunião extraordinária do CONAMA para tratar desta  
1679 matéria, para não postergar haja vista a urgência definida, inclusive, pela decisão do  
1680 Supremo. E nós temos um indicativo até o momento, segundo me informou a Marcela,  
1681 olhando todos os requisitos previstos no regimento, da possibilidade de convocar essa  
1682 reunião para o dia 4 de agosto, que já cumpre o período de vistas e já daria tempo para  
1683 cumprir todos os procedimentos para convocar. Então, em princípio, eu queria que vocês  
1684 já deixassem previamente sinalizado. Nós vamos confirmar, não é, Marcela, ao longo dos  
1685 próximos dias, mas, em princípio, nós teremos uma reunião extraordinária dia 4 de agosto

1686 para tratar desta matéria que, de fato, é urgente. Muito bem. Muito bom. Acho que, então,  
1687 temos aí os encaminhamentos. Podemos, portanto, passar para o segundo item da pauta  
1688 de processo da ordem do dia, que seria o processo 02000.003049/2025-14, de autoria  
1689 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que propõe a alteração na  
1690 resolução CONAMA 292 de 2002, que trata do cadastro e recadastramento das entidades  
1691 ambientalistas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, CNEA. A proposta  
1692 consiste na exclusão do inciso VI do artigo 5º, eliminando a exigência de apresentação  
1693 de atestado de pleno e regular funcionamento emitido por autoridade judiciária, membro  
1694 do Ministério Público ou por três entidades já cadastradas no CNEA. Peço que a Marcela  
1695 faça a apresentação da resolução.

1696 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1697 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Bom, o DSISNAMA é responsável pela gestão do  
1698 Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas. E nós fazemos a parte de secretaria  
1699 executiva da comissão permanente do CNEA, a CPCNEA, que faz a análise desses  
1700 pedidos. Mas nós somos responsáveis por receber a documentação e por organizar toda  
1701 a parte cadastral, porque o CNEA ele é a base tanto de cadastro da sociedade civil para  
1702 o CONAMA, para as eleições da sociedade civil no CONAMA, quanto de outros órgãos  
1703 colegiados ligados à área de meio ambiente. Entre eles, por exemplo, o Conselho Gestor  
1704 do Fundo Nacional do Meio Ambiente. E nós temos uma preocupação com a atualização  
1705 dos dados desse cadastro e com uma dificuldade de ingresso de novas organizações.  
1706 Então, a gente tem um cadastro que está bastante desatualizado em algumas regiões do  
1707 país. A gente, enfim, região Norte, a gente teve bastante dificuldade nessa eleição de  
1708 contato com as organizações que estavam no cadastro. Então, o que a gente percebe é  
1709 que muitas vezes existem entraves burocráticos que dificultam o acesso de algumas  
1710 organizações, por conta desse contexto, ao cadastro. A primeira é que o atestado de  
1711 pleno irregular funcionamento por parte de autoridade judiciária ou por parte do Ministério  
1712 Público não é concedido. Não é atribuição nem do Ministério Público nem de autoridade  
1713 judiciária. Talvez essa regra seja uma regra muito antiga, que em algum momento fosse  
1714 possível que essas autoridades dessem esse atestado, mas hoje as organizações, para  
1715 cumprir com os requisitos, vão buscar o Ministério Público e não conseguem esse  
1716 atestado. E a questão das três organizações, a gente colocou para a discussão, também  
1717 pela dificuldade de organizações que estão pleiteando a entrada, identificarem

1718 organizações que possam dar uma carta que ateste o funcionamento da organização lá.  
1719 Porque muitas vezes as organizações não são conhecidas ou têm dificuldade de  
1720 encontrar organizações que conhecem dentro do nosso cadastro. Então foi uma proposta  
1721 de aprimoramento, principalmente verificando que dentro do fluxo de análise dos pedidos,  
1722 a gente tem um trabalho muito intenso da CPQNEA, que faz uma avaliação de toda a  
1723 documentação que é enviada, que inclui CNPJ, relatório de atividades, as organizações  
1724 são obrigadas a enviar relatório anual de atividades, e uma identificação muito apurada  
1725 sobre os objetivos dessas organizações, se elas realmente atuam na defesa do meio  
1726 ambiente. A CPQNEA é formada por 11 conselheiros da sociedade civil eleitos pelo  
1727 CONAMA. Então é um debate muito intenso que existe já nessa comissão, e a nossa  
1728 avaliação é que, diminuindo esses entraves burocráticos para análise pela comissão, que  
1729 a gente possa manter os relatórios e toda a documentação que é necessária, mas sem a  
1730 necessidade desses outros requisitos que a gente está sugerindo excluir, a gente possa  
1731 trazer novas organizações atuantes, mas que hoje não estão participando do cadastro e,  
1732 portanto, não participam também dos órgãos colegiados. É isso.

1733 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1734 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Obrigado, Marcelo. Só para fazer  
1735 um esclarecimento adicional. Na realidade, o CNEA, o cadastro, é muito importante para  
1736 o governo federal como um todo, que extrapola muito o CONAMA. O CNEA é utilizado  
1737 para a composição dos grupos de trabalho, das comissões, todo o processo normativo  
1738 do... O CNZU, por exemplo, que acabamos de criar, a Comissão Nacional de  
1739 Biodiversidade, todas as comissões e grupos de trabalho dependem do cadastro do  
1740 CNEA, dependem de uma participação ativa. O que nós estamos propondo aqui é retirar  
1741 uma burocracia absolutamente inútil, porque o comitê fará a avaliação. Nenhuma  
1742 entidade que não seja ambientalista poderá entrar, mesmo que ela se inscreva. Nenhuma  
1743 entidade que esteja inativa, não tenha relatórios, poderá entrar. Então, o cadastro, aquela  
1744 entidade que pleitear, ela vai ser analisada do ponto de vista da sua fidelidade com o  
1745 tema e da sua atividade e a sua existência, que vai ser comprovada por mais de dois  
1746 anos, etc. Todas as exigências do CNEA. Portanto, é uma coisa muito simples, que eu  
1747 peço o apoio de todos, para que eliminemos “burocracia”, porque isso não é burocracia,  
1748 isso é “burrocracia.” Você cria um monte de impedimentos para a entidade poder se  
1749 inscrever, mesmo sabendo que depois ela vai ser analisada. Então, se alguém quiser

1750 comentar, se não, eu vou pôr em votação, agradeço a todos a compreensão, estou vendo  
1751 que ninguém está se manifestando, portanto, podemos pôr em votação. Aqueles que  
1752 forem a favor da aprovação da resolução de “desburocratização” do CNEA, se  
1753 manifestem, por favor. Muito bem. Você vota a favor ou contra? Muito obrigado. Vamos  
1754 fazer por contraste? Muito bem. Quem for contrário, por favor, se manifeste. Quem se  
1755 abstém, por favor, se manifeste. Então, aprovado com três abstenções. Parabéns,  
1756 Marcela, pela desburocratização do CNEA. Vamos, de imediato, passar, então, a  
1757 proposta de moção de apoio ao Projeto de Lei 3093/2001 de autoria da Comissão de  
1758 Direitos Humanos e legislação participativa, que... Olha, me desculpa, já foi votado. Não  
1759 vou voltar atrás. Eu perguntei se havia alguma manifestação, ninguém se manifestou. Já  
1760 está aprovada a resolução. Desculpa, já está aprovada a resolução. Eu perguntei se  
1761 havia alguma questão, alguma manifestação, ninguém se manifestou. E eu já coloquei  
1762 em votação. E está aprovada a moção. O senhor pode propor uma modificação da moção  
1763 para a próxima reunião. Vamos passar, então, repito, ao processo. Terceiro item, que  
1764 trata da proposta de moção de apoio ao Projeto de Lei 3093/2021 de autoria da Comissão  
1765 de... Peço ordem no plenário, por favor. De autoria da Comissão de Direitos Humanos e  
1766 legislação participativa, que propõe a proibição da exportação de animais vivos para  
1767 abate no exterior. Convido o Guilherme Zambarda, representante civil, para fazer a  
1768 defesa desta moção. Vocês podem fazer proposta de modificação na resolução. Mas, no  
1769 momento, não foi possível.

1770 **O SR. GUILHERME ZAMBARDA** – Tem uma apresentação que nós passamos.

1771 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1772 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Tem uma apresentação? Pois não, por favor.  
1773 Vem aqui. Vamos seguir.

1774 **O SR. GUILHERME ZAMBARDA** – Cinco minutos?

1775 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1776 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Cinco minutos, por favor.

1777 **O SR. GUILHERME ZAMBARDA** – Ok. Boa tarde a todas e a todos. Senhoras  
1778 conselheiros, senhores conselheiros, autoridades, as pessoas que estão acompanhando

1779 em casa. Vou apresentar... Meu nome é Guilherme Leonardi, eu vou apresentar, então,  
1780 a proposta de moção pelo fim da exportação de animais vivos. E aí trazer algumas  
1781 informações. O tempo é curto, então vou ser bastante sucinto. Primeiro, o Brasil é um  
1782 dos principais exportadores de animais vivos do mundo. Esses animais são deslocados  
1783 por longas distâncias, normalmente mais do que 500 quilômetros, mais de 8 horas de  
1784 duração de viagem, por estradas muito ruins, em péssimas condições, com deficiência  
1785 de alimentação e deficiência de água, o que gera já um sofrimento demasiado. Depois  
1786 são levados para estações de pré-embarque, as chamadas EPEs, onde ficam inúmeros  
1787 animais, em torno de 5 mil, 10 mil, 15 mil animais aguardando a exportação, produzindo  
1788 dejetos, contaminação ambiental. E aí, depois disso, se inicia o transporte marítimo, que  
1789 muitas vezes ultrapassa um mês. São várias semanas em alto mar. Os animais ficam  
1790 confinados em espaços extremamente reduzidos, sem possibilidade de girar em torno do  
1791 próprio corpo, sem possibilidade de sentar, deitar, sem ter condições de movimentação  
1792 mínima, o que gera um sofrimento excessivo. Os animais acabam tendo que, quando  
1793 conseguem deitar, eles deitam sobre urina, sobre a própria urina e sobre fezes. Talvez  
1794 as pessoas não saibam, mas, normalmente, uma vaca, um boi, produz em torno de 30,  
1795 40, 45 quilos de excrementos, de fezes e urina. Então, é uma quantidade muito grande  
1796 por dia. 30, 40, 50 quilos por dia de excrementos. Isso é um impacto ambiental muito  
1797 grande nos oceanos, nos rios, nos portos, depois nos oceanos, em alto mar. Esses  
1798 carregamentos chegam a ter 20 mil animais em cada embarcação. Então, 20 mil animais  
1799 produzindo 40, 50 quilos de excrementos por dia. É um impacto ambiental gigantesco.  
1800 Existe um barulho extremamente elevado no interior desses navios, porque esses navios  
1801 não são construídos para essa finalidade. Então, não possuem ventilação adequada. E,  
1802 por conta disso, são colocados sistemas de ventilação extremamente barulhentos, que  
1803 causam desconforto, dano e sofrimento. Existe o balanço constante dos navios. As  
1804 temperaturas são muito elevadas. O calor é muito grande durante todo esse período de  
1805 viagem. O processo de embarque e desembarque dos navios é muito sofrido, é muito  
1806 doloroso. Porque vocês imaginem, 5 mil, 10 mil, 15 mil ou 20 mil animais sendo  
1807 embarcados. Evidentemente, esse embarque e desembarque acaba sendo feito da forma  
1808 mais rápida possível, utilizando de equipamentos que causam sofrimento animal, como  
1809 choques elétricos, varas de metal, etc. Animais que acabam se lesionando, alguma coisa,  
1810 são içados vivos de dentro dos navios para fora, simplesmente amarrados pelas patas e

1811 levados para fora, ainda vivos e sofrendo, pode passar. Existe um elevado risco de  
1812 acidentes. Esse risco é extremamente elevado, porque, como eu mencionei, esses  
1813 navios não foram construídos para essa finalidade. Foram petroleiros, cargueiros, navios  
1814 para transporte de container, que depois que a sua vida útil, o início da sua vida útil  
1815 transcorreu, acabam sendo implementados para essa finalidade. Então, enquanto a frota  
1816 mercante tem média de 20 anos de vida útil, esses navios têm 30, 35, 40 anos. Ou seja,  
1817 já são navios antigos e inadequados. Então, aí os dados, 80% da frota não foi construída  
1818 para essa finalidade. E a média de idade desses navios é de 36 anos, ou seja, 16 a mais  
1819 do que a média geral. E, claro, isso aumenta o risco de acidentes, de naufrágios, de  
1820 tombamentos de navios. Então, em fevereiro de 2012, para citar dois exemplos, no Brasil,  
1821 não se trata de uma mera hipótese, esses acidentes acontecem em território nacional e  
1822 já aconteceram no exterior. No Brasil, em fevereiro de 2012 quase 53% dos 5.200 bois  
1823 que estavam embarcados no navio Gracia del Mar morreram asfixiados por pane no  
1824 sistema de ventilação, isso no porto de Vila do Conde, em Barcarena, Pará. Então, como  
1825 eu disse, não há uma ventilação adequada e quando acontece um problema, eu já estive  
1826 em embarcação, teve uma pane elétrica, só que tinha ventilação, esses animais acabam  
1827 morrendo, nesse caso foram 5.200 animais mortos. E em outubro de 2015, o caso mais  
1828 famoso, o navio Aidar tombou e afundou e a maior parte dos mais de 5.000 animais  
1829 morreram ou no interior do navio ou tentando nadar para sair. Esse impacto ambiental,  
1830 tanto pela quantidade de matéria orgânica de animais que acaba sendo morto por conta  
1831 do acidente e também por conta da quantidade de óleo, em torno de 700 litros de óleo  
1832 que estava a bordo desse navio, mais todos os outros materiais contaminantes, claro,  
1833 geram um impacto ambiental imenso nessa região. Então, como eu ressaltai, o impacto  
1834 existe desde o início do transporte terrestre, depois nas estações pré-embarque, onde  
1835 esses animais permanecem em um período de quarentena, depois no embarque, na  
1836 viagem, na região portuária, na viagem em alto mar e no desembarque. Vale mencionar,  
1837 não está nessa apresentação, mas acredito que todos tenham ouvido falar também  
1838 quando um navio brasileiro estava na cidade do Cabo, na África do Sul, e foi notícia  
1839 mundial porque o mau cheiro na cidade foi tão grande que virou um problema ambiental,  
1840 virou um problema para a cidade, tamanho o mau cheiro, tamanha a quantidade de  
1841 excrementos que esses animais produzem e acabam levando para esses lugares. Pode  
1842 passar para o próximo.

1843 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1844 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Vamos encerrando, por favor.

1845 **O SR. GUILHERME ZAMBARDA –** Vou encerrar então. Aqui algumas imagens bastante  
1846 breves, mostrando os navios inadequados, pode passar. Práticas de manejo. Quando  
1847 esses animais chegam em outros locais, eles são abatidos com formas extremamente  
1848 agressivas, violentas, que não seriam adotadas em território brasileiro. Pode passar. E,  
1849 acrescentando ainda outras questões de impactos socioambientais, como eu mencionei,  
1850 existe a questão dos naufrágios, da contaminação nas estações de pré-embarque, existe  
1851 a questão relacionada ao desmatamento também, porque boa parte, a maior parte dos  
1852 animais, existem alguns portos brasileiros que realizam exportação, mas a maior parte  
1853 dos animais são exportados do Pará, em uma região amazônica, existe uma tensão  
1854 ambiental, uma tensão de desmatamento e também existe registro de fazendas que  
1855 exportam animais aonde foram resgatados trabalhadores em situação análogas à  
1856 escravidão. Ou seja, o impacto socioambiental é gigantesco e, para encerrar, só  
1857 reforçando a resolução Nexus do Pnud, que vincula diretamente a questão de bem-estar  
1858 animal e a questão ambiental. É uma resolução aprovada em 2022, estabelecendo essa  
1859 relação, que é extremamente importante. E o último slide, a sociedade, de uma forma  
1860 geral, pede o fim da exportação. Vou trazer alguns dados. A primeira proposta mais  
1861 votada no PPA participativo, feito pelo governo federal para o Ministério de Portos, foi o  
1862 fim da exportação. Esse foi um processo que contou com um milhão e meio de pessoas  
1863 participando e a proposta mais votada no PPA participativo para o Ministério de Portos  
1864 foi o fim da exportação. Na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que foi linda,  
1865 maravilhosa, acredito que todos tenham feito parte, a 20ª proposta mais votada foi  
1866 também essa. Ela também estava em uma moção na conferência. Também foi aprovada  
1867 uma moção no Conselho de Participação Social da Presidência da República, do qual eu  
1868 faço parte, sobre esse tema. Pesquisa Ipsos 2019, 84% da população brasileira apoia o  
1869 fim da exportação de animais vivos e existem diversos projetos de lei municipais,  
1870 estaduais e nacionais, entre eles o projeto de lei 2.627 de 2025, que foi apresentado pela  
1871 deputada federal Duda Salabert agora no início do mês e também o projeto de lei  
1872 3.093/2021, que é o projeto mencionado na moção e que é um projeto de iniciativa  
1873 popular que chegou ao Senado, então a moção se refere a esse projeto de lei. Muito  
1874 obrigado presidente, obrigado, senhores conselheiros.

1875 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1876 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado pela sua explicação. Conforme  
1877 bem-dito, aqui há uma moção que pede apoio a um projeto de lei que entre em tramitação  
1878 na Câmara. Está aberta a discussão. Quem gostaria de comentar, por favor? Rodrigo  
1879 Justus.

1880 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (Confederação da Agricultura e**  
1881 **Pecuária do Brasil – CNA)** – Senhor presidente, senhores conselheiros, eu vou pedir  
1882 vistas dessa moção. Eu não vou me alongar aqui em relação aos fundamentos. Nós  
1883 temos trabalhado muito nessa questão da sanidade animal de exportação. O Brasil  
1884 exporta um milhão de animais por ano, sendo 300 mil para a Turquia, em navios que são  
1885 certificados segundo o Código Sanitário Animal Internacional, da FAO. Existe também o  
1886 Código Sanitário Animal de Bem-Estar Animal de animais terrestres. Todas essas normas  
1887 são respeitadas. Existem sim países onde animais são jogados em porões de navio  
1888 cargueiro, até navio que carregava petróleo, enchem de bicho lá embaixo e levam a  
1889 viajar. Isso é abominável e nós não aceitamos de nenhuma forma que isso aconteça. Nós  
1890 temos trabalhado no Congresso, visando aperfeiçoar esse código. Veja que se eu disser  
1891 que eu não posso transportar animais a mais de 500 quilômetros, eu estou acabando  
1892 com a pecuária no Brasil, porque eu estou mexendo com o transporte terrestre, inclusive.  
1893 Então, tendo em vista que a gente tomou conhecimento agora desses argumentos, eu  
1894 vou deixar para apresentar os meus fundamentos, Sr. Presidente, no meu voto que irei  
1895 apresentar dentro do prazo regimental. Agradeço e muito obrigado.

1896 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1897 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Rodrigo. Bom, concedido vistas no  
1898 direito regimental, lembrando que são 45 dias corridos e vamos então incluir na próxima  
1899 reunião, que será extraordinária, provavelmente no dia 4 de agosto, onde faremos a  
1900 discussão da matéria. Pois não, questão de ordem, conselheiro.

1901 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**  
1902 **Capô,** mais uma vez, só para trazer essa interpretação que está sendo dada pela mesa  
1903 erroneamente, de que não pode ser pedido questão de urgente matérias que estão na  
1904 pauta. Isso já era uma prática nossa já há muito tempo aqui no CONAMA. O artigo 14

1905 nos permite isso e a interpretação que está sendo dada é que somente matérias fora de  
1906 pauta podem ser acatadas ao regime de urgência. Segundo ponto que eu queria trazer é  
1907 que o artigo 17 menciona que as matérias, os requerimentos entregues à mesa, eles  
1908 precisam ser deliberados. Nenhum foi deliberado até agora. Então eu preciso que vocês  
1909 corrijam essa questão, que se não for valer a questão de urgência para hoje, começa a  
1910 tramitar a partir de amanhã em regime de urgência. Obrigado.

1911 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1912 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, conselheiro, eu entendo a sua  
1913 preocupação, agradeço, de fato, esse é o tema que teve alguma certa polêmica, mas nós  
1914 sim seguimos o regimento e fizemos a leitura, o conselheiro Rubens Born apresentou um  
1915 pedido de moção que não estava na pauta em regime de urgência e foi aprovado pelo  
1916 plenário e será analisada hoje. Infelizmente, o regimento é claro, e repito, eu trabalho  
1917 aqui sob... O Fábio disse que o pessoal do setor ambiental, Taveira, Ibama e todos nós  
1918 ficamos, somos o recheio do sanduíche. Tem a sociedade, o setor de um lado, o governo  
1919 e outros do outro lado, a gente fica no meio. Eu sou aqui o recheio também de um  
1920 sanduíche composto pela plenária e pelo regimento. Eu não posso fazer nada que o  
1921 regimento não preveja, de fato, infelizmente, a sua interpretação não confere com a  
1922 interpretação da Constituição Jurídica, mas nós seguimos o regimento para aprovar a  
1923 entrada de pauta da moção apresentada pelo Rubens Born a respeito do Acordo de  
1924 Escazú. Próximo item, portanto, agora é a proposta de criação do grupo assessor para a  
1925 elaboração de proposta de Código de Ética do CONAMA. Lembrando que essa proposta  
1926 foi uma proposta trazida pelo atual presidente do Superior Tribunal de Justiça, doutor  
1927 Herman Benjamin, então eu peço que a Marcela apresente a proposta para a deliberação,  
1928 lembrando que faltam apenas mais dois itens para encerrarmos a ordem do dia. Peço  
1929 paciência de todos para que a gente possa cumprir com as nossas obrigações  
1930 “conamianas”, sei lá.

1931 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1932 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Bom, a proposta é que a gente crie um grupo assessor  
1933 que tem como objetivo estabelecer diretrizes para prevenir conflitos de interesse e  
1934 assegurar o princípio do não retrocesso ambiental, promover a transparência, a  
1935 integridade e a responsabilidade nas deliberações do Conselho e propor mecanismos de

1936 monitoramento e atualização periódica do Código. Sugere-se que o grupo seja composto  
1937 por dois representantes de cada assessor, de cada setor, sendo um titular e um suplente.  
1938 Então a gente delibera e estabelece prazo para as indicações.

1939 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1940 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Alguma questão em relação a esta proposta?  
1941 Olha, veja bem, hein, senhores conselheiros ambientalistas, eu estou perguntando se há  
1942 alguma questão em relação a esse tópico, porque se não houver nenhuma questão, eu  
1943 vou colocar em votação, assim como fiz no... Depois eu queria aproveitar para esclarecer  
1944 um ponto importante. O conselheiro me procurou aqui dizendo que a forma que a gente  
1945 conduz é primeiro vota e depois vê os destaques e... Mas não é, desculpa, mas não  
1946 procede. Essa mesa, a presidência, só coloca em votação o texto base quando há muita  
1947 movimentação, você percebe que há muitas questões envolvendo uma resolução, então  
1948 o que a mesa faz? A mesa pede que vote o texto base sem pedidos dos destaques, e  
1949 depois são discutidos destaque a destaque. O objetivo disso é acelerar, agilizar um  
1950 processo de deliberação, quando há muito burburinho, você vê que tem muitas coisas,  
1951 muitos conselheiros com propostas. Neste caso, eu fiz exatamente o mesmo  
1952 procedimento, perguntei: “Há questões?” Se vários conselheiros tivessem levantado o  
1953 cartão, eu iria propor exatamente isso, vamos votar o texto base e discutir os destaques,  
1954 mas ninguém se manifestou. Portanto, o entendimento da mesa é de que não havia  
1955 nenhuma questão em relação ao texto. O conselheiro me disse agora que havia uma  
1956 proposta já encaminhada à mesa, mas eu não tinha essa informação, e, portanto, o  
1957 resultado agora, a consequência agora é que os senhores terão que fazer uma proposta  
1958 de ajuste na resolução, seguir a tramitação, nós nos comprometemos a fazer isso o mais  
1959 rápido possível, mas, infelizmente, não foi possível. E peço atenção, peço atenção do  
1960 plenário, eu estou colocando em votação a proposta de criação do grupo assessor para  
1961 elaboração da proposta de regimento do Código de Ética do CONAMA, e não estou  
1962 vendo ninguém levantando nenhuma questão, portanto, não há questão nenhuma,  
1963 vamos pôr em votação, quem for favorável à proposta de criação do grupo assessor para  
1964 elaboração da proposta de Código de Ética do CONAMA, se manifeste, por favor. Muito  
1965 obrigado. Vamos fazer por contraste, contraste. Quem é contrário à criação deste grupo  
1966 de trabalho, por favor, que se manifeste. Nenhum voto contrário. Quem se abstém, por  
1967 favor, se manifeste. Uma abstenção aprovada à criação do grupo assessor para

1968 elaboração do Código de Ética do CONAMA. Passamos ao próximo item. Próximo é... O  
1969 penúltimo item da ordem do dia, proposta de criação de grupo assessor para elaboração  
1970 de proposta de cadastro científico do CONAMA. Então, por favor, Marcela. Marcela está  
1971 cheia de ideias, vocês estão vendo, não é? Parabéns ao DSISNAMA.

1972 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1973 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Essa ideia é do grupo assessor de revisão da  
1974 composição do CONAMA.

1975 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1976 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom.

1977 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1978 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Objetivos: Apoiar tecnicamente as câmaras técnicas  
1979 e os grupos de trabalho do CONAMA. Estimular a participação da comunidade científica  
1980 nas deliberações ambientais. Garantir diversidade regional, temática e institucional no  
1981 cadastro. Composição: Dois representantes de cada setor, sendo um titular e um  
1982 suplente, com participação consultiva de representantes da SBPC e da ABC.

1983 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1984 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, é uma proposta que a gente tem, um  
1985 cadastro de pesquisadores, cientistas, que possam colaborar conosco em momentos de  
1986 elaboração de resoluções, de decisões do CONAMA, que possam ser acessados. Esse  
1987 é o objetivo, não é isso? Correto? Por favor, com a palavra o nosso conselheiro...  
1988 Eduardo, lembrando que você tem que se apresentar, por favor.

1989 **O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria**  
1990 **- CNTI)** – Eduardo Armonda, CNTI, Confederação dos Trabalhadores... Nacional dos  
1991 Trabalhadores da Indústria. Não, eu só queria um esclarecimento em relação à criação  
1992 do grupo, desse cadastro científico. É um cadastro científico para identificação de  
1993 entidades científicas que vão assessorar ou outra... Qual que é o objetivo do  
1994 cadastramento prévio dessas entidades? Essa é uma dúvida.

1995 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1996 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – O grupo assessor vai definir o escopo. O grupo

1997 assessor está sendo pensado justamente para pensar na dinâmica. Ele vai propor para  
1998 o plenário uma forma de organização.

1999 **O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria**  
2000 **- CNTI)** – Então, não tem uma definição do que é o objetivo do cadastro ainda, é isso?

2001 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2002 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – O objetivo é estimular a participação da comunidade  
2003 científica nas deliberações e garantir diversidade regional, temática e institucional no  
2004 cadastro, apoiar tecnicamente as câmaras técnicas e os grupos que trabalham no  
2005 CONAMA.

2006 **O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria**  
2007 **- CNTI)** – Ou seja, esse cadastro vai apoiar as câmaras técnicas e vai assessorar o  
2008 CONAMA, é isso?

2009 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2010 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Isso.

2011 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2012 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É uma espécie de um painel de especialistas,  
2013 não é? É isso. Que o CONAMA possa se socorrer em momentos de debates relevantes.  
2014 Mais alguma observação, algum ponto? Pois não.

2015 **O SR. WERNER FARKATT (Diretor-Geral do IDEMA - RN)** - Boa tarde a todos. Werner  
2016 Farkatt, diretor-geral do IDEMA Rio Grande do Norte. Só uma pergunta, eu vi que como  
2017 colaboradores teria a SBPC e outras entidades. Foi pensada nesse conjunto também a  
2018 CAPES e o CNPq, porque, como pesquisador que eu sou também, a CAPES e o CNPq,  
2019 eles estão sempre ligados muito mais próximos das instituições de ensino superior,  
2020 públicas ou privadas. Então, seria, não sei, se dentro desse arcabouço teria essa  
2021 possibilidade ou seria definido por essa comissão. Mas seria interessante incluir a  
2022 CAPES e o CNPq que estão mais envolvidos diretamente com os pesquisadores  
2023 brasileiros das instituições de ensino públicos e privadas. Era isso.

2024 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2025 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Perfeito. Acho que a gente pode incorporar a sugestão.

2026 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2027 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom. Obrigado pela sugestão. Eloísa,  
2028 você levantou o crachá?

2029 **A SR<sup>a</sup>. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**  
2030 **da Mata Atlântica)** – Bem rapidinho aqui. O grupo assessor destacou muito essa questão  
2031 do painel de cientistas como apoio e deu sugestão de se consultar esses colegiados que  
2032 já agregam cientistas. E aí destacamos a SBPC e outras organizações. Mas já fica aí o  
2033 registro, Marcela, dele. Perfeito. Acho que é super bem-vindo.

2034 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2035 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom. Então, em não havendo mais  
2036 nenhuma, vou repetir, em não havendo mais nenhuma manifestação do plenário, a mesa  
2037 se sente na liberdade de colocar em votação. Então, por favor, em votação. Quem for  
2038 favorável à criação do cadastro científico do CONAMA, se manifeste, por favor. Por  
2039 contraste, quem é contrário à ciência, uma forma de manipular a eleição. Uma forma de  
2040 manipular a eleição. Quem é contrário ao cadastro, quem se abstém? Aprovado por  
2041 unanimidade. Opa, tem uma abstenção? Então, quebrada a abstenção por um voto.  
2042 Muito bem. Passamos, então, agora à apreciação da moção que foi incluída em regime  
2043 de urgência por aprovação desse plenário, matéria extra-pauta, que trata do acordo de  
2044 Escazú, um apelo ao Congresso Nacional para sua aprovação antes da COP30, com a  
2045 palavra o conselheiro Rubens Born.

2046 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Boa  
2047 tarde, mais uma vez, agradeço aos conselheiros e conselheiras que aprovaram a  
2048 inclusão na pauta, por urgência. Essa moção está direcionada no seu texto, não sei se é  
2049 possível colocar na tela, senão vou fazer um resumo. A ministra Gleisi Hoffmann, chefe  
2050 da Secretaria de Relações Institucionais, o ministro Márcio Macêdo, chefe da Secretaria-  
2051 Geral, o ministro Rui Costa, da Casa Civil da Presidência, e aos presidentes do Senado  
2052 e da Câmara dos Deputados. Elencamos os três ministros palacianos. Obviamente é  
2053 desnecessário encaminhar essa moção à ministra Marina Silva, à ministra de Direitos

2054 Humanos, à ministra de Povos Indígenas, porque essas ministras e outros ministros já  
2055 têm se pronunciado sobre o assunto. Então, seria muito importante que as lideranças  
2056 ministeriais no Palácio Planalto e as lideranças do Congresso Nacional, do Senado e da  
2057 Câmara, considerando que a relevância do Acordo Regional da América Latina e do  
2058 Caribe, sob direito de acesso à informação, participação e justiça em assuntos  
2059 ambientais, acordo no qual o Brasil foi líder nas negociações entre 2015 e 2018. O  
2060 presidente Temer assinou o acordo considerando que o Brasil já tem um acervo de  
2061 experiências e de normas compatível com o acordo, mas que o acordo poderá permitir o  
2062 aprimoramento. O acordo foi assinado por 24 países, 18 países já o ratificaram. O  
2063 presidente Lula encaminhou o acordo ao Congresso Nacional em maio de 2023 e, no  
2064 mesmo mês, o então presidente da Câmara designou um deputado relator, o deputado  
2065 Amon Mandel do Amazonas, que já apresentou o seu relato em setembro de 2023,  
2066 favorável. O deputado fez uma revisão do seu parecer em 2024, acatando sugestões da  
2067 frente parlamentar da agropecuária, preocupada com algumas questões de transparência  
2068 de informação, e o parecer, então, incorporou uma nota interpretativa para esclarecer  
2069 eventuais dúvidas. O acordo não viola a legislação brasileira de transparência de acesso  
2070 à informação, pelo contrário, vários de seus dispositivos dizem que o acesso à informação  
2071 e a transparência se fará de acordo com a legislação nacional. Na Câmara, a tramitação  
2072 começa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deverá passar ainda  
2073 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças e  
2074 Tributação, a Constituição e Justiça, para depois ir ao Plenário. Como eu disse antes, o  
2075 Governo Federal, no começo do início legislativo deste ano, apresentou um documento  
2076 das pautas de interesse do governo, junto ao Congresso, e no Bloco de Mudança de  
2077 Clima e COP30, incluiu o Acordo de Escazú, considerando que a ratificação do Acordo  
2078 de Escazú permitirá maior transparência e controle social de decisões governamentais  
2079 na área ambiental, mas permitirá também o atendimento de regras da Organização para  
2080 a Cooperação e Desenvolvimento Econômico da União Europeia, portanto, permitindo  
2081 que um maior, digamos, elenco de produtos e serviços brasileiros da economia brasileira  
2082 possam acessar os mercados deste país. Portanto, o acordo favorece a integração  
2083 econômica do Brasil no cenário internacional e, considerando que o Brasil, por abrigar a  
2084 COP30, retoma um papel importante nesse cenário internacional, a moção do acordo diz  
2085 que este Conselho Nacional de Meio Ambiente, por meio desta... Reunião Ordinária, no

2086 dia 11 de junho, aprova a presente moção de requerimento às lideranças do Governo  
2087 Federal e do Congresso Nacional para empreender esforços junto à Câmara dos  
2088 Deputados e ao Senado Federal, com vistas aprovação do Acordo de Escazú pelo  
2089 Congresso Nacional, preferencialmente antes da COP30, portanto, respeitando a  
2090 autonomia entre poderes, mas fazendo um apelo que os membros do Parlamento  
2091 Brasileiro, na Câmara e no Congresso, agilizem essa aprovação. É isso.

2092 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2093 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Rubinho. Alguma  
2094 manifestação a respeito? Alguma ponderação? Algum encaminhamento contrário? Bem,  
2095 em não havendo nenhuma manifestação, colocamos em votação a proposta de moção,  
2096 fazendo apelo ao Governo Brasileiro e ao Congresso Nacional para ratificação do Acordo  
2097 de Escazú. Aqueles que forem favoráveis, por favor, se manifestem. Vamos para o  
2098 contraste. Contrários, por favor, se manifestem. Bom, por contraste, fica evidente a  
2099 diferença. Quem se abstém? Duas abstenções. Então, está aprovada a moção. Parabéns  
2100 ao seu proponente. Encerramos com isso a ordem do dia, passamos à discussão de  
2101 temas relevantes para a agenda ambiental e informes. Eu acho que a ministra Marina  
2102 Silva já fez o informe inicial sobre a conferência, mas, Marcela, você vai complementar,  
2103 por favor?

2104 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2105 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – A Luciana Holanda, que é a assessora especial.

2106 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2107 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ah, perfeito. Luciana Holanda, assessora  
2108 especial, que esteve à frente desse esforço monumental de realizar uma conferência  
2109 depois de mais de uma década.

2110 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2111 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Assessora de Participação e Diversidade do Ministério.

2112 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2113 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ela capitaneou, juntamente com a Larissa,  
2114 esse processo extremamente importante, e já parabenizando a equipe pelo sucesso da

2115 conferência, acho que todos aqui que participaram tiveram a mesma avaliação. E,  
2116 inclusive, durante a defesa da moção sobre transporte de animais, também foi feita uma  
2117 referência à conferência, a ministra fez uma referência à conferência, eu faço uma  
2118 referência à conferência, e passo a palavra, então, por favor.

2119 **A SRA. LUCIANA HOLANDA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima -**  
2120 **MMA)** – Boa tarde, conselheiros e conselheiras, boa tarde, secretário, Marcela, vocês  
2121 estão com fome, não é? A gente vai fazer uma apresentação bem breve, porque, na  
2122 verdade, a gente está fazendo o levantamento de todos os dados, fazendo a  
2123 sistematização de todo o trabalho também junto com a UNB, e aí, no segundo momento,  
2124 a gente vai trazer uma apresentação completa para vocês. Hoje é mais para a gente dizer  
2125 que a gente segue com o processo da conferência, a conferência não acaba com o  
2126 evento, a gente tem desdobramentos agora, precisamos, inclusive, caminhar juntos para  
2127 que as resoluções sejam monitoradas e implementadas. Então, a gente vai trazer aqui  
2128 um balanço bem breve. Então, o tema da conferência, que é conhecido por todos:  
2129 Emergência climática, o desafio da transformação ecológica. Os eixos que foram  
2130 trabalhados, mitigação, adaptação e preparação para desastres, justiça climática,  
2131 transformação ecológica, governança e educação ambiental. Esses foram os objetivos  
2132 da conferência, subsidiar a implementação da política nacional sobre a mudança do  
2133 clima, consolidar preferências da sociedade por ações que limitem o aquecimento a  
2134 1,5%, incentivar a adaptação climática nos municípios, promover a transformação  
2135 ecológica e justiça climática e ampliar a participação social, especialmente de territórios  
2136 vulnerabilizados. Aqui é só um histórico, como o secretário já havia informado, a última  
2137 conferência aconteceu há quase 12 anos atrás. Então, em 2003, o tema foi fortalecimento  
2138 do SISNAMA, em 2005, gestão integrada e uso de recursos naturais, 2008, mudanças  
2139 climáticas, que resultou na criação da Lei 1287 de 2009, 2013, resíduos sólidos e criação  
2140 do Comitê de Acompanhamento e 2025, emergência climática. Essa aqui foi a  
2141 metodologia utilizada, então nós tivemos conferências livres, conferências municipais ou  
2142 intermunicipais e as conferências estaduais. Os resultados esperados para a quinta  
2143 conferência era um documento final com 100 propostas sínteses organizadas por eixo,  
2144 fortalecimento da política nacional sobre mudança do clima, ampliação do conhecimento  
2145 público sobre emergência climática, estímulo à criação de políticas locais e nacionais  
2146 baseadas na escuta social e o fortalecimento da democracia ambiental participativa.

2147 Então, a gente tem aqui os dados, as informações. Nós tivemos 492 conferências  
2148 municipais, 179 conferências intermunicipais e 292 conferências livres. No caso das  
2149 conferências livres, a gente teve uma inovação que as conferências livres elegeram  
2150 delegados e delegadas direto para a etapa nacional. Então, foi uma forma também de  
2151 ampliar a questão da participação e de trazer mais sociedade civil para o espaço da etapa  
2152 nacional. Todos os estados realizaram a etapa estadual. Então, a gente teve... E aí, nesse  
2153 levantamento, a gente teve mais de dois mil municípios que participaram do processo de  
2154 conferência e todos os estados, como eu já havia dito, realizaram suas etapas estaduais.  
2155 Na etapa nacional, nós tivemos o total de 3.210 participantes, um total de delegados e  
2156 delegadas credenciadas de 1.185 pessoas, delegados e delegadas de conferências livres  
2157 265, delegados e delegadas eleitos nos estados 761, delegados natos 159 e os  
2158 convidados das delegações estaduais 185 pessoas. Esse é um dado importante. A gente  
2159 tinha previsto, aliás, na verdade, a Comissão Organizadora Nacional, junto com o  
2160 Ministério do Meio Ambiente, preocupado com essa questão da garantia da presença de  
2161 mulheres e pessoas negras na etapa nacional, estabeleceu cotas para a participação  
2162 mínima de pessoas negras e de mulheres em todas as etapas, na verdade. A orientação  
2163 era para que isso se desse em todas as etapas. Então, a gente teve 661 mulheres na  
2164 etapa nacional, 512 homens, 8 pessoas não binárias e 4 que não informaram, e também  
2165 a gente teve uma participação importante de pessoas com deficiência. Esses são os  
2166 números das pessoas que foram credenciadas como delegadas e delegados. Pessoas  
2167 com deficiência, a gente tem um número maior no total, envolvendo convidados,  
2168 observadores. Então, a gente também teve esse olhar das pessoas com deficiência,  
2169 trazendo as suas pautas, que também são bem importantes para o processo. Então, está  
2170 aqui, só para trazer uma porcentagem, foram 56,4% de mulheres e 48,6% de homens na  
2171 etapa nacional. Pode passar para o próximo? É só para dizer, então, essa é a  
2172 porcentagem de pessoas negras. Foram 58% de pessoas pretas e pardas e 42% de  
2173 pessoas brancas entre os delegados e delegadas. Aqui, só para trazer um pouco do  
2174 histórico, nós tivemos 10.794 propostas cadastradas na Plataforma Brasil Participativo.  
2175 Propostas da etapa estadual. Dessas propostas sintetizadas para a etapa nacional, 568.  
2176 Propostas da etapa estadual, 540. Então, a gente recebeu, depois de sistematizadas,  
2177 foram 540 propostas que vieram da etapa estadual. 2.096 propostas das conferências  
2178 livres. E essas conferências, depois de priorizadas na etapa nacional, a gente fechou

2179 com o número de 104 propostas. Inicialmente, estava previsto o número de 100  
2180 propostas, mas a gente teve empate de duas propostas em dois eixos. Então, nós  
2181 ficamos com um caderno de resolução da etapa nacional com o número de 104  
2182 propostas, que são essas propostas que a gente vai precisar agora monitorar e  
2183 acompanhar, e a gente vai precisar muito do CONAMA para nos ajudar nessa tarefa. A  
2184 gente vai trazer rapidamente aqui as 10 propostas, porque foram 104 propostas  
2185 priorizadas e teve um momento de votação das 10 propostas que foram consideradas  
2186 mais importantes por toda a plenária. Em primeiro lugar, com 352 votos, ficou destinação  
2187 de 5% do orçamento dos entes federativos para a Política Nacional de Meio Ambiente,  
2188 com ênfase em gestão, fiscalização, restauração florestal e educação ambiental. Em  
2189 segundo lugar, ficou educação ambiental decolonial e crítica, implementação transversal  
2190 nos sistemas de ensino com foco em justiça climática, racismo ambiental e saberes  
2191 tradicionais. Vocês vão ver que tem sempre a quantidade de votos por proposta. Em  
2192 terceiro lugar, Sistema Nacional de Brigadas Populares, formação e financiamento  
2193 contínuo de brigadistas comunitários para prevenção e combate a incêndios, pode  
2194 passar. Em quarto lugar, Política Nacional de Direito dos Animais, criação de conselho  
2195 paritário, fundo de apoio e estratégias de proteção em desastres climáticos. Depois, o  
2196 Programa Nacional de Justiça Climática, ações integradas para populações vulneráveis  
2197 com segurança alimentar, proteção a defensores e apoio psicossocial. Taxação de  
2198 grandes fortunas para a justiça climática, financiamento de políticas ambientais com foco  
2199 em compensações socioambientais. Fomento a agroecologia e sistemas agroflorestais,  
2200 com foco na agricultura familiar, adubos orgânicos, bioenergia e meliponicultura, com 181  
2201 votos. Economia circular e gestão de resíduos, proposta de banimento de plásticos de  
2202 uso único, apoio às cooperativas e incentivo à compostagem. Regularização fundiária de  
2203 territórios tradicionais, demarcação e proteção de territórios indígenas, quilombolas e  
2204 ribeirinhos com gestão socioambiental. Por fim, a décima proposta mais votada foi  
2205 saneamento e gestão hídrica com base em bacias hidrográficas, fortalecimento dos  
2206 comitês de bacias e limpeza dos rios. Além disso, nós tivemos 88 moções que foram  
2207 aprovadas pela plenária. São moções que tratam de diferentes temas, mas o que mais  
2208 sobressaíram foram justiça climática, proteção de povos indígenas e comunidades  
2209 tradicionais, transição energética justa, fortalecimento da participação social,  
2210 financiamento de ações de mitigação e adaptação. Essas moções já estão todas

2211 disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente, na aba da conferência e também na  
2212 plataforma Brasil Participativo. E aí, os próximos passos que nós temos... Na semana  
2213 que vem nós temos uma reunião da Comissão Organizadora Nacional. A previsão era de  
2214 fazer em maio, mas, por conta da agenda da ministra, não foi possível. Ela vai participar  
2215 dessa próxima reunião. E a principal discussão da próxima reunião é a constituição de  
2216 um fórum de acompanhamento e monitoramento dos resultados da conferência, que está  
2217 previsto no regimento interno da Conferência Nacional. Então, é um momento em que,  
2218 enfim, a gente vai olhar um pouco para as informações que a gente já tem e também já  
2219 pensar na composição desse fórum e, certamente, o CONAMA, que esteve na Comissão  
2220 Organizadora Nacional, deve fazer parte desse fórum. E aí, só destacar aqui que o  
2221 CONAMA estava, como eu já disse, que o CONAMA estava compondo a coordenação,  
2222 a Comissão Organizadora Nacional da conferência. As instituições que estavam fazendo  
2223 parte eram a SBPC, a Fundação Esquel, o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da  
2224 Mata Atlântica e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. E aqui, em  
2225 nome da coordenação executiva, a gente gostaria de expressar um agradecimento  
2226 especial aos conselheiros Rubens Born e Heloísa Dias, que estiveram com a gente,  
2227 conduziram com dedicação, escuta ativa e espírito colaborativo todo o processo de  
2228 preparação e realização da 5ª conferência. Então, em nome de Rubinho e Heloísa,  
2229 agradecer a todos os conselheiros e conselheiras que estiveram com a gente,  
2230 participaram de todas as etapas, sem dúvida que vocês foram fundamentais para esse  
2231 processo, que seguirá. A gente tem muito trabalho pela frente. Acho que é isso.

2232 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2233 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Obrigada. Luciana, e gostaria de complementar, na  
2234 verdade, lembrar que, na última sessão plenária, a gente aprovou um grupo assessor  
2235 para acompanhamento das deliberações da conferência, que também vai discutir a  
2236 possibilidade de uma resolução que trate desse tema pensando na continuidade e na  
2237 perenidade dos processos de conferência.

2238 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2239 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Para rápidos, brevíssimos  
2240 comentários, Rubens Born.

2241 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Queria  
2242 também, em nome dos colegas aqui da bancada da Associação Civil, reconhecer o valor  
2243 e a importância da retomada do processo das conferências. Agradecer a ministra Marina  
2244 Silva, mas especialmente a equipe Flacso, UnB, especialmente a equipe do Ministério,  
2245 conduzida pela Luciana e pela Larissa, pelo empenho de toda a equipe. A conferência,  
2246 de fato, foi um sucesso. E a nossa preocupação da bancada tem a ver exatamente com  
2247 monitoramento. Nós teremos a reunião no dia 17, mas isso como uma atribuição, o fórum  
2248 da Comissão Organizadora. E agora, já que eu fui engenheiro um dia, a questão da  
2249 engenharia institucional. Como é que CONAMA e Comissão Organizadora vão se  
2250 engrenar? Porque as propostas aprovadas, e até as 88 moções, têm óbvia relação com  
2251 a agenda ambiental aprovada aqui no CONAMA. O segmento da agenda ambiental do  
2252 CONAMA é uma atribuição do CONAMA. Esse fórum vai seguir o que foi aprovado. Nós  
2253 temos que tentar ver como é que nós criamos sinergia entre esses processos. E é um  
2254 apelo ao bom senso do secretário Capobianco e à sabedoria também da Marcela, de a  
2255 gente pensar como é que faz essa sinergia entre Comissão Organizadora e CONAMA no  
2256 segmento da implementação do que foi aprovado na conferência. Muito obrigado.  
2257 Excelente, Rubens. Muito bem. Mais algum comentário? Bom, e não havendo nenhum  
2258 comentário, eu queria... Pois não.

2259 **O SR. JULIANO ARAÚJO( Fundação ARAYARA)** – Vou saber bem breve. Juliano  
2260 Arayara. Houve um pedido, acho que a gente tem já registrado. Por acaso, eu sou do  
2261 CONAMA e do CNRH. E os conselheiros do CNRH, os 50 representantes, tanto do setor  
2262 privado quanto da sociedade civil, que a sociedade civil tem apenas uma única cadeira,  
2263 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e que faz parte de outro ministério, do MDIR,  
2264 infelizmente não foram postos como conselheiros natos. E, portanto, tiveram uma  
2265 dificuldade grande. Todos eles reclamaram, de todos os setores, da sua não  
2266 representação do direito de voto, junto à Conferência Nacional do Meio Ambiente.  
2267 Portanto, aí, a gente pede, primeiro, uma correção, considerando que pela primeira vez,  
2268 infelizmente, o CNRH não foi convidado. E isso trouxe aí um prejuízo grande da  
2269 participação de um tema extremamente importante, que é a gestão de água de um  
2270 conselho par do CONAMA, e que, obviamente, a gente pede aí uma correção em relação  
2271 a isso. E, por que não dizer, foram feitas uma série de ofícios, mas, infelizmente, o outro

2272 ministério não dá a devida atenção, como o Ministério do Meio Ambiente dá, para as  
2273 causas ambientais. Muito obrigado.

2274 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2275 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, conselheiro. Registro feito. De fato,  
2276 essa discussão surgiu durante o processo, e é importante que a gente mantenha essa  
2277 discussão para as próximas etapas. Muito obrigado. Mais algum comentário em relação  
2278 à Conferência Nacional? Muito bem, então, em não havendo nenhum comentário, eu  
2279 queria, mais uma vez, reafirmar os parabéns. Primeiro, o agradecimento da Secretaria  
2280 Executiva, do Ministério pela eficiência, com que a equipe se destacou nesse trabalho, e  
2281 parabenizar a todos os envolvidos, que garantiram o sucesso da conferência, que  
2282 realmente foi um marco da retomada da participação social na formulação de políticas  
2283 públicas na área socioambiental. Nós temos, então, encerramos os itens da pauta, e  
2284 temos agora a seção de informes. Temos aqui um, dois, três, quatro, cinco, seis. Um,  
2285 dois, três, quatro, cinco, seis... Sete informes que eu vou pedir que sejam breves em  
2286 função do horário, começando pelo Werner, da IDEMA, Rio Grande do Norte. Se  
2287 pudesse, já, Lisiane, o Lauro Bacca, Raquel, Juliano, João de Deus [ininteligível] ficarem  
2288 bem a postos, que vamos todos na sequência.

2289 **O SR. WERNER FARKATT (Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Meio**  
2290 **Ambiente - IDEMA)** - Boa tarde a todos, novamente. Capobianco, muito obrigado. Na  
2291 realidade, eu só queria compartilhar com vocês um momento, embora que hoje a  
2292 abertura, a fala da ministra colocou isso com várias propriedades, nós estamos com a  
2293 criação e instalação de uma nova unidade de conservação, o chamado Mona Martins, no  
2294 Estado do Rio Grande do Norte. É uma área de em torno de 3.500 hectares, de vegetação  
2295 de caatinga, preservada, com áreas disponíveis à restauração, onde nós temos como  
2296 elemento principal uma cavidade, uma caverna em mármore. É a segunda maior do país.  
2297 A maior parte das cavidades são em calcário. Nós temos mais de uma dezena de abrigos  
2298 e cavidades menores. E já reconhecido mais de 880 espécies da flora e mais de 200  
2299 espécies da fauna regional, já identificadas nessa área. E nós estamos... Esse é um  
2300 decreto estadual de segundo semestre de 22. E agora, nessa semana, nós estamos  
2301 iniciando as obras já de consolidação da nossa unidade sede, inclusive já foi feito todo o  
2302 processo de aquisição das áreas, pagamento aos superficiários que ali estavam, para as

2303 sedes e outros elementos. Então, era mais para compartilhar com todos os conselheiros,  
2304 essa mais nova, talvez, criação e unidade de conservação, no caso, é um monumento  
2305 natural dentro do Estado do Rio Grande do Norte e dentro da sofrida caatinga do  
2306 Nordeste, semiárido nordestino. É isso.

2307 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2308 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Por favor, nos convide para a  
2309 inauguração. Viu? Nos convide para a inauguração. Está bom? Nos convide para a  
2310 inauguração. Por favor, estaremos lá com muito prazer. Muito bem. Próximo, Lisiane, por  
2311 favor. Lisiane Becker.

2312 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA)**

2313 – Boa tarde a todos.

2314 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2315 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pelo número de páginas...

2316 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA)**

2317 – Não, não, eu tenho cópia, eu tenho cópia. É um prazer estar de  
2318 volta aqui, embora eu não tenha saído, desde 2014, é suplente, titular e vou indo.

2319 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2320 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Sempre bem-vinda.

2321 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA)**

2322 – Ao contrário do que me antecedeu, o meu informe não é muito  
2323 interessante, não é tão feliz, mas é um gancho com o que foi falado pela nossa bancada  
2324 ambientalista, em relação à Mata Atlântica. Então, é uma contribuição à reflexão e  
2325 também para oportunizar que não se repitam os erros que no Rio Grande do Sul nós  
2326 passamos. Então, vou direto. No Rio Grande do Sul, nós tivemos um rol de leis e  
2327 resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente, também sou conselheira lá, com  
2328 pareceres contrários da nossa entidade. Foram passando, foram passando. E aí, nessa  
2329 atuada, o Estado tem um termo de cooperação para licenciar a Mata Atlântica, a  
2330 vegetação de Mata Atlântica, nos municípios. E, com isso, nós vemos que... Desculpe,  
2331 deixa eu começar de novo. Porque eu comecei a me empolgar. Bom, se, por um lado,

2332 trouxe um [ininteligível], esse conjunto de leis e normas que eu falei, por outro lado, ele  
2333 descuidou do fortalecimento das salvaguardas previstas na legislação ambiental, com  
2334 destaque para o bioma, com lei específica, que está reforçado ainda no artigo 11 da Lei  
2335 Complementar 140. Então, nessa toada, o termo de cooperação, isso que eu estava  
2336 falando, trouxe ao município a obrigação de implementar o Plano de Conservação e  
2337 Recuperação da Mata Atlântica. Uma obrigação estar lá no termo de cooperação, está  
2338 lá, obrigação do dever. Cerca de uma década depois, na prática, esse requisito é tratado  
2339 como opcional. Então, não precisa. A gente tentou de todas as maneiras. Judicializamos,  
2340 não adiantou. Por conseguinte, a gestão territorial hídrica tem ocorrido sem o devido  
2341 planejamento, claro. Para fazer uma gestão sem planejamento de Mata Atlântica é  
2342 impossível. Ou, naqueles casos raros, é inobservado o plano. Fica na gaveta. E, como  
2343 agravante, o Estado implementou a política ambiental, e está, entre aspas, ali de  
2344 propósito, para desassoreamento. Sem a fiscalização, muito provavelmente destruir mais  
2345 vegetação ciliar do que foi plantada. Pode passar a ilustração, por favor? Mais abaixo.  
2346 Bom, essa foto aqui, onde tem esse desmoronamento, não foi da enchente, está gente?  
2347 Não foi. E no Rio Grande do Sul tem mais dezenas de fotos semelhantes a essas antes  
2348 da enchente. Então, vocês vejam que lá em cima está cortado. Então, depois a gente põe  
2349 a culpa na enchente, que foi o desmoronamento, mas muito não foi. E na outra foto, na  
2350 outra imagem ali, é a política de desassoreamento. Vocês vejam como é que está a  
2351 vegetação ciliar ali? Atrás está a máquina lá. Então, nós temos *any* arroios, córregos, que  
2352 estão sendo desassoreados, sem necessidade, sem estudo técnico nenhum, e a mata  
2353 ciliar indo água abaixo. As fotos próprias não foram achadas na internet, eu tenho muitas  
2354 delas. Bom, visando reverter esse panorama, a gente oportunizou um programa gratuito,  
2355 gratuito e inédito no Brasil, denominado Planos Municipais e Regional de Conservação e  
2356 Recuperação da Mata Atlântica no Âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Caí.  
2357 Denominamos PMMA/PRMA CAÍ. Aos 41 municípios faziam parte dessa bacia integral  
2358 ou parcialmente. Dessa bacia, entretanto, somente nove tiveram condições de entregar  
2359 o seu plano, sendo um deles uma revisão, que é graças ao projeto, aquele PDA, do  
2360 Ministério do Meio Ambiente, de 2011, 2012, a nossa entidade foi contemplada, e esse é  
2361 um dos municípios que foi contemplado naquela época com o nosso projeto. Então, tinha  
2362 dinheiro. Restou claro que, se estivesse implementado o fundo de restauração do bioma,  
2363 o resultado teria sido bem outro. E, como agravante, o Estado... Aqui repete, desculpe,

2364 está repetido aqui. A gente tem que fazer correndo as coisas. Então, não tem essa  
2365 fiscalização, que também deveria estar lá nesse planejamento. Arrisca, a gente arrisca  
2366 afirmar que o protagonismo, entre aspas, gaúcho, guarde grande relação com os dados  
2367 do MapBiomias, e que houve um aumento de 3 mil na taxa de perda dessa Mata Atlântica  
2368 em um ano. E a título só de esclarecimento, no Pampa, onde predomina a estiagem, já  
2369 vou dizer porquê, são 140 mil hectares degradados ao ano, ao contrário do que está  
2370 sendo divulgado com uma interpretação equivocada na sua redução. Não foi reduzido. O  
2371 Pampa não foi, porque o MapBiomias explica muito bem como é que é feita essa  
2372 metodologia. No semestre, lembrando, então, no primeiro semestre...

2373 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2374 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Lembrando que é informes, eles são curtos.  
2375 É muito importante o tema, mas...

2376 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA)**  
2377 – Não, já estou no fim.

2378 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2379 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está bom, obrigado.

2380 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA)**  
2381 – Lembrando, então, no primeiro semestre de 2023, longo  
2382 período de estiagem, atingiu 389 municípios. Semestre seguinte, vieram as enchentes,  
2383 sabendo que [ininteligível] 24, então foram três enchentes, não foi uma só. Eu falo, os  
2384 números são bastante alarmantes. Então, entre os prejuízos econômicos, sociais e  
2385 ambientais, nós tivemos prejuízos de espécies de fauna e flora silvestres nativos, cuja  
2386 lacuna de conhecimento não nos permite avaliar a extensão da perda da biodiversidade  
2387 e suas consequências. Pode passar só a imagem ali, essa eu tirei da internet, porque é  
2388 uma cena de filme de terror. Isso aí é em Canoas. Então, vejam as pessoas ali no que  
2389 sobrou de uma ponte, tentando se salvar. Olha, quem esteve lá, eu fico arrepiada, porque  
2390 foi horrível, horrível o que nós passamos. Agora, em abril, mais de 60% dos municípios  
2391 já decretaram situação de emergência devido a estiagem. A população sofre, então, o  
2392 constante temor de reviver o recentíssimo passado. É nesse contexto, de tantas  
2393 reiteradas cobranças proferidas nesse plenário, em 2014, tem uma foto falando aqui,

2394 depois de 2016, 2018, e assim vai, que assumi a tarefa de entregar um documento dos  
2395 participantes da plenária livre do Fórum Democrático da Assembleia Legislativa do Rio  
2396 Grande do Sul. O grupo referendo as seis propostas da sociedade civil aprovadas na 5ª  
2397 Conferência Estadual de Meio Ambiente, enfatizando o seu apoio à efetiva  
2398 regulamentação do Fundo de Restauração na Mata Atlântica, frente ao desafio da  
2399 transição ecológica. Então, eu entrego a cópia impressa do documento para assinaturas  
2400 de recebimento, e vou enviar o material no computador digitalizado. Obrigada.

2401 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2402 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Lisiane. Lauro Bacca, por  
2403 favor.

2404 **O SR. LAURO EDUARDO BACCA – TITULAR (Associação Catarinense de**  
2405 **Preservação da Natureza – Acaprena)** – Boa tarde a todos. Na minha fala tem um tom  
2406 de despedida, que estamos saindo, deixando agora esse CONAMA. Foi uma alegria, um  
2407 grande aprendizado, e só não me animei a continuar, porque exige um ritmo difícil de  
2408 acompanhar. Eu tenho muitas outras atividades, escrever para a imprensa, difusão de  
2409 ciência, princípios ambientais e ecológicos, são mais de 600 artigos, quero continuar  
2410 fazendo esse tipo de coisa e, evidentemente, me mantendo informado aqui com o  
2411 pessoal. O que eu trago hoje é um apelo de uma comunidade lá do meu estado, que  
2412 aparentemente é paroquial, Capobianco, mas não é tão paroquial assim. Trata-se da  
2413 tomada de assalto do nosso litoral. O meu estado, Santa Catarina, eu sempre digo,  
2414 brincando, que se fosse uma canoa, já estaria virando. De tanta gente, está na beirada  
2415 da canoa, está ali em cima da praia. E tem, na chamada Dubai brasileira, Balneário  
2416 Camboriú, já falei aqui em outra ocasião, uma praia que, milagrosamente, permaneceu  
2417 agreste até hoje, com vegetação nativa, em estágio, podemos dizer, até primário de  
2418 [ininteligível] ecológica, e essa área está ameaçada por um empreendimento. Esse  
2419 empreendimento, quem vai fazê-lo, arrecadou em um leilão da Caixa Econômica Federal  
2420 por R\$ 31 milhões de reais, quando o terreno era avaliado em R\$ 230 ou mais milhões  
2421 de reais. Então, tem alguma coisa estranha acontecendo aqui. Mas deixemos isso fora.  
2422 O que interessa é que há um apelo para que se salve essa prainha. E, na Dubai brasileira,  
2423 não falta dinheiro. Somente a ereção de um prédio de 550 metros de altura vai render  
2424 aos cofres públicos do município de Balneário Camboriú cinco vezes o valor pelo qual

2425 essa praia foi leiloada. Gente, então não é falta de dinheiro, é realmente falta de vontade  
2426 de transformar aquela área em uma espécie de monumento. Praia deserta, hoje em dia,  
2427 é uma espécie paisagística ameaçada de extinção. Então, vai ter um enorme valor no  
2428 futuro. Então, o meu apelo, não sei se ele pode projetar ali, é que, quem tiver alguma  
2429 ideia do que pode ser feito, entrar em contato comigo, que passo para o pessoal que está  
2430 lutando pela salvação da Praia de Taquarinhas, a última praia agreste de Santa Catarina,  
2431 para evitar que todo o nosso litoral se transforme em uma muralha de prédios em cima  
2432 do mar, inclusive esse que eu falei há pouco, que começou a construção agora, de  
2433 inimagináveis 550 metros de altura. Então, era isso. Está ali o meu WhatsApp. Quem  
2434 puder depois mandar alguma mensagem, alguma orientação de como agir, de como  
2435 fazer, eu repasso depois para esse grupo que está trabalhando nisso. Muito obrigado.

2436 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2437 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Bacca. Queria agradecer a sua  
2438 participação no CONAMA, super ativa, colaborativa. Lamento a sua ausência, mas tenho  
2439 certeza que você vai continuar colaborando e vai estar nos ajudando aqui no CONAMA,  
2440 mesmo não estando aqui fisicamente. Raquel, por favor.

2441 **A SRª RAQUEL MARTINS** – Boa tarde a todos. Meu nome é Raquel Martins. Eu  
2442 represento a Confederação Nacional de Municípios. O meu informe aqui é mais também  
2443 sobre a questão do licenciamento. Já foi bem comentado pela ministra, pelo secretário,  
2444 por outras representantes por aqui. Mas vou falar desse projeto que impacta em vários  
2445 aspectos. Em relação aos municípios, eles querem retirar a necessidade de consultar o  
2446 município sobre a certidão de uso do solo. Eles querem que dispense isso nos processos  
2447 de licenciamento ambiental. Então, às vezes, mesmo que o outro ente, que não é o  
2448 município, vá licenciar, se ele não considerar o que é feito no município, isso pode trazer  
2449 vários danos, porque o município tem todo um planejamento territorial. Se ele não for  
2450 consultado, às vezes o Estado pode dar o licenciamento para o empreendimento sem  
2451 saber de fato o que aquela área foi destinada, os objetivos do município. Retirando essa  
2452 autonomia municipal. Era só isso, pessoal. Muito obrigada.

2453 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2454 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Raquel. Juliano.

2455 **O SR. JULIANO** - Cada vez que eu encosto aqui, dá um choque, uma beleza.

2456 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2457 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você é muito elétrico.

2458 **O SR. JULIANO** - Mais de um levou choque aqui.

2459 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2460 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É que você é muito elétrico.

2461 **O SR. JULIANO** - Mas tem que ser. 230 termoelétricas a gás e licenciamento no Brasil.  
2462 Ontem tivemos uma vitória importante na suspensão da outorga de águas aqui em  
2463 Brasília, no Distrito Federal, de uma termoelétrica de 1,5 giga watts, que todos nós que  
2464 viemos ou moramos aqui respiraríamos um ar 250% mais poluído. E teríamos o rio  
2465 Melquior, que fica... Ele é utilizado no estado de Goiás para abastecer mais ou menos 60  
2466 municípios. Só essa termoelétrica consumiria água em torno de 40% de todo o recurso  
2467 hídrico disso. E, infelizmente, a Adasa, que é aqui do Distrito Federal, fez um  
2468 licenciamento, fez a outorga disso, com um esquecimento. A Lei Nacional, em relação...  
2469 Que exige os estudos das bacias hidrográficas, por ter no máximo 10 anos, passou de  
2470 10 anos, você precisa renovar, e você é proibido de dar qualquer tipo de outorga. Ainda  
2471 assim, passado 13 anos, e escrevendo que não houve, não há problema climático no  
2472 Distrito Federal, nós não passamos, nos últimos 10 anos, por nenhum risco hídrico. Acho  
2473 que eles esqueceram, provavelmente estava todo mundo viajando para algum outro  
2474 lugar, talvez lá para Balneário Camboriú, do nosso nobre colega de Santa Catarina,  
2475 fizeram essa outorga. Vejam só vocês. Isso está se repetindo não só aqui, isso significa  
2476 para a área privada, cada termoelétrica, no caso dessa, o aumento de conta de luz aqui  
2477 para os moradores do Distrito Federal seria de 17%. Ou seja, a gente liga a termoelétrica  
2478 na tomada e toda a atividade comercial, industrial, ou das nossas casas, 17% de aumento  
2479 de consumo. E, obviamente, esse assunto está sendo discutido. Aqui fica um convite, no  
2480 dia 17, agora, às 19 horas, nós teremos mais uma audiência pública para discutir,  
2481 obviamente, e assim esperamos, a proibição da instalação dessa termoelétrica aqui no  
2482 Distrito Federal. E para não esquecermos, também no dia 17, lá no Rio de Janeiro,  
2483 teremos a enfadonha quinta oferta permanente de petróleo e gás, obviamente com blocos  
2484 de petróleo sobre Fernando de Noronha, sobre o [ininteligível] em territórios indígenas,

2485 sobre atividades agrícolas, inclusive, escolheram, assim, sintomaticamente, ligarmos  
2486 aqueles *flares* que ficam 24 horas queimando, eu fico com dó dos agricultores lá do Mato  
2487 Grosso, que vão ter vários problemas com uma grande quantidade de insetos e,  
2488 obviamente, uma redução da sua produtividade e, obviamente, tendo a sua soja, o seu  
2489 algodão, o seu milho, com risco de não passar por razões fitossanitárias, haja visto que  
2490 regiões, lá nos Estados Unidos, não podem produzir, por exemplo, petróleo e gás nas  
2491 áreas onde há exportação dessa *commoditie*. Fora isso, e por fim...

2492 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2493 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Encerrando.**

2494 **O SR. JULIANO** - Já na região sul, Bacia de Pelotas, colocando em risco os grandes  
2495 cetáceos que hoje se reproduzem na região sul do Brasil e, nesse momento, a interesse  
2496 da Petrobras acabando com a APA da Baleia Franca para a instalação de um terminal  
2497 portuário de gás e de líquidos. E, obviamente, encerrando, senhor secretário, algo que  
2498 há milhões de anos essas baleias migram e usam a região de Imbituba, no estado de  
2499 Santa Catarina, para se reproduzir, vejam só vocês, milhões de anos isso acontece e,  
2500 agora, eles querem acabar com o berçário desses grandes animais e a gente espera,  
2501 sinceramente, que isso não aconteça. Obrigado.

2502 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2503 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, João de Deus. João de Deus,  
2504 César Vítor, Marcelo e Pedro. E aí encerramos.

2505 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**  
2506 **Biosfera da Mata Atlântica) –** João de Deus, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera.  
2507 O informe que eu trago aqui, presidente, é sobre o projeto de decreto legislativo 718/2024.  
2508 Para informar, esse é um projeto de decreto legislativo que, absurdamente, propõe sustar  
2509 o decreto 6.660, integralmente. Então, para quem não está ciente, esse decreto é o  
2510 decreto editado em 2008 que regulamenta a lei da Mata Atlântica. Então, é bastante  
2511 preocupante, esse processo, ele está iniciando a tramitação, foi apresentado no final do  
2512 ano passado, vai ter uma tramitação em duas comissões e depois também tramita em  
2513 plenário. E aqui eu trago o informe também com a solicitação, principalmente de um  
2514 empenho por parte do MMA, Capô, para que a gente possa mobilizar a base parlamentar

2515 no sentido de procurar segurar isso que seria um retrocesso inimaginável, principalmente,  
2516 até descabido, porque a própria justificativa apresentada no projeto de decreto legislativo  
2517 é sobre inadequação da inclusão das áreas de mata seca no norte de Minas, no contexto  
2518 da Mata Atlântica. E isso não é decorrente do decreto 6.660. O mapa da área de  
2519 aplicação foi editado pelo IBGE e essa é uma previsão que está na lei. Então, a própria  
2520 justificativa é incoerente. Então, é só trazer o informe e solicitar esse apoio do MMA para  
2521 que a gente possa estar garantindo a manutenção do decreto e, por conseguinte, a  
2522 condição de segurança jurídica na aplicação da lei da Mata Atlântica, que protege esse  
2523 bioma já tão ameaçado. Obrigado.

2524 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2525 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Depois você podia encaminhar isso, por favor,  
2526 à mesa aqui, para a gente monitorar de perto, por favor? A Assessoria Parlamentar não  
2527 está aqui, precisamos sempre ter a Assessoria Parlamentar Nacional, viu, Marcela? Esse  
2528 é um caso para a gente passar como prioridade para a Assessoria Parlamentar. César,  
2529 por favor.

2530 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**  
2531 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Bom dia a todas e todos. César Victor, da  
2532 FUNATURA, representando a região Centro-Oeste. É só uma questão de informação,  
2533 viu, Capobianco, até você falou de Assessoria Parlamentar, porque no dia 27 de  
2534 novembro, na reunião aqui do CONAMA, foi aprovada uma moção apresentada por mim  
2535 sobre um apoio ao PL da deputada Célia Xakriabá, que dispõe sobre a criação,  
2536 regulamentação e medidas de valorização, proteção e promoção da profissão de  
2537 brigadista, de brigadistas florestais no Brasil. Ontem eu estive com a deputada, por outros  
2538 motivos, e ela, comentamos sobre isso, mas ela não tinha recebido, ela não sabia da  
2539 existência dessa moção. Então, a minha pergunta é: Após uma moção deste jeito ser  
2540 aprovada, qual seria o trâmite? Eu entendo que deveria ser para as comissões que estão  
2541 analisando este projeto de lei, como para a própria presidência da casa lá, na Câmara  
2542 dos Deputados, e na própria deputada que apresentou, porque, com certeza, isso dá uma  
2543 força muito grande, uma moção apoiada aqui pelo CONAMA, a este projeto de lei, que  
2544 foi aprovado até por unanimidade, porque ontem ela estava mencionando, na fala dela,  
2545 no evento em que eu estava, sobre isso, sobre o projeto de lei, para poder outras

2546 entidades que puderem apoiar isso, diferentes estados do Brasil que têm a questão dos  
2547 incêndios e a questão também da valorização dos brigadistas, e eu mencionei este daqui,  
2548 mas ela, aparentemente, não tinha conhecimento dessa moção, então, eu gostaria  
2549 apenas de que fosse reforçado ou enviado novamente, tanto para a deputada quanto  
2550 também para as comissões onde você vai estar tramitando isso. Obrigado.

2551 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2552 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Você quer dar um informe sobre isso?

2553 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2554 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** A gente, geralmente, envia para a presidência da casa,  
2555 quando há uma moção para a Câmara dos Deputados ou para o Senado, mas, sem  
2556 problemas, a gente reforça o envio conforme solicitado.

2557 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2558 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Mas, lembrando que é importante que os  
2559 proponentes de moção, uma vez aprovadas, eles também façam a entrega. Nós sempre  
2560 trabalhamos assim, ou seja, quem propôs a moção obteve a aprovação, que pega essa  
2561 moção e encaminha, também leva essa moção, mas vamos... Cuidar desse  
2562 encaminhamento formal também, porque sempre é mais burocrático e demorado, chegar  
2563 na presença da Câmara até chegar na deputada. Tudo bem, mas façam isso, façam a  
2564 militância aí. Rubinho, por exemplo, já pediu cópia da moção, vai sair correndo,  
2565 distribuindo pela Esplanada inteira. Certo, Rubinho? Muito bem. Marcelo, ANAMMA e,  
2566 finalmente, Pedro de Mato Grosso do Sul e encerramos. Por favor.

2567 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA – SUPLENTE (Associação Nacional dos**  
2568 **Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA) -** Obrigado, secretário. Boa tarde já  
2569 a todos. Prometo ser rápido. Três pontos. Quero aproveitar, primeiro, a presença ainda  
2570 aqui no plenário do presidente Rodrigo Agostinho, do Ibama. Rodrigo, pedi que aquela  
2571 ação especial que o Ibama fez na compensatória de uma concessionária para o Rio  
2572 Casca, criação de uma unidade de conservação do Rio Casca, na Bacia do Doce, uma  
2573 área espetacular, o Ibama fez todo o esforço. Aproveitar, parabenizar o seu esforço para  
2574 que concretizasse um instrumento compensatório belíssimo para a criação de uma  
2575 unidade de conservação de 2 mil hectares, mas, depois que obtiveram a ASV, não

2576 providenciaram absolutamente mais nada no caminho de criar a unidade de conservação.  
2577 Então, seria muito bom o Ibama fazer aquela cobrança para que, efetivamente, tivesse  
2578 mais essa unidade de conservação ainda já lançada esse ano. Aproveitando um pedido  
2579 dos meus amigos do Comitê de Bacia do Doce. Um segundo ponto, senhor secretário, é  
2580 com relação ao lançamento, na cidade de São José dos Campos, no qual eu estou  
2581 secretário do Urbanismo e Sustentabilidade, lançado agora pelo prefeito Anderson  
2582 Farias, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o programa Cidade Carbono Neutro de São  
2583 José dos Campos, com o apoio do IPT, FAPESP, 100 pesquisadores, mais de 37  
2584 instituições, vai trilhar essa jornada para se tornar o primeiro município no Brasil com  
2585 esse amparo científico de uma rota metodológica para neutralização do carbono. Então,  
2586 vou convidar, através do presidente Marçal Cavalcanti, presidente nacional, também o  
2587 presidente Marcelo Marcondes, da ANAMMA São Paulo, para que a ANAMMA  
2588 acompanhe essa jornada no município e a gente possa levar, quem sabe, para a COP30,  
2589 o maior número possível de municípios que deem o primeiro passo, que são os  
2590 inventários de emissões. Então, São José fez agora o inventário de emissões, estamos  
2591 nessa jornada, e aí fazer um grande chamamento aqui para a plenária, que nós já  
2592 tivemos, inclusive, a adesão de muitos segmentos produtivos da cidade, foi um anúncio  
2593 que foi realmente um golaço dentro das expectativas de adaptação e resiliência,  
2594 preparação dos municípios frente às mudanças climáticas.

2595 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2596 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, Marcelo, parabéns.

2597 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA – SUPLENTE (Associação Nacional dos**  
2598 **Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA) -** Muito obrigado. E, por fim,  
2599 também, só tem mais um ponto aqui que eu já vou falar em 10 segundos.

2600 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2601 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** [ininteligível].

2602 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA – SUPLENTE (Associação Nacional dos**  
2603 **Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA) -** O deputado Fábio Feldmann  
2604 alertou aqui que as grandes obras de infraestrutura já têm que ser recobradas no seu  
2605 instrumento de licenciamento sobre a adequação das mudanças climáticas. Então, só

2606 registrar aqui que os municípios lindeiros à obra de ampliação da rodovia Presidente  
2607 Dutra, que todos conhecem, todos os municípios, manifestaram no último dia 6, em  
2608 audiência pública da ANTT, uma grande e grave preocupação, porque todas as  
2609 intervenções nas drenagens ao longo dos municípios, só em São José dos Campos, são  
2610 16 pontos de drenagem, eles estão sendo construídos na duplicação da rodovia,  
2611 inobservando conceitos do estudo hidráulico e, principalmente, essa adequação frente a  
2612 esse cenário de mudanças climáticas. Então, é um alerta, peço aqui aos representantes  
2613 da ANTT que possam levar e reforçar essa preocupação que os municípios, São José  
2614 dos Campos, já colocou e apresentou na audiência do dia 6. Então, sim, é uma  
2615 preocupação ao longo de todos os 400 quilômetros, todos os municípios impactados por  
2616 essa obra, que atentem à adequação dos estudos hidráulicos para que os municípios não  
2617 sofram graves problemas de alagamento, enchentes, como decorrentes dessa obra, obra  
2618 importante, não se questiona isso.

2619 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2620 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, Marcelo, muito obrigado. Pedro  
2621 Mato Grosso Sul. Muito obrigado, Marcelo, parabéns pela intervenção.

2622 **O SR. PEDRO** – Sr. Presidente, conselheiros, obrigado pela inclusão. É só para passar  
2623 a informação de que o Estado de Mato Grosso do Sul, em final de abril, publicou no Diário  
2624 Oficial uma limitação administrativa para uma área de 160 mil hectares no Pantanal para  
2625 efeito de estudos para a criação de uma nova unidade de conservação. É esse o informe.

2626 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2627 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Parabéns. Muito bem, eu queria agradecer a  
2628 todos pelo empenho de termos permanecido aqui. Realmente é um exemplo, todos que  
2629 estão aqui, é um pouco chato, quando a pessoa vem, depois de tratar do seu assunto,  
2630 sai da reunião e nos deixa aqui, mas temos um quórum muito qualificado ainda até esse  
2631 horário, agradeço muito. Eu queria, em nome do secretário Gino, agradecer muito a  
2632 parceria que temos tido com os órgãos estaduais. Tivemos a possibilidade de aprovação  
2633 da ampliação da APA Costa dos Corais no estado de Alagoas e Pernambuco, graças ao  
2634 apoio que tivemos nessa parceria. O secretário esteve conosco, inclusive, na sessão, e  
2635 foi muito bom, muito positivo, mostrar que nós estamos irmanados nesse esforço. E agora

2636 vamos ter, vamos dar a chance ao secretário Eduardo Taveira de também participar das  
2637 próximas unidades, criar várias unidades de conservação no estado do Amazonas, e  
2638 certamente teremos muito apoio. E estamos aí prosseguindo em uma agenda muito  
2639 intensa, agradeço a todos, parabenizo a todos os novos conselheiros, em nome da nossa  
2640 nova geração, a Karina Schaffer aqui, filha de dois militantes históricos do CONAMA e  
2641 fora do CONAMA, o Vigo de Amíria. Parabéns por você ter assumido esse desafio e já  
2642 ter iniciado de forma tão ativa aqui no plenário. Muito obrigado a todos e até a próxima  
2643 reunião, provavelmente uma reunião extraordinária no início de agosto. Muito bem. Bom  
2644 apetite para todos. Muito obrigado.